

HISTÓRIA DA ESCOLA AGRONÔMICA DO PARANÁ

1918-1993

edição fac-similar

LUIZ DONI FILHO

Editora UFPR

HISTÓRIA DA ESCOLA AGRONÔMICA DO PARANÁ

1918 - 1993

HISTÓRIA DA ESCOLA AGRONÔMICA DO PARANÁ

1918 - 1993

LUIZ DONI FILHO

Editora UFPR

"Efêmeros na vida e transitórios no poder, os homens passam... mas, as instituições permanecem, atestando para o futuro, a competência ou a negligência daqueles que por elas perpassaram."
(Lycio Grein de Castro Vellozo, aula inaugural de 1954).

AGRADECIMENTOS

Este trabalho deve-se à participação de muitas pessoas. Algumas colaboraram mais diretamente, meu reconhecimento para:

Professora Maria Elisabete Doni pelo ordenamento dos capítulos e valiosas sugestões desde o nascimento da idéia.

Professor Vismar da Costa Lima Neto, pelo constante incentivo moral e material.

O mestre David Antônio da Silva Carneiro, pelo gosto pela história, pelo respeito ao passado e a confiança no futuro.

João Cândido Ferreira Filho, nosso mestre e segundo Diretor da Escola, pelas saborosas entrevistas e pela lição de vida.

Professor Mário José Nowacki, por me fazer responsável no resgate do nosso passado.

Esmeraldino Santos que, quando secretário ordenou os documentos históricos da Escola, reunindo-os em dois volumes, base desta pesquisa.

Eliza Vellozo Ribas, pelas fotografias, documentos e entrevistas.

Universidade Federal do Paraná e Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo por ter permitido que usasse boa parte do meu tempo como professor para este fim.

A Biblioteca Pública do Paraná - Secção Paranaense, especialmente o amigo Roda, pela atenção e acesso aos documentos.

Henrique Soares Köeller pela doação da Aguada feita por Alfredo Andersen de 1922, representando a primeira experiência de tração mecanizada no Paraná (nº 093/200).

As pessoas que entrevistei: Caio Gracho Pereira, Maria Rosa Grecca Hintz, Maria José Franco Ferreira da Costa, Francisco de Almeida, Astolpho Macedo de Souza Filho, Agostinho Bernardo da Veiga, Ruy Wachowicz, Hélio Pimentel e Astrogildo Freitas.

Roseli do Rocio Biora, pelo paciente apoio.

Maria Elizabeth Lunardi, pela valiosa troca de idéias.

Wanildo Schneider, pelos serviços fotográficos de reprodução e originais.

A todas as pessoas que me auxiliaram no preparo deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

Apresentação /*11*

Prefácio do autor /*13*

1. Introdução /*15*

2. Fundação /*19*

3. O Reconhecimento /*47*

4. A Federalização /*81*

5. A Reforma /*109*

6. A Escola Agronômica do Paraná aos 75 anos /*143*

Anexo /*149*

APRESENTAÇÃO

O Setor de Ciências Agrárias, que abriga os Cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Engenharia Florestal, não é exceção. Como todo órgão oficial no País é bastante burocratizado. Conseqüência: toneladas de papéis vêm se acumulando através dos anos. São dados de Departamentos, Coordenações, Conselho Setorial, etc. Acrescente-se, ainda, dezenas de pacotes contendo antigos cartões de ponto, fichas de almoxarifado, relatórios e cópias de requisições.

No Setor, existe o famoso "porão", destino final de toda esta papelada onde, num exíguo espaço disponível e em condições longe das consideradas ideais, esse material nem sempre convive harmoniosamente com fungos, traças, umidade e poeira.

Nos idos de 1986, se o autor pudesse ter uma antevisão do que o esperava, talvez não tivéssemos escrito esta apresentação. Ninguém o criticaria. Em primeiro lugar, o Professor Luiz Doni Filho não é historiador profissional: em segundo, não tinha obrigação nenhuma de levar adiante tamanha empreitada, pois nos 75 ANOS do Curso de AGRONOMIA ninguém ousou escrever algo mais do que um breve histórico a respeito. Tínhamos apenas "pedaços" de história, nem sempre completos.

Tal missão requeria pessoa com a paciência de um jogador de xadrez, um grande amor pelo Curso e a disposição de um experiente garimpeiro para peneirar entre a imensa papelada as pedras preciosas da História da Escola Agronômica do Paraná. Tudo isso, acrescido de inúmeras visitas à Biblioteca Pública Estadual, Arquivo Público, Bibliotecas Setoriais da UFPR, entrevistas com professores e funcionários já aposentados e ex-alunos, além de horas e horas despendidas na consulta de antigos jornais da Capital, manuseio de decretos, leis, portarias e regimentos.

Seu gabinete, ao longo desses anos, transformou-se em um minisebo. Ainda bem, pois toda essa documentação encontra-se a salvo, das condições citadas anteriormente.

Nem tudo foi somente trabalho, suor e lágrimas. A cada novo fato, nova foto, nova entrevista, novas alegrias foram surgindo e sendo compartilhadas.

Lembramos muito bem quando o Professor Doni conseguiu as fotos do primeiro trator adquirido pela Escola, maravilha tecnológica da época. Outra descoberta que nos entusiasmou foi a da foto do primeiro ônibus utilizado para transportar nossos alunos para os locais de aulas práticas. Lá estava o *omnibus* "zero quilômetro", reluzente e imponente, pronto para cumprir a sua missão.

Nas atas e relatórios consultados foram revividas as ações e pretensões dos nossos antecessores. Quantas ilusões, desilusões e opiniões nos revelaram. Algumas dessas "pesaram" bastante sobre o ânimo do nosso "garimpeiro".

Documentos que mostravam ataques ao nosso curso tiravam nosso historiador do sério. Ele absorvia e ficava fulo da vida, com comentários do tipo "Como é que pode? Assim não dá, essas leis e decretos são contrários à evolução da Escola. Puxa vida! Assim também é demais. Não sei como a Escola sobreviveu". Leituras como essas infernizaram freqüentemente a vida do nosso autor.

Por outro lado, nos documentos em que as palavras de esperança no futuro e realizações eram expressadas pelos nossos antigos mestres, seu humor alcançava as alturas e foram essas, temos certeza, que balizaram todo o seu trabalho.

Hoje, podemos afirmar, com segurança, que o CURSO DE AGRONOMIA, é um orgulho para a UFPR. Possuímos uma excelente massa crítica, tivemos a primazia de sermos pioneiros na avaliação docente. Nossas pesquisas contribuem para uma Ciência Agrária melhor. Interiorizamos, por intermédio de nossas Estações Experimentais, o conhecimento agronômico.

Por tudo isso, a comunidade do Curso de Agronomia agradece ao Professor Doni pelo seu trabalho. Fomos premiados pela sua iniciativa, perseverança e paciência invulgares.

Ao resgatarmos nosso passado, por intermédio desta obra, temos o orgulho de mostrar um presente esperançoso, qualificado e merecedor da herança deixada pelos nossos antecessores e nos propondo, como desafio, a construir um futuro cada vez melhor para aqueles que nos substituírem.

Prof. Vismar da Costa Lima Neto

PREFÁCIO DO AUTOR

Não sendo um historiador, ao pesquisar este assunto, tive muitas dúvidas, e mediante o que havia de disponível, tive de escolher e mesmo julgar. Nesse primeiro passo, eu pretendia apenas recuperar a memória da Escola Agronômica do Paraná. Preferia a opção de juntar os fatos e harmonizá-los, sem necessariamente interpretá-los. Não foi possível.

Assim, o que mais me preocupou no decorrer dos trabalhos foi a fidelidade e a justiça para com os fatos e as personagens e, evitar narrativas tendenciosas. A Escola foi resultado de conjuntura política e social, resultado da ação de homens. Esses homens foram mais positivos ou menos positivos na sua ação, e foi essa ação no que refere à Escola Agronômica do Paraná que interessou, sem perder de vista os valores morais frente à humanidade.

Desta maneira verifica-se, ao longo da sua história, que a Escola teve altos e baixos alternados, e que os altos foram sempre proporcionados por pessoas ou grupos de pessoas com liderança natural. Observa-se também que, enquanto essas lideranças existiram, conduziram o conjunto no sentido convergente, mas ao faltarem, o grupo se tornou dispersivo, imerso em disputas pequenas ou em grandes lutas sem eficiência, e mesmo alguns elementos tornaram-se negativos e prejudiciais.

Essas lideranças inicialmente foram representadas por Lysimaco Ferreira da Costa, que foi facilitado por um ambiente político e cultural favorável, embora estivesse envolvido com outras atividades mais afins com sua profissão, conduziu a Escola por bons caminhos e, principalmente, soube aconselhar, e pôde escolher seu sucessor – João Cândido Ferreira Filho.

O Diretor João Cândido Ferreira Filho conduziu à glória, reunia ao cargo de Diretor o respeito de Lysimaco ao conhecimento de técnico hábil, além do entusiasmo da juventude.

Outros diretores sucederam a João Cândido até que viesse Lycio Vellozo, que repetiu na fase moderna o papel de líder. Teve apenas uma falha: morreu cedo demais, sem tempo de deixar sucessor. Com a sua morte a Escola debateu-se sem objetivos claros, acabou a geração de idealistas, um ou outro foi calado pela maioria. As lideranças foram poucas, tênues e dispersas.

Espero que a democracia instalada nos últimos tempos na UFPR seja ágil o suficiente para corrigir possíveis erros de escolha, e possa testar pessoas em cargos em que os critérios técnicos de competência prevaleçam sobre os de simpatia e demagógicos, e desta forma, possa conduzir a uma nova e duradoura fase de glórias.

O enfoque negativo sobre a fundação do Aeroclube nos campos de pesquisa e ensino de Agricultura, foi devido ao fato de causar prejuízo à ciência e à educação. De ma-

neira alguma pela essência do fato. O que me deixa indignado é a miopia de meia dúzia de burocratas e políticos acabando com o trabalho de vinte anos, enquanto havia muitas alternativas até mais fáceis. Os fins não justificam os meios. Cada meio é um fim em si próprio.

A criação da Escola de Veterinária foi outro acontecimento controvertido. Embora a Escola Agronômica do Paraná estivesse no auge daquela fase, a criação de mais um curso era inoportuna, e veio a ser usada pelos governantes como um elemento de desestabilização, de disputas intestinas; criando-se uma nova Escola, disputando os recursos e espaços que se tornaram mínimos para ambas nos anos seguintes. Chegando em determinados pontos da nossa história a nos esquecermos que somos Agronomia e Veterinária, irmãs, com destinos distintos, mas paralelos, e que este elo é maior que o calor de um momento, embora se saiba que a convivência é mais difícil à medida em que os recursos e as lideranças são mais escassos. Esta convivência harmônica passa pela independência dos seus cursos e pela preservação das suas identidades.

Outra preocupação ainda esteve presente ao longo de todo este trabalho: a de dar pouca ou excessiva ênfase aos personagens da nossa história. Assim, tenho que ressaltar que pessoas que pouco foram citadas, não foram menos importantes. Pode-se mesmo pensar que os grandes atos não teriam sido possíveis sem que esses trabalhos de base não existissem. Pessoas como Arlindo Loyola de Camargo, Luiz Natal Bonin, Oswaldo Andrzejewski, e outros tantos – anônimos; não foram menos importantes. A eles o reconhecimento e o respeito.

Convém lembrar, que nessa ação construtiva desses grandes homens através do tempo, cada um deu de si o que tinha de melhor. Lysimaco criou, orientou, fê-la andar por seus próprios pés, aconselhou. João Cândido deu-lhe a glória e dignidade. Joaquim Silveira da Motta deu o brado heróico de resistência ao Interventor. Arlindo amou-a a seu modo – servindo-a; foi Secretário, Veterinário, Agrônomo e Diretor. Lycio Vellozo buscou caminhos grandiosos, sonhou que com a sua vida e a sua obra faria a melhor escola do País. Cada um com seu jeito de amar. Sandoval impondo mudanças, de rumos, de pessoas, de tudo; nessas mudanças foi preterido algumas vezes, venceu e foi derrotado pelos mesmos métodos que usou contra Joaquim da Motta. Bonin e Andrèjewski deram trabalho, exemplo e respeito. À posteridade a responsabilidade pela continuação desse trabalho.

1. INTRODUÇÃO

A Escola Agronômica do Paraná existe hoje apesar dos Governos. Como é natural em estabelecimentos desta natureza, que se organizam sem um decidido apoio dos poderes públicos, a Escola atenuou os momentos mais árduos da sua vida e hoje avança a progressos sempre crescentes. (Relatório da EAP ao Governo do Estado em 1929).
É porém de esperar que o atual governo reconheça a necessidade. (Relatório da EAP ao Governo do Estado em 1930, p.10).

Há mais de um século, mais precisamente em 1892, um poeta lançou ao solo do Paraná um punhado de sementes a que chamou Universidade. Uma destas sementes era a *Agronomia*. A semeadura, no entanto não vingou, as sementes de Rocha Pombo não passaram de uma lei e uma pedra fundamental no Campo da Cruz – hoje Praça Ouvidor Pardinho.

Vinte anos mais tarde, sob os ventos positivistas da Lei Rivadávia, dois outros semeadores, Nilo Cairo e Victor Ferreira do Amaral e Silva, tornaram a acalentar a idéia e a semear novamente. Várias sementes germinaram rápido. A semente da Agronomia germinou anos mais tarde, em 1915. Desenvolveu-se, durante três anos no Palácio das Luzes, hoje o Prédio Central da Universidade Federal do Paraná, quando um vendaval denominado Lei Maximiliano ameaçou extingui-la.

A Agronomia no entanto, não estava só! Havia um mestre que, sabedor da sua importância para o povo paranaense, protegeu-a e a transplantou para o *Gymnásio Paranaense*, dando-lhe um nome ESCOLA AGRONÔMICA DO PARANÁ. O primeiro jardineiro-mestre, Lysimaco Ferreira da Costa tratou rápido de buscar mais jardineiros para ajudá-lo. Trouxe vários, destacando-se João Cândido Ferreira Filho e Adolar de Hegreville Hintz. Estes mestres, e outros mais, cuidaram da pequena árvore – *Agronomia*, e quando ela já dava seus primeiros e bons frutos, tiveram que defendê-la, com toda a garra, de uma praga que haveria de ameaçá-la por longos anos: um Interventor.

João Cândido Ferreira Filho estava a postos, quando o Interventor Manoel Ribas tentou demitir, por motivos políticos, dois professores da Escola. Fracassada a tentativa, cortou-lhe a subvenção estadual, ao que os jardineiros responderam abrindo mão de seus vencimentos. A árvore não morreu, já tinha cerne e resistiu. Resistiu não só ao Interventor, como também aos parasitas que se instalaram logo a seguir em seu corpo, como cochonilhas a sugar-lhe a seiva. A árvore de madeira de lei, buscou o reconhecimento, a federalização e por fim, a incorporação à Universidade do Paraná.

A Escola Agronômica do Paraná esteve sempre muito mais ligada à pessoas do que à estruturas de concreto, edificações de endereço fixo. Os homens que a construíram trabalharam a sua alma para que se mantivesse firme, desde os sonhos de Rocha Pom-

bo, até os dias de hoje e para muito além dos 75 anos de vida. Este ânimo tão bem representado pelas palavras do seu fundador Lysimaco Ferreira da Costa ao jovem professor João Cândido Ferreira Filho, quando este lhe veio falar das dificuldades que enfrentava: "...prá frente, João, prá frente! Nós não temos o direito de desanimar!."

Os tempos não eram fáceis. A começar pelos parcos recursos financeiros de um Estado que apenas dava seus primeiros passos, passando pela pouca ou nenhuma influência política que teve o Paraná, ao longo de sua história, não recebendo do Governo Federal, o quinhão merecido. Mesmo a nível estadual, ao longo do tempo, não teve o apoio que precisava, transparente no protesto contido no Relatório Anual de 1929 do seu diretor, quando afirmava que a Escola Agronômica do Paraná existia apesar dos Governos, e entendia como natural em estabelecimentos dessa natureza, que haviam se organizado sem um decidido apoio dos poderes públicos, mas até esperava que o governo reconhecesse a sua importância. Teve, é claro, o apoio de alguns homens de visão, e a sua existência foi marcada por fluxos de sucesso e de expectativa. O quadro se completava pela falta de entendimento do que representava a Agronomia para o Estado.

O mestre João Cândido Ferreira Filho, fala sobre isso em 1929, no seu discurso de paraninfo:

> *A princípio a nossa profissão era olhada com menosprezo, como se fosse desdouro o árduo e honesto trabalho de cultivar a terra, quando não eram tidos como missionários todos aqueles que com energia e devotamento se entregavam a este nobre mister. Quando há 80 anos, Castilho, naquele estilo tenso que o imortalizou compôs este hino à agricultura "a arte variadíssima de obrigar a terra a produzir tudo, não é uma arte rude, pois todas as ciências a cortejam, e a servem; não obscura, pois é a mais antiga e universal; não vil nem desprezível, pois só depende de Deus, enquanto os homens todos dependem dela," ele próprio chamava "as minhas utopias" tratando do assunto relativo à ciência agrícola.*
>
> *Hoje felizmente, a nossa profissão é olhada por outro prisma e goza de outro conceito. Ninguém mais arrisca a sua imensa utilidade, ninguém mais procura deprimir a ciência que consiste a base da riqueza das nações. Assim a enaltece ainda o grande clássico lusitano: "Artes e comércio encantadores são, que modificam, metamorfoseiam, e transferem tudo sem cessar; mas só ela agricultura cria, só ela, filha primogênita, é, sobre a terra, divindade. Só um povo que lhe quer, e a quer, e serve com desenganada preferência, só esse é rico; rico sem fausto, mas rico sem receio de empobrecer."*
>
> *Alçai, portanto, à frente com honra e altivez ao pronunciardes estas palavras que revelam a nossa profissão-árdua, mas nobre, rude mas digna:* EU SOU ENGENHEIRO AGRÔNOMO *cônscio de que a ciência agrícola é qual santelmo permanente que nos guiará na caminho da felicidade.*

A Escola Agronômica do Paraná também poderia ser representada por edificações. O antigo prédio da Escola de Trabalhadores Rurais "Dr. Carlos Cavalcanti", está associado à sua história desde 1940. No entanto, sua história está muito mais ligada a

pessoas que a edifícios. Assim, para a capa, fotografia de pessoas sobrepõe-se à edificação. Homens que fundaram, que construíram, que resistiram. O resultado da luta desse tipo de homens é a Escola Agronômica do Paraná, e o ideal a manteve viva, muito mais que 75 anos, esteve viva desde os sonhos do poeta Rocha Pombo ainda no século passado.

Na História da Escola Agronômica do Paraná, objeto do presente texto, foram abordados de maneira cronológica, os sonhos e os feitos dos seus construtores; as dificuldades e os sucessos que tiveram que trilhar para mantê-la em pé, o processo de encaminhamento para torná-la oficial, sem risco de pressão política a tentar anular-lhe a importância; o desenvolvimento pedagógico, a participação do corpo docente e discente, através dos quais a Escola se faz viva.

2. FUNDAÇÃO

A agricultura no final do século XIX e início do Século XX. A necessidade do ensino agrícola. O sonho de uma universidade. O Curso de Agronomia faz parte das primeiras iniciativas da Universidade. A criação da Escola Agronômica do Paraná; no seio da Universidade do Paraná. Uma universidade... um sonho realizado!

A fase da fundação da Agronomia envolve a luta interminável de paranaenses arrojados, com o firme propósito de instalar no Estado, um curso que viesse a desenvolver a pecuária e agricultura da Comarca que recém havia atingido a maioridade política (1853). Este curso veio embalado nos sonhos de um poeta e historiador, Rocha Pombo, no desiderato de fundar a Universidade do Paraná.

Obtida a permissão (1892), a Universidade só foi fundada em 1912, e o Curso de Agronomia toma corpo em 1915. Leis, decretos, planos. A perda do vínculo com a Universidade (1918), as sucessivas mudanças de sede e de nome, o idealismo do corpo docente, a formatura da primeira turma (1920); a Primeira Guerra Mundial, mas muito mais que tudo a presença marcante de Lysimaco, Romário e João Cândido, caracterizam este primeiro momento que se encerra com a regulamentação do curso em 1928.

A história da Escola Agronômica do Paraná se inicia ao mesmo tempo em que se inicia a história da Universidade do Paraná e com o desenvolvimento econômico e cultural do Estado.

A primeira fase econômica do Paraná durou quase um século, a exploração do ouro fez aparecer arraiais, origens de algumas cidades, e com eles os primeiros círculos sociais.

Desde 1710, foram se formando fazendas de gado e invernadas pelo interior do Paraná – foi o ciclo da pecuária.[1] No entanto nas guerras do sul, platinas e rio-grandenses (1816, 1818 e 1842) o concurso curitibano foi tão grande, que resultou para a consolidação da povoação da Comarca uma profunda crise econômica e social. A fama dos guerrilheiros de Curitiba, de tal maneira e com tais excessos os aliciou para as campanhas do Oeste e do Sul, que o despovoamento dos homens válidos da população preexistente da Comarca jamais foi preenchido no tempo de vila, com elementos de igual valia.[2]

"Os que foram para o Sul, lá ficaram e muitos deles prosperaram, animando os fazendeiros dos Campos Gerais de Guarapuava e de Palmas, a se transferirem com seu

1 DORFMUND, Luiza Pereira. *Geografia e História do Paraná*. São Paulo: Editora do Brasil, 3. ed. 1963, 189p.

2 MARTINS, Romário. *Quantos somos e Quem somos*. Curitiba: Empreza Gráfica Paranaense, 1941, 214 p.

gado, para os campos do Rio Grande. Com tudo isso se despovoou de tal maneira nossa população roceira e criadora, que no segundo decênio do século XIX, o trabalho rural era aqui feito quase que exclusivamente por mulheres."[3]

"Assim foi que chegamos a maioridade política, em 1853 com elevação da Comarca de Curitiba a Província, arrastando uma lastimável quota de homens de lustre intelectual. Os que tinham algum valor, deixavam-se ficar em São Paulo onde estudavam e agiam, alguns com grande brilho, nas profissões liberais, no sacerdócio e na política. Sucederam-se depois as entradas de novos elementos e as novas gerações foram aparecendo com um mais alto valor intelectual e cultural, pois a autonomia política da nova província, aumentava as possibilidades econômicas e culturais."[4]

Após o ciclo da pecuária, o Paraná começa a desenvolver a extração e a industrialização da erva-mate, iniciando-se um ciclo econômico que permitiu um certo progresso e fixando o homem à terra.

A necessidade do ensino agrícola era resultante do estado de desenvolvimento da agricultura. Houve preocupações e iniciativas desde 1888, como demonstra o Decreto de Generoso Marques dos Santos:[5]

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO PARANÁ

decreta:

Art. 1°: Fica creada, no municipio d'esta capital, uma escola destinada ao ensino pratico da agricultura.
Art. 2°: O governo mandará proceder aos estudos relativos ao local apropriado para o estabelecimento da escola, enviando opportunamente o orçamento á Assembléa Provincial, afim de ser votado o necessario credito.
Art. 3°: Revogam-se as disposições em contrário. Paço da Assembléa Legislativa Provincial do Paraná, em 6 de Setembro de 1888.

ass. Generoso Marques dos Santos,
Presidente
(seguem-se as assinaturas do 1° e 2° secretários, parcialmente ilegíveis)

O Doutor Balbino Cândido da Cunha Comendador da Imperial Ordem da Rosa e Presidente da Provincia do Paraná
Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sancciono a Lei seguinte:
Artigo 1° Fica creada, no municipio desta Capital, uma escola destinada ao ensino pratico da agricultura.
Artigo 2°. O Governo mandará proceder aos estudos relativos ao local apropriado para o estabelecimento da escola, enviando opportunamente o orçamento á Assembléa Provincicial, afim de ser votado o necessario credito.

3 MARTINS, *op.cit.*
4 *Idem*
5 Cópia fiel do documento fornecido pelo Arquivo Público do Estado do Paraná.

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrario.
Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem.
O Secretario da Provincia se faça imprimir, publicar e correr
Palacio da Presidencia do Paraná, 10 de Setembro de 1888.

ass.Balbino Cândido da Cunha.

Não se tem notícia sobre a efetivação de tal escola, provavelmente não passou das intenções.

A agricultura dessa época correspondia à descrição feita pelo primeiro Secretário de Estado dos Negócios da *Agricultura, Commércio e Indústria do Paraná*,[6] Ernesto Luiz de Oliveira, e era assim retratada ao Sr. Presidente do Estado: "Em relação à agricultura veio V. Ex. encontrar o Paraná quase no ponto em que deixaram os nossos antepassados: A produção atualmente é precária e insipiente, tarda e ainda adestrita a processos rotineiros e pouco eficazes."

"Ainda estamos em pleno regime das roças, das derrubadas, das queimadas e da devastação."

"Nossos homens de hoje, como os de quatro séculos atrás, embrenham-se nas matas com o machado e enxada às costas. E diante deles abate-se a floresta virgem com toda sua riqueza de fibras, de óleos, de essências e de frutos."

"O fogo completa a obra. E para retirar da terra uma pequena colheita de feijão e de milho lançam no fogo uma fabulosa soma de energia química acumulada nas fibras daquelas árvores. No ano seguinte nova derrubada em outro lugar. E por onde eles passam vai a terra ficando desnudada e estéril."

O presidente do Estado, Dr. Carlos Cavalcanti, cria então a citada Secretaria, com os objetivos, entre outros, de desenvolver racionalmente a agricultura, fornecer dados estatísticos, estimular a formação de cooperativas, sindicatos agrícolas, estabelecer e superintender o ensino profissional nos diversos graus por meio de escolas especiais, campos de experiências e demonstração.

Constatava ainda o Secretário: "O esforço humano será improficuo sempre, sem o auxílio da ciência que triplica a sua força econômica, aumentando a produção pelos modernos processos agronômicos, pelo ensino profissional agrícola, pela aplicação da química, da biologia e da mecânica a lavoura."[7]

Propunha também "a criação de uma escola prática de agricultura e pecuária anexa a uma fazenda modelo onde se plante o trigo, o feijão, o milho, o arroz e o linho e onde se cuide da avicultura, da criação de gado vacum, cavalar, ovino e suino."

O povo brasileiro aspirava por uma Universidade desde o século XVII, uma ao menos que fosse, para preparar professores que multiplicariam o conhecimento, no en-

6 OLIVEIRA, Ernesto Luiz de. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque – Presidente do Estado do Paraná pelo Dr. Ernesto Luiz de Oliveira - Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commércio e Indústria do Paraná.* Typ. do Diario Official, Curitiba, 1913.

7 *Idem*

tanto, Curitiba era uma pequena cidade e, tinha em 1892, cerca de 25.000 habitantes, segundo as estimativas mais otimistas.

Idealização da Universidade do Paraná: Agronomia era um dos cursos.

Francisco José da Rocha Pombo, nascido em Morretes a 4 de setembro de 1857, um jornalista, ensaísta, prosador e poeta, brasileiro, historiador de renome que se transferiu para Curitiba, depois para Castro e de volta à Capital como Deputado na Assembléia Provincial do Paraná (1886-1887), fundou vários jornais. Embalava a idéia de uma Universidade no Paraná. Obteve o apoio do Comendador Antônio Ribeiro de Macedo, Francisco Xavier da Silva e Jerônimo Pereira do Amaral, estes últimos ligados ao governo.[8]

A Lei nº 63 de 1º de dezembro concedia a Rocha Pombo a permissão para fundar a sonhada Universidade, incorporava o Ginásio Paranaense e a Escola Normal. No seu artigo 4º estabelecia a obrigatoriedade dos cursos de Direito, Letras, Comércio, *Agronomia*, Agrimensura e Farmácia; além de uma Escola Prática de Agricultura no interior do Estado, esta num prazo de dez anos.

É possível que a Escola Prática de Agricultura, prevista em 1888 na Capital, não tendo se efetivado, teve a idéia agregada à Universidade de Rocha Pombo.

Era dado um prazo de dois anos para que Rocha Pombo desse início aos trabalhos, ou quatro anos a partir da aprovação das plantas, para a inauguração da Universidade.

Rocha Pombo, embora idealista e intelectual capaz, não tinha os conhecimentos generalizados que se faziam necessários para tal, nem tinha uma equipe, nem Curitiba tinha a envergadura para tal obra. A Universidade não passou da pedra fundamental no Campo da Cruz (hoje Praça Ouvidor Pardinho).[9]

Rocha Pombo, republicano em pleno regime monárquico, abolicionista numa sociedade escravocrata, protestante num país católico, erudito, tentou fundar uma universidade num meio inculto. Desagradou a todos.[10] O idealismo de Rocha Pombo esbarrou com a resistência do Governo Federal. O Senador Ubaldino do Amaral apresentou o projeto no Senado, criando a Universidade, porém o mesmo caiu na terceira discussão, "havendo quem me assegurasse que nesse resultado interviera a politicazinha dominante no Paraná", disse Rocha Pombo.[11] Mudou-se em 1897 para o Rio de Janeiro onde continuou dando aulas.[12] Foi lá ainda que escreveu entre 1905 e 1917 a História do Brasil em dez volumes, sua obra prima.[13]

8 CARNEIRO, David. *Educação. - Universidade, história da primeira Universidade do Brasil.* Curitiba: Imprensa da UFPR, 1972, p. 108, 201 p.

9 *Idem.*

10 *Idem.*

11 WACHOWICZ, Rui Christovam. Perfis de Personalidades Paranaenses. In: *História do Paraná.* 2. ed. Curitiba: Grafipar, v. 3, 1969, p.305, 331 p.

12 CARNEIRO, David. *Educação – Universidade, história da primeira Universidade do Brasil.*, Curitiba, Imprensa da UFPR, 1972, p. 108, 201p.

13 DESTEFANI, Cid. Para a História. *Gazeta do Povo*, Nostalgia, 1993.

Para Wachowicz,[14] a fundação de uma Universidade no Paraná significava uma resposta ou uma compensação à perda de território a Oeste para Santa Catarina, ou seja, a uma perda material, a superioridade intelectual.

Nessa época, o Paraná tinha na erva-mate sua grande fonte de recursos levando-o a se relacionar mais intensamente com os países da Prata, para onde eram dirigidas as exportações de mate. As elites dirigentes do Rio de Janeiro e São Paulo estavam interessadas nos problemas advindos da produção de café no vale da Paraíba do Sul e com o açúcar produzido nos latifúndios nordestinos.[15] As discussões sobre a Universidade pretendida não chegavam a termo.

Em 1901, o ensino superior que fora livre, passou a ser outra vez monopólio do Estado (federal). Em 1910, notícias originadas do Rio de Janeiro anunciavam que tal monopólio seria novamente extinto. De fato, o gaúcho Rivadávia Cunha Correia, liberal e positivista, que, seguindo as idéias de Benjamin Constant, preparava, como Ministro da Justiça e Negócios Interiores, o Decreto nº 8.659 de 5 de abril de 1911, a assim chamada Lei Rivadávia, liberava e desoficializava o ensino superior no Brasil.

Fundação da Universidade do Paraná: Agronomia fazia parte!

Nessa época havia dois grupos de interessados numa universidade no Paraná. Um deles liderado por Victor Ferreira do Amaral e Pamphilo de Assunção e o outro composto de militares de formação positivista, que embasados pelos ideais que erigiram a República estavam envolvidos em projetos rodoviários e ferroviários que o exército nacional aqui desenvolvia. A figura de proa neste segundo grupo era o médico, engenheiro militar e bacharel em Matemática e Ciências Físicas Nilo Cairo da Silva, juntamente com o tenente Manoel de Cerqueira Daltro Filho, também bacharel e engenheiro militar. Estes dois grupos, iniciaram a trabalhar em conjunto, donde ressurgiu a idéia da "Universidade do Paraná". A Agronomia figurava nos planos iniciais para 1912, mas na sua inauguração contava "apenas" com os cursos de Direito, Engenharia Civil, Comércio, Odontologia, Farmácia e Obstetrícia. Para funcionar no ano seguinte também o de Medicina e Cirurgia. Agronomia ficava para depois.

A data escolhida para a fundação da Universidade foi 19 de dezembro de 1912, porque representava a emancipação política do Estado, e devia simbolizar também a sua emancipação intelectual.[16]

A sede onde estava instalada era um casarão situado na Rua Comendador Araújo nº 42, alugada de Manoel Miró[17] se tornou insuficiente muito rapidamente. A 10 de julho de 1914 a Universidade já estava instalada na sua nova sede na Praça Santos Andrade.

14 WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Universidade Do Mate História da UFPR.* Curitiba: edição da APUFPR, 1983, 189 p.

15 *Idem.*

16 WACHOWICZ, *op. cit.*

17 CARNEIRO, David, *Uma Casa Histórica*, Veterana Verba, Gazeta do Povo.

Curso de Agronomia da Universidade do Paraná: 1/02/1915 - 1918.

Em 1º de fevereiro de 1915, "atendendo a proposta da Diretoria, o Conselho Superior da Universidade, organizou o Corpo Docente do Curso de Agronomia, já instituído estatutariamente para que entrasse em funcionamento. Deliberou-se a dispensa de concurso para os lentes nomeados, que, assim se investiram na cátedra, independentemente da formalidade regimental. Foram então eleitos como lentes catedráticos: Heitor Soares Gomes, Eduardo Leite Leal Ferreira, Lysimaco Ferreira da Costa, José Maria de Paula, Guilherme Barbosa Bezerril Fonteneli, Adolar Hegreville Hintz, David de Souza Camargo, Manoel Francisco Correia, Adelino de Benedito, Teofilo Garcez Duarte e Haroldo de Figueiredo. Destes, Eduardo e Adelino se transferiram para outros cursos logo em seguida.[18]

Assim é que em meio de anúncios de produtos estrangeiros, notícias sobre erva-mate, freqüentes citações de "banditismo no interior", notícias de guerra e política, encontramos no jornal *Commércio do Paraná* um edital que se repetiria nos dias seguintes com o seguinte teor:

> *Universidade do Paraná*
>
> *De ordem do Sr. Diretor da Universidade do Paraná, faço público que de 1 a 15 de fevereiro próximo se acharão abertas as inscrições para exames finais dos alunos incursos nos Artigos 194 & 1º e 218 dos Estatutos em vigor, e bem assim para os exames de admissão à matrícula nos seguintes cursos da Universidade.*
>
> *Curso Preparatório*
> *Curso de Ciências Jurídicas e Sociais*
> *Curso de Engenharia Civil*
> *Curso de Medicina e Cirurgia*
> *Curso de Odontologia*
> *Curso de Farmácia*
> *Curso de Obstetricia*
> *Curso de Comercio*
> *Curso de Agronomia*
>
> *Para esclarecimento, deverão os interessados dirigir-se à Secretaria da Universidade do Paraná, em Curitiba, 08 de janeiro de 1915.*
>
> *O Secretário*
> *Dr. Nilo Cairo da Silva*

Aberta a matrícula, igressavam no Curso de Agronomia nove alunos: Wandick Ribeiro Guimarães, Júlio Nascimento, Ladislau Trauczynski Manoel Gonçalves, Abelardo

18 De PLACIDO E SILVA, Oscar José. Universidade do Paraná, à Margem de sua história. In: CARNEIRO, David. *Educação – Universidade, história da primeira Universidade do Brasil.* Curitiba: Imprensa da UFPR, 1972, 164p. 201 p.

Lima, Leopoldo Pinto Rosas, Sebastião Gonçalves Pereira, Elpídio Loureiro Alves dos Santos e Pompílio Mendes de Camargo.[19]

A Lei Rivadávia, que permitia o progresso do ensino superior no Brasil, permitia também abusos como a venda de Diplomas (por rs 60$000 cada) por pequenas entidades escondidas sob nomes suntuosos como Universidade Escolar Internacional no Rio de Janeiro e a Superior Universidade do Estado de São Paulo. Era necessário coibir tais fatos, promulgou-se a 11 de março de 1915 o Decreto 11.530 de autoria de Carlos Maximiliano. Entre outras exigências estabelecia o sistema de equiparação das instituições com as oficiais, com cinco anos de funcionamento prévio, e situar-se num centro maior que cem mil habitantes.

Esse Decreto de Maximiliano diminuiu consideravelmente a autonomia das escolas superiores, reoficializando o ensino e regulando as condições de equiparação das instituições particulares ou estaduais com as oficiais.[20] Se por um lado acabava com os abusos, por outro acabava com a Universidade do Paraná que era a melhor da época.

A Lei não estabelecia quais as matérias nem havia padrão de equiparação para cada curso. Além de tudo, a exigência de cem mil habitantes parecia algo encomendado a destruir a nossa Universidade, pois as grandes vendas de diplomas aconteciam exatamente nos maiores centros: Rio de Janeiro e São Paulo.

Apesar das lutas dos paranaenses para revogar as medidas absurdas em relação a nossa Universidade, esta teve de ser transformada.

A 29 de novembro de 1915 os Estatutos foram reformados e ficou a Universidade do Paraná dividida em três faculdades: Direito, Engenharia (incluindo Agronomia) e Medicina.

O Curso de Agronomia extinto na Universidade do Paraná

Os cursos foram remodelados para se adaptarem às novas exigências. Inspetores seriam designados pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores para fiscalizá-los. O Curso de Agronomia, instalado no início de 1915 e que vinha integrando a Faculdade de Engenharia, teve de ser extinto a partir de 1918, visto que as escolas politécnicas não o possuíam. Subsistiu pouco mais de três anos, o tempo suficiente para formar sua primeira e única turma de cinco agrônomos,[21] incluindo Joaquim Menelau de Almeida Torres que havia sido transferido de outras paragens em 1916. Conta o Professor João Cândido,[22] que Menelau chegou a Juiz de Direito e hoje é nome de praça.

Quase todos os professores do Curso de Agronomia (1915-1918) acumulavam cadeiras de matérias afins do Curso de Engenharia, e com a sua extinção, ficaram ligados a

19 DE PLACIDO, *op. cit.*

20 FERREIRA FILHO, Leônidas. Universidade Federal do Paraná, In: *História do Paraná*, 3 v. 2 ed. Grafipar, 1969, p.247-248, 331 p.

21 PUPPI, Ildenfonso C. *Fatos e Reminiscências da Faculdade – Retrospecto da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: Fundação da UFPR, 1986, 196 p.

22 Em entrevista ao autor em 25/06/1987.

este último. Dois dos titulares, Adolar de Hegreville Hintz e Heitor Soares Gomes, foram transferidos para outras cadeiras do Curso de Engenharia Civil.[23]

Termina nesse ponto a primeira fase da Agronomia em comum com a Universidade do Paraná. Esta, parte em busca da equiparação dos seus cursos, posteriormente da federalização, enquanto a Agronomia busca seus próprios caminhos como Escola Agronômica do Paraná. Caminhos que se cruzariam novamente, anos mais tarde.

Fundação da Escola Agronômica do Paraná

Com o cancelamento do Curso de Agronomia vinculado ao Curso de Engenharia da Universidade do Paraná, Lysimaco Ferreira da Costa procurou Adolar de Hegreville Hintz e Romário Martins e examinaram a idéia de fundar uma Escola de Agronomia.

LYSIMACO

Lysimaco Ferreira da Costa era curitibano, nascido a 1° de dezembro de 1883, iniciou seus estudos no Ginásio Paranaense, transferiu-se mais tarde para a Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo (RS), convivendo neste tradicional centro de estudos militares com ilustres brasileiros, dentre eles Getúlio Vargas. Serviu no 14° Regimento de Cavalaria em Curitiba. Ingressou na Escola Militar na Praia Vermelha (RJ). Esta última etapa foi-lhe de grande valia, pois lá notava-se ainda a influência positivista, herdada das gerações anteriores, inspiradas pelo grande mestre Benjamin Constant.

Mentalidade enérgica, inclinada ao raciocínio matemático, amigo da ação, caráter militar "jamais recuaria uma vez medida a senda que resolvesse perlongar! Assim foi toda a vida".[24]



Fig. 1
Lysimaco Ferreira da Costa, Fundador, Diretor, Mentor e Conselheiro da Escola Agronômica do Paraná.

Aos 23 anos retornaria à terra natal, e aqui se prepara para o concurso para uma vaga na cadeira de Física do Ginásio Paranaense. Havia dois candidatos: O jovem Lysimaco e o Padre João Laconte, este precedido de grande fama e já competente professor em

23 PUPPI, Ildefonso C. *Fatos e Reminiscências da Faculdade – Retrospecto da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná.* Curitiba: Fundação da UFPR, 1986, 196 p.

24 VAN ERVEN, Herbert Munhoz. *Lysimaco, Semeador de Idéias, descortinador de riquezas.* Curitiba: Tipografia Mundial, 1944, 206 p.

Paris. A clareza da sua exposição, a facilidade e desembaraço com que manipulava os aparelhos, denunciavam que ali estava um modesto candidato com todos os requisitos de um mestre provecto, e assim Lysimaco ganha o concurso e inicia-se na mais brilhante carreira do magistério.[25]

ADOLAR

Adolar de Hegreville Hintz nasceu em Curitiba, a 30 de maio de 1889. Descendente de franceses e alemães, de família abastada. Freqüentou o Ginásio Paranaense e diplomou-se como agrônomo em 1911 pela então Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiróz" em Piracicaba, São Paulo. Em 1914, casou-se com D. Sara Soares Araújo Gomes, filha do Deputado Teophilo Soares Gomes.

Em 1915, (1° de fevereiro) foi investido como *Lente Catedrático* da Universidade do Paraná, na Cadeira de "Zootecnia Geral e Especial, Patologia Veterinária e Higiene dos Animais Domésticos" do recém-criado Curso de Agronomia. Foi o primeiro agrônomo contratado como professor. Com a extinção do Curso junto a Universidade, e a fundação da Escola Agronômica do Paraná passou a lecionar nesta, sem deixar a Faculdade de Engenharia.

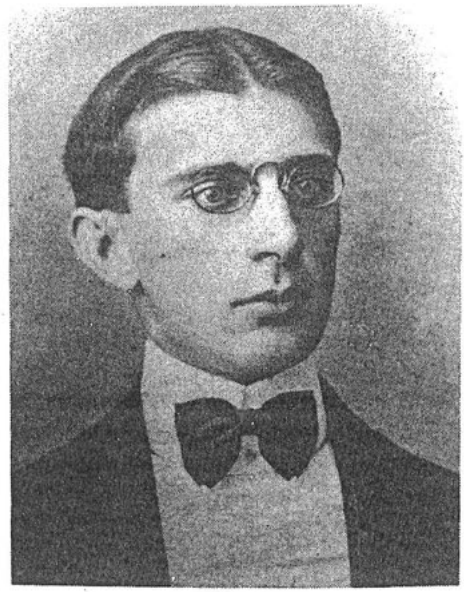


Fig. 2
Adolar de Hegreville Hintz, primeiro agrônomo a lecionar na Escola Agronômica do Paraná.

Em 1920, obteve o grau de *Doutor* em *Ciências Físicas e Matemáticas*. Em 1922, tornou-se professor catedrático da 6ª cadeira "Química Inorgânica, Descritiva e Analítica" do 2° ano do Curso de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia do Paraná.

Em 1931, obteve o grau de *Doutor* em *Agronomia* pela Escola Agronômica do Paraná. Conquistou a Cátedra da 22ª Cadeira "Tecnologia Agrícola e Industrial" do 4° ano na Escola Agronômica do Paraná. E ainda nesse ano tornou-se professor catedrático da 7ª Cadeira de "Química Orgânica e Biológica". Análises Biológicas do 2° ano na mesma Escola.

Era uma pessoa agradável mas sempre rígido, de caráter reto, inteligente e de muita leitura. Gostava de pomares, jardins, hortas e caçadas. Era tenente coronel da Guarda Nacional, e como tal chegou a ser convocado para, na qualidade de engenheiro, dinamitar em Itararé, a ponte que ligava o Paraná a São Paulo, na Revolução de 1930. Tal fato, entretanto, não foi levado a termo.[26]

25 VAN ERVEN, H. M. Op. cit.
26 Entrevista de D. Maria Rosa Hintz Greca, filha de Adolar, ao autor, em 20/03/1993.

Tinha facilidade para se expressar em público e redigir discursos. Via-se como um professor antes de engenheiro ou agrônomo. Desligou-se da Escola Agronômica do Paraná em meados dos anos trinta. Morreu em 1940, em casa, de um fulminante infarto no coração.

ROMÁRIO MARTINS

Alfredo Romário Martins era curitibano, nascido a 8 de dezembro de 1874. Demonstrando desde cedo grande propensão para a História, foi Diretor do Museu Paranaense por 25 anos. Como Diretor do Departamento de Agricultura, marcou sua administração pelo sucesso da "Cruzada do Trigo". Em 1903, em virtude dos estudos publicados no jornal *A República*, refutando o memorial histórico-jurídico do Conselheiro Mafra em defesa do território do Contestado, foi indicado, pelo então indiscutível líder político Vicente Machado, à Deputação Estadual. Eleito para o biênio 1904-1905, foi reeleito sucessivas vezes.[27]



Foto: Casa da Memória
Fundação Cultural de Curitiba

Fig. 3
Alfredo Romário Martins, Deputado que apresentou e fez aprovar a Lei 1788, que criou a Escola Agronômica do Paraná em 5 de abril de 1918. Foi Fiscal do Estado junto à escola por muitos anos.

Certamente sentia-se confortavelmente ao defender tal projeto, isto fazia parte de seus ideais. Autor de livros sobre a história do Paraná, de Curitiba, sempre vinculado à agricultura e à natureza. Tinha visão avançada para a época. Aos 15 anos "circunstâncias da vida" o tiraram da escola e o colocaram numa oficina onde aprendeu o ofício de tipógrafo, onde encontrou ambiente para desenvolver o espírito e a inteligência. Das oficinas às redações; conviveu com Rocha Pombo. Foi considerado o Príncipe dos Jornalistas do Paraná. Ocupando-se sempre das causas públicas de elevadas questões nacionais e regionais paranaenses, de interesse para a cultura, para a ordem e para o progresso de nossa civilização. Sua obra resulta em mais de setenta publicações do mais alto valor histórico e moral.[28]

Estava no seu 5º mandato de deputado (que seriam nove ao todo) nesta ocasião.

Lysimaco elaborou o projeto de lei e entregou ao seu amigo Romário Martins para que, como Deputado o defendesse e o fizesse aprovar, isto foi feito na sessão do dia 18 de março de 1918.

27 WACHOWICZ, Ruy Christovam. Perfis de Personalidades Paranaenses, In: *História do Paraná*. 3. ed. Curitiba: Grafipar, v. 3, 1969, p. 288-289, 331 p.

28 ROMÁRIO MARTINS, Alfredo. *EU – Notas Auto-biográficas de Romário Martins*, [s/d.] 61p.

O Presidente do Estado do Paraná era o Sr. Affonso Alves de Camargo e Alcides Munhoz o Secretário de Fazenda, Agricultura e Obras Públicas.

O projeto levava o nº 59 e estavam presentes os deputados Marins Camargo, Romário Martins, Telêmaco Borba, Domingos Soares, Brasilio Ribas, Francisco Killian, Willian da F. B. Dovids, Eurides Cunha, Alfredo de Almeida, Campos Mellos, Nicolau Mäder, José Lobo, Theotorio Marcondes, Jorge Schimmelpfeng, Adelino José de Camargo, José Nunes Sardenberg, Gordiano Dias de Almeida Baptista, João Martins, João Sampaio, Nestor Victor, Plínio Marques, Generoso Borges e Hildebrando de Araújo.

Romário Martins afirmava: "É na agricultura que nós fundamos todas as nossas esperanças, para poder sair ilesos das dificuldades atuais que tanto nos oprimem. O Curso da Escola Agronômica do projeto será ministrado no edifício do Ginásio Paranaense e, assim sem despesas de instalação e os professores não terão outra remuneração além da divisão eqüitativa entre eles, das matrículas dos respectivos alunos. Por este lado creio que nenhuma dificuldade sobrevirá à sua pronta fundação."[29]

"Além disso, as aulas desta Escola serão noturnas, para que, como formadora de profissionais, que é o seu destino, possa ser freqüentada por pessoas que tenham o seu dia ocupado com outros estudos, ou o granjeio da vida em vários campos de atividade." [30]

"A intensão do projeto não é, pois, senão formar contigentes de homens aptos para a lavoura seguindo os processos modernos, e com a competência profissional que nos falta; homens que contribuam para as reformas que se fazem precisas, dos rudes processos pelos quais se faz ainda a agricultura em nosso meio."[31]

O Projeto teve ampla acolhida, mas no debate o Deputado Generoso Borges propôs, uma emenda tentando criar a Escola no Interior, ou ao menos que se criassem outras escolas semelhantes em outras cidades do Estado. E por esta idéia se debateu, sendo contra o projeto de Romário Martins até a votação. Apesar disso o projeto foi aprovado, passando a vigorar como Lei 1788 de 5 de abril de 1918. Foi regulamentado pelo Decreto 437 de 29 de maio 1918.[32]

Escola Agronômica do Paraná: 5/4/1918

Instalada em 1/7/1918. Diretor: Lysimaco Ferreira da Costa. Secretário: Adolar de Hegreville Hintz. Inspetor: Romário Martins

A denominação de *Escola Agronômica do Paraná* era oficializada no seu artigo 2°. O Curso compreendia três anos e "o diploma conferido aos que nele obtivessem sucesso era o de *Agrônomo*, e, aos que findo este curso se especializassem durante mais um ano em qualquer das cadeiras da Escola, seria conferido o diploma de *Engenheiro Agrônomo*,

29 *Diário Oficial do Paraná* de 24/04/1918.
30 *Idem.*
31 *Idem.*
32 *Idem.*, de 1º/06/1918.

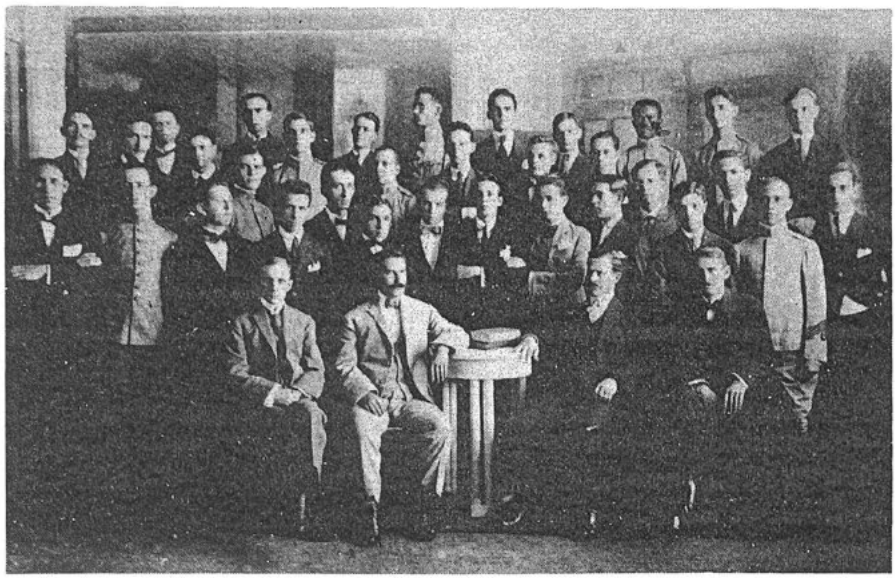


Fig. 4

Alunos e mestres da Escola Agronômica do Paraná em 1918. Da esquerda para a direita sentados: Adolar de Hegreville Hintz, Lysimaco Ferreira da Costa, João Barcelos e Romário Martins.

passado pelo diretor e assinado pelo professor da cadeira revista, com declaração do objeto da especialização."[33]

A matrícula custava ao aluno 165 mil réis anualmente, devendo ser paga em parcelas mensais de 15 mil réis. Previa-se na Lei, a matrícula gratuita de um aluno a cada grupo de dez.

Não havia então qualquer subvenção financeira por parte do governo nem a previsão de laboratórios ou equipamentos ou material de consumo. A única fonte de recursos era a matrícula cobrada aos alunos e destinava-se ao pagamento do corpo docente a título de gratificação. Não era previsto funcionários e a função de Diretor e Secretário era determinada pelo Governo dentre os professores sem gratificação especial.[34]

As exigências para ingresso no Curso eram um tanto diferentes das atuais, pois não se exigia um curso de segundo grau formal como hoje. Aceitava-se o candidato desde que tivesse sido aprovado nos exames de admissão (vestibulares) em Português, Francês, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia e História; ou tivesse sido aprovado nessas matérias no Ginásio Paranaense ou equivalente. Além dessas exigências, o candidato deveria ter mais de 15 anos.[35]

33 Lei 1788, *Diário Oficial do Paraná* de 17/04/1918.
34 *Diário Oficial do Paraná* de 17/04/1918.
35 *Idem.*, de 12/06/1918.

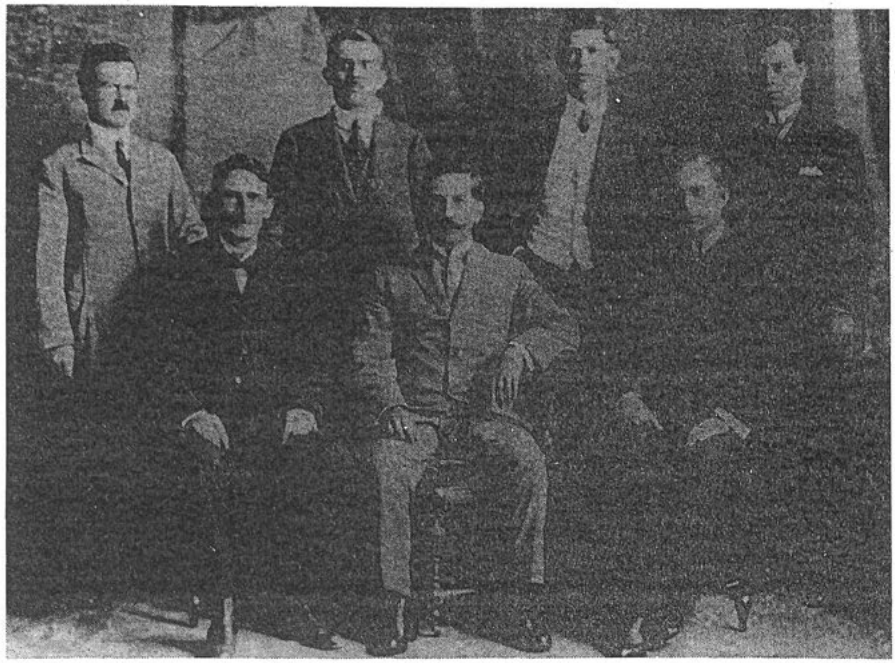


Fig. 5

O corpo docente, em 1920, era composto por: Romário Martins (como fiscal), Lysimaco Ferreira da Costa, Adolar de Hegreville Hintz. Sentados, da esquerda para a direita: João Barcelos, Hugo Osvaldo Riedel, Plínio Tourinho. Em pé, à direita: João Cândido Ferreira Filho

As matérias que compunham o currículo eram agrupadas em seis cadeiras, para as quais haviam sido nomeados os seguintes lentes:[36] 1ª Cadeira – Revisão de Matemáticas, Agrimensura, Drenagem, Irrigação, Mecânica Agrícola e Construção Rural – Engº Civil Luiz Renot. 2ª Cadeira – Anatomia e Fisiologia Vegetal, Agricultura Geral e Especial, Fitopatologia e Entomologia Agrícola – Engº Agrônomo José Maria de Paula. 3ª Cadeira – Anatomia e Fisiologia comparadas dos animais domésticos, Zootecnia Geral e Especial Bromatologia e Medicina Veterinária de Urgência. O Engenheiro Agrônomo Alberto de Moraes Aguiar, nomeado, não assumiu o cargo e esta cadeira foi provida por outro Engenheiro Agrônomo – Adolar de Hegreville Hintz. 4ª Cadeira – Química Geral, Inorgânica, Orgânica Agrícola, Industrial, Analítica e Microbiologia Agrícola: inicialmente foi nomeado Adolar, mas sendo transferido para a 3ª Cadeira, foi assumida pelo farmacêutico Hugo Oswaldo Riedel. 5ª Cadeira – Física Agrícola, Meteorologia, Mineralogia e Geologia Agrícolas: Engº Civil Lysimaco Ferreira da Costa. 6ª Cadeira – Contabilidade Agrícola, Economia Política e Rural: Advogado João Soares Barcellos.

O regulamento do Curso era o mesmo do Ginásio Paranaense quanto às notas, provas, e penas disciplinares; mas era subordinado ao Secretário da Fazenda, Agricultura e

36 *Diário Oficial do Paraná*, op. cit.

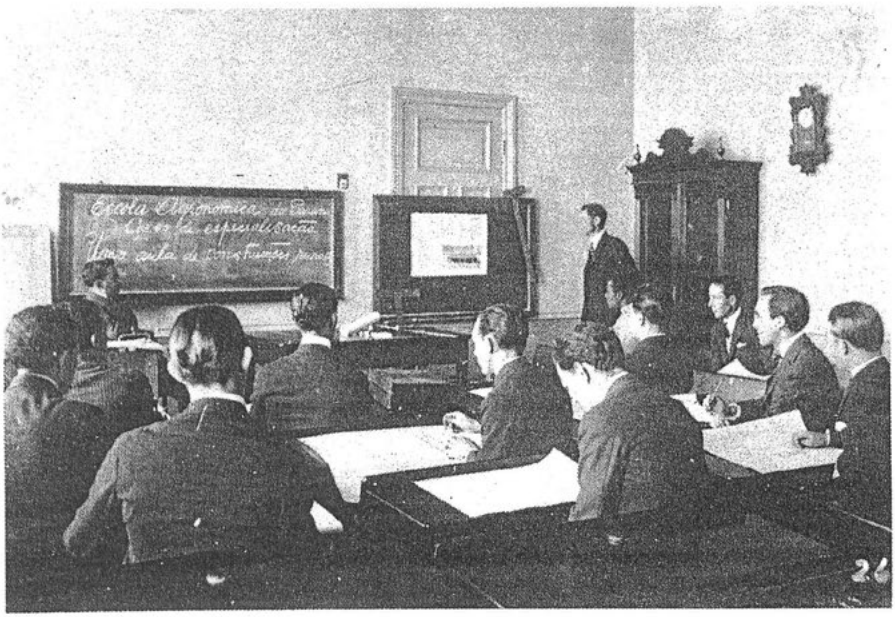


Fig. 6

As aulas teóricas eram dadas no Ginásio Paranaense (Rua Ermelino de Leão). À frente, sentado, o Diretor Lysimaco, de pé o jovem professor Plinio Tourinho.

Obras Públicas, que resolveria os casos omissos e indicava um funcionário de sua confiança para fiscalizar a Escola,[37] que foi o próprio Romário Martins por cerca de dez anos.

O ensino prático foi assim repartido, pelos três anos: 1° Aplicação das Máquinas Agrícolas, Enxertia e Seleção. 2° Prática de Agrimensura, Aplicação dos Adubos, Culturas e trabalhos de Laboratórios, 3° Cuidados Culturais, Racionamento dos Animais, Colheitas, Lacticínios e Indústrias Agrícolas e Trabalhos de Laboratório.[38]

Abertas as inscrições para o Curso, houve 142 candidatos, dos quais 108 efetivaram suas matrículas. Isto significava um sucesso inusitado, a procura foi superior mesmo a qualquer dos cursos até da própria Universidade do Paraná. Nesta turma de pioneiros muitos alunos tinham nomes conhecidos. Dois eram filhos de Romário Martins (Romário e Ivaí), Porthos Morais de Castro Vellozo – filho de Dario Vellozo e que futuramente seria o pai de Lycio Grein de Castro Vellozo, Gabriel Quadros que viria a ser o pai do Presidente da República – Jânio Quadros. Muitos deles vieram a ser professores da Escola e/ou mesmo Diretores: Agostinho Bernardo da Veiga, Arlindo Loyola de Camargo e Paulo F. Bechert.

A instalação da Escola de Agronomia deu-se com toda a solenidade a que tinha direito, como relatam os jornais da época:

37 *Diario Oficial do Paraná* de 1/06/1918, Decreto n° 437.
38 *Diário Oficial do Estado, op.cit.*

E por que o nosso povo já vai tendo uma intuição mais prática da vida, volvendo-se, com carinho para o problema agrícola nacional, tão descuidado até bem pouco tempo, a criação de um estabelecimento agronômico no Paraná foi recebida com entusiasmo pela nossa população, conforme atesta o elevado número de alunos matriculados na Escola.
A inauguração da Escola Agronômica realizou-se ontem (dia 1/7/1918) as 20:00 horas, tocando para esta ocasião, a banda de música da Força Militar do Estado.[39]
Presentes as autoridades máximas do Estado. Fizeram uso da palavra o Diretor Lysimaco Costa, o Presidente do Estado Affonso Camargo. Os aplausos se repetiram entusiasticamente à entrada das autoridades e às falas. "78 alunos tomaram assento nas arquibancadas da sala de aula de química. Lavrada e assinada a ata da solenidade, os alunos da Escola formado alas até o portão do edifício, saudaram com uma salva de palmas a passagem do Sr. Presidente e dos seus auxiliares de governo. Na rua, a mocidade ovacionou calorosamente aos Drs. Affonso de Camargo e Munhoz da Rocha, a cujos patrióticos esforços se deve a obra reconstrutora, ontem tão promissoramente iniciada".[40]

O Curso iniciou-se a 7 de julho do mesmo ano.

Aulas Práticas na Chácara Luiz Xavier

As aulas práticas em campo deveriam ser ministradas na Escola Prática de Agricultura de Araucária a título precário até que o Poder Executivo providenciasse outro local. E foi pelo Decreto 762 de 1°/out/1918[41] em que o Sr. Affonso Alves de Camargo determinou ceder à Escola Agronômica do Paraná, o próprio Estadual situado no "Arrabalde do Portão" denominada Chácara Luiz Xavier, constante de um terreno e benfeitorias para nele ser instalado o curso prático da mesma Escola, "enquanto a mesma funcionasse regularmente".

Tal feito "teve grande repercussão no seio da Escola, na imprensa local e do exterior". [42] No dia 2 de outubro, concentraram-se os alunos antes da aula de Física, que foi suspensa. Na oportunidade o professor Lysimaco declarou que se devia manifestar ao Sr. Presidente do Estado toda a gratidão da Escola. Dali dirigiram-se os estudantes ao palacete do Dr. Affonso Alves de Camargo, ovacionando-o por todo o percurso. A figura simpática do patrício ilustre assomou a janela e recebeu prolongada salva de palmas e por vibrantes e inspiradas palavras do orador dos manifestantes – Porthos Vellozo, que foi de felicidade rara na oração produzida, dando integral interpretação ao sentido coletivo. Em seguida falou o Sr. Affonso A. de Camargo, cujas palavras de estímulo aos jovens discentes foi um hino ao querido Paraná de que ele se orgulhava de ser filho, berço dessa mocidade ali presente, altiva e estudiosa que, em agradecimento estreitava num longo amplexo.[43]

39 *Diário da Tarde*, 2/7/1918.
40 Publicado no jornal *A Republica* de 2/7/1918. Curitiba, PR.
41 *Diário Oficial do Paraná* de 04/10/1918.
42 O Programa da Escola Agronômica do Paraná, 1(3), Curitiba, 1918.
43 *Idem*

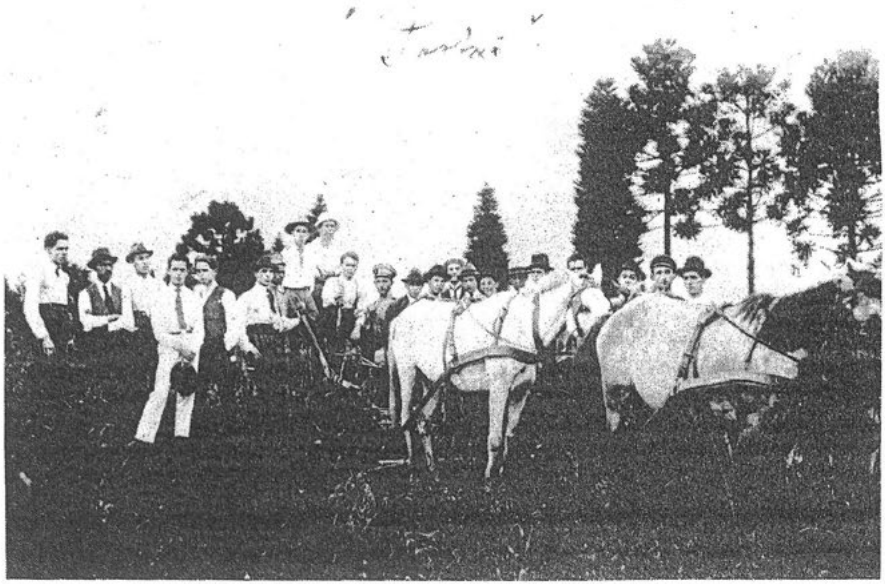


Fig. 7
Até 1920, as aulas práticas eram dadas no "arrabalde" do Portão, na Rua República Argentina.

As últimas palavras, aplausos e vivas ao Sr. Presidente do Estado e ao Dr. Lysimaco Costa, encheram a florida praça Ozório. O agrupamento foi se movimentando em direção a rua XV, onde encontrando o dileto professor Dr. Lysimaco Costa, novamente se fez ouvir o orador Porthos Velloso. Disse, então, da necessidade que tinham os seus discipulos de publicamente manifestar-lhe o seu alto apreço, pela sua inqualificável envergadura de Mestre, de Diretor da Escola Agronômica, cujo cargo vinha de uma maneira segura desempenhando, servindo de coluna forte aos destinos promissores da Escola e que na ocasião não poderia ser melhor porque se apoiava em manifestações de alegria pela primeira vitória obtida, devida aos seus esforços - doação de um próprio para a instalação do curso prático da Escola. Visivelmente sensibilizado Dr. Lysimaco agradeceu tecendo palavras de entusiasmo pelo desempenho futuro da nossa Escola.[44]

O final do ano de 1918 foi movimentado. Os professores Luis Renot, que dava aulas em francês, e José Maria de Paula foram substituídos pelos Drs. Plínio A. Monteiro Tourinho e Francisco Martins Franco (1ª e 2ª cadeiras respectivamente).[45]

A gripe espanhola fazia milhares de vítimas. Só em São Paulo chegaram a falecer 8.000 pessoas em quatro dias. Esta Epidemia levou o Presidente do Estado do Paraná a promulgar o Decreto nº 820 em 23 de outubro de 1918,[46] suspendendo as aulas da Escola

44 O Programa da Escola Agronômica do Paraná, op.cit.
45 Decreto 850 de 21/11/1918; *Diário Oficial do Paraná* de 27/11/1918.
46 *Diário Oficial do Paraná* de 28/10/1918.

Agronômica do Paraná até segunda ordem. A situação de fato era grave. O próprio Presidente da República eleito, Rodrigues Alves, adoeceu antes de assumir e veio a falecer em conseqüência da gripe em janeiro seguinte. Em função disso a suspensão das aulas foi inevitável; o Decreto nº 47 em que se dispensava de prestarem exame e que fossem promovidos com as médias obtidas até então, todos os alunos matriculados no primeiro ano do curso.

O Diretor Lysimaco solicita ao Presidente do Estado a regulamentação da Escola Agronômica do Paraná, conforme seu relatório 1918:[47]

> *A Diretoria recebeu do Comando da Força Militar do Estado o campo de experiências situado no Portão, não tendo ainda iniciado seus trabalhos práticos, já por não haver necessidade neste primeiro ano do curso, já para esperar, como era justo que a Força do Estado colhesse o que havia plantado. Este campo está sob o encargo do Eng. Agrônomo Adolar de Hegreville Hintz.*
> *"Esta diretoria e o corpo docente não tem poupado esforços no sentido da realização dos fins de tão útil quanto indispensável instituição de ensino neste Estado; mas, releva notar que, se o momento em que surgiu lhe fora inteiramente favorável, como se depreende do número de seus alunos, naturalmente pela propaganda intensa que se faz em todo o País, e principalmente no nosso Estado, pelo ensino agrícola, também veio trazer à marcha dos trabalhos escolares dificuldades quase invencíveis pela falta de livros e material de laboratórios. E estas dificuldades, próprias do momento, conseqüentes do estado de guerra nos países civilizados, são tão grandes, que bem se podiam tomar, exclusivamente, a causa do desânimo geral dos alunos por outro lado, o regulamento da escola é deficientíssimo e não satisfaz às exigências do seu destino, trazendo embaraços sérios à sua boa administração, reservando-se esta Diretoria a incumbência de, oportunamente, com mais segura observação, fazer a V. Exª um relatório especial pedindo para a Escola melhor regulamentação.*
> *Entretanto, se uma boa escola depende mais da capacidade e da assiduidade dos seus professores, que dos seus aparatos custosos, posso garantir a V. Exª. que o corpo docente da Escola Agronômica do Paraná, tem até hoje, sabido honrar a confiança nele depositada pelo Exmº. Presidente do Estado e V. Exª, cumprindo o seu dever com assiduidade e competência e dando à Escola créditos, que, espero, a recomendem aos nossos patrícios e a tornem merecedora de sua confiança.*

Em 1919, as dificuldades iam sendo transpostas uma a uma como se pode ver pela resposta a um artigo sobre a ação do Governo quanto à Escola.

> *ESCOLA AGRONÔMICA*
>
> *Tendo lido um artigo sobre a Escola Agronômica do Paraná em "O Comércio do Paraná",*[48] *edição de ontem, onde se deparam alguns conceitos injustos sobre ação do governo do Estado relativa ao futuro desta Escola, peço-vos a fineza, a bem da verdade, da publicação do seguinte:*

47 Relatório da Escola Agronômica do Paraná apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Secretário de Fazenda Agricultura e Obras Públicas, pelo Dr. Lysimaco Ferreira da Costa, Diretor da Escola. In: *O Programa da Escola Agronômica do Paraná II*(12), Curitiba: 1919.

48 *O Comércio do Paraná*, 24/06/1919. Também citado em COSTA, Maria José Franco Franco Ferreira da. *Lysimaco Ferreira da Costa – A dimensão de um homem – O Educador.* Curitiba, Imprensa da UFPR, 1987, 612 p.

Em um edital, que anteontem mandei afixar aos senhores alunos, disse-lhes: "Ao recomeçarem as aulas depois de 20 dias de férias, solicito dos senhores alunos a maior assiduidade e toda a aplicação, nos estudos, para que, desse modo, seja em parte atenuada a falta de compêndios e de material de laboratórios. Este material escasso, nos mercados de São Paulo e Rio, não pode ser adquirido no momento, devido ao seu elevado preço. A falta de livros será remediada brevemente com novas edições de alguns dos que mais necessitamos e que estão em serviço na capital paulista. Destes dois males não somos aqui, na nossa modesta. Escola, os únicos a sofrer; estão nas mesmas condições de dificuldades, em graus diversos, as muitas escolas congêneres do país. A Escola terá em breve nova regulamentação que resolverá as dificuldades atuais e que virá a colocar em situação perfeitamente estável qualquer que seja o número de alunos; para este fim, ainda hoje o Exmº Presidente do Estado hipotecou ao Diretor todo o seu incondicional apoio. A Congregação Escola discutirá oportunamente o novo regulamento. A prática de campo começará breve, etc.

O teor deste edital, Sr. redator, não pode deixar dúvidas no espírito dos alunos da Escola Agronômica do Paraná, sobre o futuro desta e muito menos poderia concorrer para desanimá-los.

Esta Escola foi organizada, para realmente prestar serviços ao Estado, sob um Regulamento, acanhado e falho, como sempre acontece ao se iniciar empresas como esta.

Depois de um ano de observação, melhor consultados os interesses e as necessidades agrícolas do Estado, tornou-se bem claro que a Escola não se deve limitar a produzir agrônomos, empregados públicos futuros e sim preparar verdadeiros lavradores, pequenos proprietários agrícolas, capazes de enfrentar com coragem e êxito as surpresas reservadas pelo solo paranaense, ainda pouco conhecido.

Aqui direi quase como o vosso missivista: se a Escola não, seguir este rumo, que consulta as necessidades do Estado, deverá o quanto antes fechar as suas portas.

Temos necessidade de um bom número de Agrônomos competentes, bem ilustrados, mas é maior a necessidade de lavradores capazes e conseqüentemente produtores.

Sobre o material agrícola de que precisamos, tenho a dizer que o pedi, em requerimento, ao Sr. Ministro da Agricultura, tendo o Sr. Dr. Presidente do Estado encarregado o Sr. Dr. João Moreira Garcez de o encaminhar ao ministério. O trabalho deste nosso distinto patrício não foi perdido, pois o Sr. Ministro mandou dar à Escola todo o material pedido. Ainda mais conseguiu, depois do pedido telegráfico do ex-Secretário da Fazenda, Dr. Caetano Munhoz da Rocha, que o Ministério nos mandasse dar também caixão com livros de zootecnia e de agricultura, que deverão ser distribuídos gratuitamente pelos alunos. A dificuldade de transportes ainda não permitiu que esses volumes viessem ter à Escola.

Um aluno, dos mais distintos desta Escola, com o fim de bem servir aos colegas, com publicações de Física, Agrícola, Zootecnia, etc. No passado requereu e obteve do Dr. Presidente do Estado a quantia de 600$ para auxiliar a impressão dessas lições.

Para finalizar e não abusar mais de vossa benevolência, devo ainda dizer que o vosso missivista tem idéias muito boas e que talvez venham a ser aproveitadas, mas, expende outras que, pelo menos com o meu assentimento não serão aproveitados, como, por exemplo, a do acordo com a Universidade, o que não é absolutamente cabível, pois esta e a Escola Agronômica do Paraná, tal como a desejamos, têm destinos diversos e a idéia de dar ao Diretor, que serve à Escola gratuitamente, e como tal há de continuar, um ordenado de 6:000$000 anuais. Contra isto, principalmente deixo meu enérgico protesto.

De V.S. Atº A. e Obr.
(ass.) Lysimaco Ferreira da Costa

Novas aquisições foram feitas em 1919 pela Escola Agronômica do Paraná: foram contratados Frederico Perracini, um Engenheiro Agrônomo italiano que grandes serviços havia de prestar ao ideal, e, João Cândido Ferreira Filho. Este, formado em 1915 pela ESALQ em Piracicaba, filho de paranaenses ilustres, estava servindo ao Exército quando foi procurado pelo Sr. Diretor Lysimaco. Ao convidá-lo para ser "lente", o jovem João Cândido modestamente disse não saber se poderia atender às necessidades de tal posto, aceitando-o após combinar uma condição com o diretor – a de que ele assistiria às primeiras aulas e somente então o Sr. Diretor confirmaria o convite. O jovem investido de mestre estudava "feito um maluco", pois não queria dar aulas como outros tantos que conhecia – tendo apostilas e livros a sua frente. Queria dar aulas sem apontamentos.[49]

Conseguiu mais isto. Muito Mais!

Embora a cessão da Chácara Luiz Xavier para as práticas do Curso de Agronomia tivesse sido saudada entusiasticamente como uma solução, efetivamente não alcançou seus fins, tornando-se impraticável. Agostinho Bernardo da Veiga,[50] contou que foi pouquíssimas vezes ao campo durante o curso realizado entre 1918-1920, quando aluno, ainda que o esforço do jovem professor de agricultura João Cândido fosse enorme.

Escola Agronômica do Paraná reconhecida como de Utilidade Pública (1/10/1919)

Em 1º de outubro ainda neste ano veio a notícia que encheu de júbilo e orgulho toda a capital paranaense: a Escola Agronômica fora reconhecida como de *utilidade pública* pelo Sr. Presidente da República Sr. Epitácio Pessoa, e registrada no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Oferece então seus serviços aos Estados vizinhos, especialmente o Mato Grosso.[51]

AOS MATO-GROSSENSES:

Em atenção aos múltiplos e insistentes pedidos que recebemos de Corumbá, Campo Grande e demais cidades do Estado do Mato Grosso, sobre condições de matrícula na Escola Agronômica do Paraná, bem como vários esclarecimentos outros, resolvemos, de vez, fornecer todos os dados na plenitude da sua exatidão.

A nossa Escola Agronômica, está, pode-se dizer, reconhecida pelo governo Federal, pois acha-se registrada no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, além de gozar das regalias de um decreto federal do Dr. Epitácio Pessoa, reconhecendo-a de "utilidade pública".

Os diplomas por ela expedidos oferecem, pois, toda a garantia e validez necessárias ao exercício legal da profissão junto aos poderes superiores da República.

Com 3 anos de Curso, diploma Agrônomos; com 4 anos, sendo este último ano para a

49 Entrevista dada ao autor em 25/6/87.

50 Entrevista ao autor em 19/08/1986.

51 *Paraná Jornal* de 25/12/1919. Também citado por COSTA, Maria José Franco Franco Ferreira da, *Lysimaco Ferreira da Costa – A dimensão de um homem – O Educador*. Curitiba : Imprensa da UFPR, 1987, 612 p.

especialização numa matéria qualquer à escolha do candidato, diploma Engenheiros Agrônomos.
Dispõe a Escola de amplos laboratórios e material necessário ao estudo teórico-prático de agronomia, nada deixando a desejar a respeito o seu aparelhamento.
O seu corpo docente prima e brilha pela notória competência dos valorosos nomes de lentes que, por si sós, se recomendam.
Tendo como diretor, um homen essencialmente prático, engenheiro civil verdadeiro cultor das ciências, o Dr. Lysimaco Ferreira da Costa.
Segue-se-lhe o nome acatado e não menos ilustrado grande mestre e cuja elevada erudição matemática é a garantia segura do seu nome, o engenheiro militar Dr. Plínio Tourinho.
Como químico de vasto saber e avantajado tirocínio, notável no Estado, é o Dr. Hugo Oswaldo Riedel.
Ainda os nomes dos Drs. João Cândido e Hegreville Hintz, engenheiros agrônomos, recomendam-se. Na sua maioria, são todos lentes da Universidade do Paraná.
Para os mato-grossenses há ainda a facilidade de serem reconhecidos os certificados expedidos pelos estabelecimentos oficiais de ensino secundário do Estado, Liceu Cuiabano e outros.
Além do clima salubérrimo, a vida em Curitiba é econômica, ao alcance de todos os bolsos, podendo o estudante manter folgadamente a subsistência com 150$000 mensais e já mais largamente com 200$000.
E, sendo a nossa folha um órgão de grande circulação nas zonas nortista e sulista do vizinho Estado, fazemos estas linhas com vistas aos Srs. Intendentes Municipais, Governo e Povo mato-grossense.
Aos interessados, pois, é só preparar as malas e rumar para o Paraná, que acolherá a mocidade patrícia de braços abertos.
A Escola acha-se rigorosamente fiscalizada pelo Sr. Coronel Romário Martins, fiscal nomeado pelo Governo do Estado, que exerce as suas elevadas funções de maneira irrepreensível.

Em 1920, formava-se a primeira turma de Agrônomos da Escola Agronômica do Paraná, 44 ao todo, no quadro de formatura não é mencionado como professor, o nome de Francisco Martins Franco, donde se supõe o seu desligamento neste período. São citados dois novos nomes que até aqui não se tinha referência, os engenheiros militar Guilherme Bezerril e Amaro Soares Bittencourt.

O corpo docente da época era assim constituído: um diretor (engenheiro civil), um farmacêutico, um advogado, três engenheiros militares, três engenheiros agrônomos e muito ideal.

O número de formandos no curso diminuiu, oscilou de 44 em 1920, três em 1921, 13 em 1923, seis em 1924, seis em 1925, e dez em 1927. No entanto, 24 agrônomos diplomam-se neste período como engenheiros agrônomos.[52] Isto sob a vigência do Decreto 942 de 17/8/1920.

As profissões de maior prestígio popular na época e que o seriam por muito tempo eram Medicina, Engenharia e Advocacia. O Agrônomo e o Engenheiro Agrônomo não tinham campo de trabalho naquela época, poucas oportunidades apareciam fora da esfera do serviço público, a economia baseada principalmente na extração da erva-mate e da madeira ainda não permitia progressos importantes.

52 *Revista de Agronomia* do Centro Acadêmico de Agronomia. I (3), Curitiba, 31/07/1930.

Enquanto isto, o jovem mestre João Cândido trabalhava firme no campo do Portão, na chamada Chácara Luiz Xavier, começando do nada, contou com a colaboração prestimosa dos seus alunos Arnaldo Macedo, Porthos Velloso, Leocádio Correia e Liguaru do Espírito Santo.[53]

Vejamos o que diz um repórter da época que esteve a assistir os trabalhos na chácara:

ESCOLA DE AGRICULTURA[54]

Assistimos, ontem, as 8 horas, no Campo de Experiência da Escola de Agricultura do Paraná, o tirocício prático de uma turma de 22 alunos, sob a direção do inteligente e ilustrado agrônomo conterrâneo Dr. João Cândido Filho.

O referido estabelecimento está situado nas proximidades do arrabalde do Portão, tendo boa casa de moradia, depósito de sementes, estábulos para o gado de diferentes espécies e uma área de terras sáfaras que serão transformadas em solos de culturas, graças à química agrícola e aos modernos instrumentos geórgicos.

Trabalhavam os alunos, guiados pelo engenheiro João Cândido, no preparo do terreno destinado a receber 25 alqueires de sementes de batata selecionada. Foi necessário aplicar adubos fortes para melhorar as condições de produtividade daquele terreno, pois é notório que os campos dos arredores de Curitiba são péssimos e quase estéreis.

Há ali diversas árvores frutíferas já idosas, as quais devem ser eliminadas por estarem todas acometidas de pulgão lanígero, nomeadamente nas macieiras.

A Escola de Agricultura do Paraná conta com dois anos de existência e já passou pelo período mais difícil. É hoje um instituto próspero e de grande futuro, graças à égide que lhe tem dispensado o Governo do Estado e o poder público federal, que acaba de dotá-la com satisfatória subvenção anual.

É seu diretor o ilustrado e incansável paranaense, Dr. Lysimaco Ferreira da Costa, que abnegadamente, consagra máximo esforço material e intelectivo em prol do Instituto em boa hora confiado à sua gestão.

O Dr. Lysimaco é um forte e um vitorioso, que se fez por si próprio, que tudo deve ao seu trabalho incessante e à sua inteligência não vulgar. Assim são todas as organizações excepcionais, que arrancam com bizarria, que rompem com denodo, abrindo trecho triunfal através dos páramos mais ásperos e ramposos.

Os professores da Escola têm seguido o exemplo do diretor da mesma, trabalhando com solitude admirável, sem visar proveitos pecuniários.

O diretor e os professores mostram-se satisfeitíssimos com a aplicação dos numerosos alunos, sempre dedicados aos estudos e assíduos às aulas e aos trabalhos práticos.

A Escola dispõe de animais de trabalho, veículos rodantes e instrumentos de lavoura, tudo adquirido, parcimoniosamente, com o numerário contribuído, mensalmente, pelos alunos.

O Brasil, para tornar-se um país rico e poderoso, necessita, urgentemente de três elementos: – Agricultura, Mecânica Aplicada e Química. A esses elementos deve a Alemanha o alto grau de progredimento que logrou atingir.

O Paraná não deve, em absoluto, confiar somente na indústria extrativa do mate, única que possui, e essa mesma, lamentavelmente, entregue aos recursos naturais.

Deve procurar, com ânsia, intensificar a lavoura e mobilitá-la por meio dos modernos preceitos científicos.

É evidente, diz o Dr. Nuno Pinheiro, a necessidade do ensino agronômico e das exigên-

53 Entrevista de João Cândido Ferreira Filho ao autor em 25/06/87.

54 Assinado por Sebastião Paraná, *Jornal Comércio do Paraná*, 14/1/1920.

cias sob o patrocínio do Estado, que tem interesse na divulgação do ensino, porque sabe que este beneficiará a produção e a riqueza do país. Enquanto, no Brasil, os nossos lavradores não conhecem o valor da Física Agrícola na ação do calor, da luz, das chuvas; enquanto, pelo estudo das noções fundamentais da Química Agrícola, não compreenderem o papel dos adubos na ação fisiológica; enquanto, finalmente, não souberem modificar as condições do solo e estabelecer a comparação entre os diversos instrumentos e máquinas destinadas à cultura, será impossível aperfeiçoar a nossa lavoura, de modo a produzir, reduzindo ao mínimo o custo da produção. Tudo é preciso ser ensinado, quase sempre, oficialmente.

São os seguintes os fins gerais do ensino agronômico, conforme a classificação de Philipovich: – 1° prorrogar o conhecimento das leis naturais que governam a produção agronômica e fazer com que seja compreendido o valor de um estudo que permita a aplicação destas leis à utilidade dos homens; – 2° ensinar a técnica da produção econômica e as suas bases científicas, isto é, o método próprio para assegurar o rendimento bruto mais elevado, conservando-se ao mesmo o tempo, a fertilidade do solo; – 3° ensinar a economia de uma propriedade agrícola, isto é, o meio de obter lucros mais elevados.

Prefaciando o livro de Armand Ledeut, diz o Dr. Oliveira Lima "não penso que haja, no Brasil, questão mais interessante e momentosa do que a do ensino agrícola e profissional. Dela mais do que nenhuma outra depende nosso futuro político, visto que não há boa política sem uma sã economia, assim como não pode haver grandeza sem riqueza. Entretanto, é sensível nosso atraso nesse ramo de educação.

No Brasil só três escolas agrícolas existem de valor, produzindo notáveis resultados práticos: A Escola Agrícola da Bahia, fundada em São Bento das Lages, a 15 de fevereiro de 1877; a Escola Agrícola Luiz de Queiroz, situada em Piracicaba; e a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária que, de Pinheiro, foi transferida para Niterói.

Em 1917, felizmente, foi instalada a Escola de Agricultura do Paraná, graças ao Dr. Afonso Camargo, que se tem esforçado pela evolução do Ensino Elementar Secundário e Profissional.

A referida Escola tem, diante de si, um futuro brilhante. Dela advirão ao Paraná ao Brasil proveitos incalculáveis.

ass. Sebastião Paraná."

Em 1920, ocorreram modificações no Regulamento da Escola Agronômica conforme Decreto 942 e 943 que substituíram o 437. As alterações não foram substanciais no que se refere a parte teórica, apenas delimitava o ano letivo e admitia o "aluno ouvinte". Quanto à parte prática do curso, as mudanças foram importantes: os itens da parte prática foram reescritos e a periodização foi deixada livre, a critério da própria Escola. Criou-se também a Congregação da Escola Agronômica do Paraná, permitindo-lhe uma autonomia muito maior, uma vez que antes era sujeita ao Secretário Geral de Estado para decisões maiores.

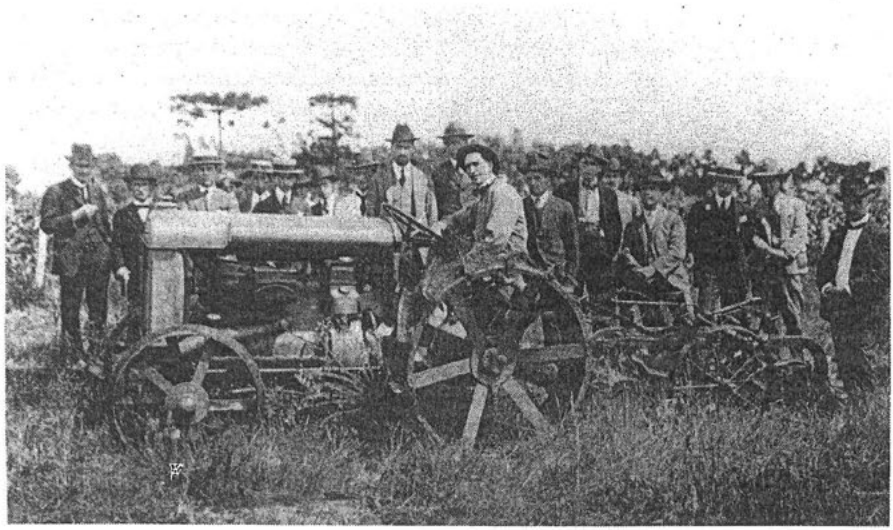


Fig. 8
A partir de 1920, as aulas práticas passaram a ser dadas no Campo Experimental do Bacacheri. Onde, em 1922, já se fazia a primeira experiência mecanizada no Paraná.

Campos do Portão e do Bacacheri emprestados para aulas práticas

A título provisório, até que a Escola tivesse sede própria, as aulas poderiam ser dadas nos campos de experiências e culturas do Portão e *Bacacheri*.

Este Decreto estabelecia ainda que 20% dos recursos originados da matrícula dos alunos seriam aplicados em patrimônio da Escola. O que era pouco se tornava ainda menor, mas sabiamente, Lysimaco abria a possibilidade de receber subvenções, o que de fato ocorreria daí para frente. Por outro lado, criava ainda a obrigatoriedade de mais um curso, de matrícula gratuita, em regime de externato ou internato, de seis semanas a um semestre destinado a lavradores e menores desvalidos a título de propaganda agrícola.

Escola Agronômica do Paraná oferece curso prático de aprendizes – 1920

O curso aqui referido era idéia de Lysimaco, pelo que se percebe analisando parte da reportagem de "A RUA" do Rio de Janeiro, publicado no *Paraná Jornal* em 2 de março de 1920.

A INSTITUIÇÃO MILITAR E O ENSINO AGRÍCOLA

A grande obra que está realizando a Escola Agronômica do Paraná.
Um exemplo a ser seguido pelos Estados.

De "A Rua", do Rio de Janeiro.
Entrevista concedida a "A Rua", pelo Sr. Lysimaco Ferreira da Costa, ilustre e devotado diretor da Escola Agronômica do Paraná que acaba de regressar da Capital Federal:

A Escola Agronômica do Paraná, por iniciativa do seu diretor, o Dr. Lysimaco da Costa, está atualmente, prestando um grande e inestimável serviço aos habitantes do interior do Estado que são chamados a prestar serviço militar em virtude do sorteio. Assim é que este importante estabelecimento inaugurou um curso de seis semanas, destinado ao ensino da agricultura prática àqueles sorteados. A idéia, em boa hora iniciada pelo Dr. Lysimaco Costa, tem dado os melhores resultados, muito lucrando com a sua execução os caboclos sorteados, que, a par de adquirirem instrução militar, voltam às suas aldeolas com um bom cabedal de conhecimentos agrícolas podendo, assim, introduzir, nas suas lavouras, os processos mais modernos da agricultura.

O curso de seis semanas não é o ideal do esforçado diretor da Escola Agronômica do Paraná. O seu intuito era estabelecer um curso de alguns meses, pois só assim, se poderiam ministrar ensinamentos completos sobre a agricultura e a pecuária. Entretanto, isto por enquanto é impossível. A Escola não dispõe de recursos suficientes para a realização de obra tão significativa. E, se ela já institui o curso de seis semanas, é graças à subvenção de dez contos de réis que o Congresso votou para o corrente exercício, subvenção esta que, quando muito, poderá dar para a instrução de um número muito reduzido de sorteados. (sic)

No Paraná ainda se fez mais, pois tratou-se de aproveitar o sorteado que converte para a sede do quartel, em geral, mais civilizado, para que voltasse a sua família mais capaz da luta pela vida. A Escola Agronômica abre um aprendizado a fim de fazer o sertanejo lavrador melhorar o seu sistema de cultura e o seu modo de criação. É um aprendizado remunerado e com alojamento, de duração de seis semanas, que se poderá elevar com o tempo e com maior propaganda até seis meses; nele aprende o sertanejo a comparar os seus primitivos e pouco econômicos processos de cultura com outros mais orientados para uma produção maior, sempre ouvindo lições práticas nos campos experimentais da Escola, em contato com instrumentos agrícolas, que nunca vira, de perfeição crescente, até o máximo compatível com as especialidades agrícolas regionais, nele aprende a cuidar de sua horta e plantar suas flores.

Assim termina seu serviço militar, e o governo do Paraná oferece-lhe um aprendizado agrícola, que o tornará melhor lavrador e melhor fator econômico do Estado. É um excelente aproveitamento do sertanejo por mais alguns dias, depois de ter pago seu tributo à Pátria, é um magnífico processo de propaganda agrícola, de pouco dispêndio relativamente, pois que a despesa com 50 lavradores poderá ser de cinco contos de réis, mais ou menos.

Este curso viria a ter o nome de Curso Prático de Aprendizes, ministrado gratuitamente, a todo território nacional ou estrangeiro que queira freqüentar, especialmente para o rapaz que vinha servir às Forças Armadas e que desejava continuar a ser lavrador, em que aprendia durante seis semanas e se dedicava aos trabalhos de lavras, capinas, destocamentos e às culturas racionais próprias de sua região, sendo todo este ensino ministrado nos dois campos de experiências da Escola, de forma individual o aprendiz,

nestas condições, recebe uma diária de três mil réis que a Escola lhe dá, e ainda mais, todas as informações que queira virá a ter em qualquer ocasião em que se dirija à Escola.[55]

Patronato Agrícola subordinado à Escola Agronômica do Paraná

O Decreto 943 publicado em conjunto com o 942, criava e regulamentava o Patronato Agrícola, fundamentado na idéia de Lysimaco e o subordinava à Escola Agronômica. Tinha a missão de assistência, proteção e tutela moral de menores, sempre de classes pobres, recorrendo para este efeito ao trabalho agrícola, sem outro intuito que não o de utilizar sua ação educativa e regeneradora, com o fim de dirigir, orientar, até incorporá-los no meio rural. Aos menores era previsto alimentação, vestuário, atendimento médico e odontológico, prêmios, passeios, excursões, artes e após um ano de internato, uma mensalidade para os menores, proporcional ao seu trabalho.

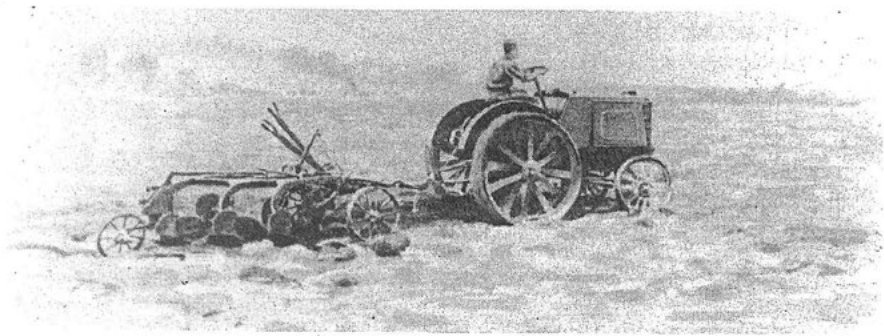


Fig. 9
A primeira experiência de tração motorizada no Paraná foi representada por Alfredo Andersen, em 1922, com Romário Martins ao volante do trator, que puxa um arado de três aivecas.

A inauguração do Patronato foi um acontecimento social marcante. As maiores autoridades do Estado estiveram presentes, discursaram o Sr. Romário Martins e o Sr. Presidente Munhoz da Rocha, enaltecendo a obra e os seus autores. O número de visitantes chegou a 2.000 pessoas e a festa prolongou-se até as 16 horas.[56]

João Cândido Ferreira Filho designado Diretor do Campo Experimental do Bacacheri e do Patronato Agrícola precisava, lá desenvolver a agricultura. Reuniu esforços e iniciou as culturas de linho, batata, trigo, milho, forrageiras, mandioca, feijão, arroz, pomar e viveiro. Tão logo quanto possível iniciou as pesquisas indispensáveis para o tempo e local, como épocas de semeadura, testes de variedades, métodos de produção, etc. Mas uma linha de pesquisa mereceu maior atenção do jovem mestre. Estudava-se naquele tem-

55 Publicado na revista carioca *O Norte*, segundo COSTA, Maria José Franco Franco Ferreira da, *Lysimaco Ferreira da Costa – A dimensão de um homem – O Educador*. Curitiba: Imprensa da UFPR, p. 438/39, 612p., 1987.

56 Publicado no Jornal *A República*, de 4/10/1920, Curitiba, PR.

po o uso de papel betuminado para cobrir o solo, e assim diminuir a perda de água e a concorrência de plantas daninhas. Como o papel era caro e importado, concluiu que era preciso substituí-lo por soluções práticas e locais, adequados ao nosso meio e recursos, desenvolveu o *plantio direto sem herbicidas*, completo sucesso.[57] Este método viria a ser redescoberto com alarde 50 anos depois e hoje está amplamente divulgado com o apoio de empresas estrangeiras.

A Escola, o Patronato e o Campo continuaram a marcha para o sucesso, obteve subvenções do Estado destinado ao Patronato – trinta contos de réis anuais, e 25 contos por parte da União para a Escola.



Fig. 10
João Cândido Ferreira Filho, o segundo Diretor da Escola Agronômica do Paraná, Diretor do Campo Experimental do Bacacheri. Grande pesquisador e administrador.

Parte do Campo do Bacacheri utilizado para aulas da Escola é cedido para o Quartel e Linha de Tiro

Neste decênio, não se tem a data precisa. foi cedido pelo Governo do Estado 38,3 hectares do Campo Experimental para a construção do Quartel de Engenharia e Linha de Tiro, restando ainda 83,6 hectares. Como a agricultura era quase que exclusivamente a tração animal, as áreas cultivadas não eram tão extensas de forma que a amputação do campo não foi muito sentida.[58]

Lysimaco dividia seu tempo como Diretor da Escola a Agronômica, professor da 5ª Cadeira (Física Agrícola, Meteorologia, Mineralogia e Geologia Agrícolas) na mesma Escola; professor na Faculdade de Engenharia, Diretor do Ginásio Paranaense e Escola Normal onde lecionava: Física, Química, Pedagogia e Psicologia. Tratou de preparar seu sucessor. Embora tivesse pouca idade, pouco mais de quarenta anos, sua envergadura era de águia e se preparava para vôos mais altos, era líder, era mestre e seu lugar eram os píncaros. Previu que teria que deixar a Direção, preparou os passos seguintes.

Escola Agronômica do Paraná sai do Ginásio Paranaense, transferindo-se para o Palácio das Luzes, 1927

O Curso de Agronomia que até então fora dado no prédio do Ginásio Paranaense, devido porém às exíguas acomodações desse edifício, tornou-se imprescindível a transferência do estabelecimento para um local mais apropriado. Foi então solicitado ao Governo do Estado

57 Em entrevista ao autor em 25/06/1987, o trabalho citado seria publicado mais tarde na revista *Chácaras e Quintaes* XLVI (3) de 15/09/1932, São Paulo.

58 Ver anexo sobre o Instituto Experimental do Bacacheri.

do Paraná, sua mudança para o Palácio da Universidade, que havia sido recentemente aumentado.[59] A mudança foi aceita pelo então Diretor da Faculdade de Engenharia, o professor Plínio Tourinho, ressaltando ainda que seria conservada inteira autonomia da Escola Agronômica e rigorosamente intato seu patrimônio. A Congregação da EAP também foi consultada na sessão do dia 23 de abril e votaram a favor e comprometeram-se a "pugnar pelos interesses da Escola, qualquer seja a sua sede e muito especialmente o seu Diretor, que neste sentido, prometeu elevar sempre o conceito da Escola autônoma e com seu material em progresso".[60]

Encaminhou João Cândido para o posto de Diretor ficando na situação de vice-diretor. João não decepcionou, era também um grande homem. Lysimaco aceita então o posto de Secretário da Fazenda, Indústria e Comércio para o quadriênio 1928-1932. Nesta função desempenharia papel importantíssimo no estabelecimento da siderurgia no Brasil.

João Cândido Ferreira Filho é o segundo Diretor da Escola Agronômica do Paraná

João Cândido assumiu a diretoria da Escola Agronômica do Paraná em 17 de agosto de 1927, e para Tesoureiro foi indicado o agronomando Joaquim Inácio Silveira da Mota, e para Secretário o professor Frederico Perracini.

A mudança do prédio do Ginásio Paranaense foi consolidada em 29 de novembro de 1927, pelo Decreto 1463.[61]

Na nova sede, subsolo e térreo do Palácio das Luzes, na ala que confronta com a rua XV de Novembro, a Escola estava perfeitamente instalada, com seus laboratórios e gabinetes de química mineral, orgânica, analítica e agrícola, microbiologia, física, agricultura, topografia, mineralogia, geologia, desenho, máquinas, etc.[62]

Para os trabalhos práticos de Agricultura, Horticultura, Arboricultura, dispunha do Campo Experimental do Bacacheri.

O nível do Curso oferecido pela Escola Agronômica do Paraná alcançava um patamar elevado, mas a manutenção do seu caráter noturno o estava tornando inferior aos demais cursos semelhantes no Brasil. Era preciso modificá-lo atualizando-o. Essa nova regulamentação que aconteceu em 1928 encerra esta fase da Escola marcada por dificuldades, mas sobretudo por vitórias, e pelas personalidades marcantes de muitos grandes homens especialmente Lysimaco Ferreira da Costa.

A Escola Agronômica do Paraná, fundada em 5 de abril de 1918, com laboratórios, parte do Campo Experimental do Bacaheri, gabinetes, parco orçamento, ainda não tinha sede própria, mas já abrigava um Curso de Aprendizes e o Patronato Agrícola.

59 Relatório da Escola Agronômica do Paraná ao Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commércio, referente ao ano de 1928.

60 COSTA, Maria José Franco Franco Ferreira da. *Lysimaco Ferreira da Costa – A dimensão de um homem – O Educador*. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1987, 612 p.

61 Diário Oficial do Estado do Paraná, de 1927.

62 Relatório da Escola Agronômica do Paraná ao Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commércio, referente ao ano de 1928.

De 1918 a 1927, agora no seio da Universidade, embora não fazendo parte dela, nove anos de muito trabalho e dedicação que contribuíram para firmar sua presença no Estado e entre as demais escolas paranaenses.

3. O RECONHECIMENTO

Oficializada pelo Estado, perde o reconhecimento do Governo Federal. A recuperação. O Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química do Paraná. O reconhecimento, afinal!

Foram 13 longos e intensos anos, de 1928 a 1941, no aguardo da efetiva oficialização federal. Com a nova regulamentação em 1928, a Escola Agronômica do Paraná cresce e brilha. Cria o Curso de Medicina Veterinária, produz pesquisa. É reconhecida. Com a mudança dos governos, a partir da revolução de Getulio Vargas, inicia-se um período extremamente conturbado pela interferência política e pelo prejuízo irressarsível que pode ocasionar uma burocracia administrativa localizada a quilômetros de distância. Sob a tutela do Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro, porém com a maior parte da subvenção estadual, seu destino era decretado com base em informações nem sempre verdadeiras e isentas de interesse.

A Escola Agronômica do Paraná iguala-se aos melhores cursos de nível nacional. Ao longo dos anos, perde o Campo Experimental, muda de sede; de nome por quatro vezes, perde o reconhecimento federal, adapta-se a duas reformas. Nada porém foi tão maléfico quanto a intervenção de Manoel Ribas. Ora ameaçando fechá-la, cortando subvenções, interferindo na Direção, ora criando instituições "afins". Sua interferência só não foi mortal graças ao arrojo de certos professores e alunos, que cônscios da sua importância, lutaram até a sua oficialização efetiva pelo Governo Federal.

Esta fase foi também marcada pela personalidade forte de outro grande homem que atuou na Escola Agronômica do Paraná – João Cândido Ferreira Filho, e pelo apogeu nessa fase estadual. O sucesso de coisas tipicamente paranaenses não seria aceito pela segunda interventoria que aqui se estabeleceria em 1932.

A fase inicia-se com a Escola Agronômica magnificamente instalada nas amplas e arejadas salas que formavam a ala direita do majestoso edifício do Palácio da Universidade do Paraná (anteriormente chamado Palácio das Luzes). "Não haviam ainda decorridos nove meses após a sua transferência do Ginásio Paranaense, onde a Escola tinha sua sede, eis que o Governo do Paraná, numa larga visão dos múltiplos benefícios que um bem aparelhado departamento agrícola pode trazer ao Estado, resolveu reorganizar todos os serviços a ele referentes, oficializando definitivamente a Escola."[1]

1 Relatório da Escola Agronômica do Paraná ao Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commércio, 1928.

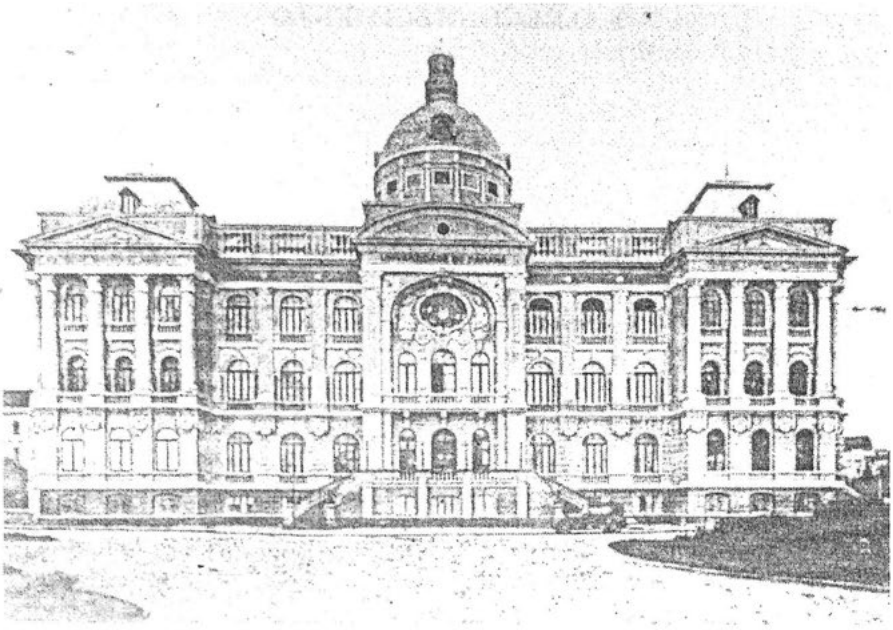


Fig. 1

Em 1927, a Escola Agronômica do Paraná transferiu-se para o "Palácio das Luzes", da Universidade do Paraná, ocupando o térreo e o primeiro andar, junto à Faculdade de Engenharia.

Oficialização da Escola Agronômica do Paraná – Decreto 1.111

O Decreto de 1º de agosto de 1928, de nº 1.111 trazia modificações profundas e importantes ao Curso, igualando-o aos melhores a nível nacional:

1- O Curso, que era de três anos, passou a ser de quatro,

2- O título conferido era o de *engenheiro agrônomo*,

3- O Curso de Especialização (4º ano opcional) foi extinto,

4- O número de cadeiras foi aumentado de 6 para 10,

5- O corpo docente foi aumentado em mais quatro catedráticos e três auxiliares,

6- A freqüência passou a ser obrigatória e a nota mínima para que o aluno prestasse exame em primeira época passou a ser no mínimo quatro (anteriormente era três);

7- Alterou-se o exame de admissão, que passou a constar de provas escritas e orais de Português, Francês, Inglês ou Alemão, Aritmética, Álgebra, Geometria Plana, Geografia e História do Brasil.

8- "Fazem parte integrante da Escola Agronômica do Paraná, o campo Experimental do Bacacheri e o Patronato Agrícola que nele funciona" (art. 134 Decreto 1.111 de 1º/8/28).

O Sr. Presidente do Estado Dr. Affonso Alves de Camargo, não só decretou estas melhorias como também abriu um crédito de quarenta e cinco contos, novecentos e oitenta mil réis necessários à reorganização.

A Escola estava então apta a ser grande e brilhante. Tinha subvenção, um patronato, curso diurno, corpo docente completo, campo experimental, um bom currículo e regulamento, e, além de tudo um diretor que entendia de ensino, agricultura e com bons princípios. Como se não bastasse, um Governo do Estado que sabia da sua importância.

Não estava completa, estava longe do ideal. Faltavam ainda uma sede própria e salários suficientes para que os professores pudessem se dedicar à Escola em tempo integral. O próprio João Cândido esteve muitas vezes a fazer inspeções de estradas, indicadas por Lysimaco para ter o seu sustento garantido frente aos salários que atrasavam freqüentemente.

Como na época *Agronomia* era pouco conhecida, a Direção da Escola, com auxílio da imprensa, organizou um serviço de propaganda divulgando a importância desse estabelecimento de ensino agrícola. Essa divulgação se sente ao se examinar a *Revista de Agronomia* do Centro Acadêmico de Agronomia em que se fazia grande promoção da Escola e da profissão.[2]

Pelo Decreto 1.112 de 1° de agosto de 1928, o Corpo docente do estabelecimento ficou da seguinte forma constituído:

Lente Cathedrático da Cadeira de Revisão de Mathematica
Engenheiro Civil FRANCISCO FERREIRA PEREIRA.
Lente Cathedrático da Cadeira de Engenharia Rural,
Engenheiro Civil HUGO DE MATTOS MOURA.
Lente Cathedrático da Cadeira de Physica Agricola,
Engenheiro Civil LYSIMACO FERREIRA DA COSTA.
Lente Cathedrático da Cadeira de Zoologia e Botânica,
Agrônomo SYLVANO ALVES DA ROCHA LOURES.
Lente Cathedrático da Cadeira de Zootechnia
Medico Veterinário CARLOS DE FREITAS LIMA.
Lente Cathedrático da Cadeira de Agricultura
Agrônomo JOÃO CÂNDIDO FERREIRA FILHO.
Lente Cathedrático da Cadeira de Chimica
Pharmaceutico chimico HUGO OSWALDO RIEDEL.
Lente Cathedrático da Cadeira de Chimica Agricola
Doutor em Sciencias Agrarias FREDERICO PERRACINI
Lente Cathedrático da Cadeira de Technologia Agricola
Agrônomo ADOLAR DE HEGREVILLE HINTZ.
Lente Cathedrático da Cadeira de Economia Rural
Bacharel JOÃO SOARES BARCELOS.
PROFESSORES AUXILIARES:
Agrônomo CAIO GRACHO PEREIRA (6ª Cadeira)

2 *Revista da Agronomia* do Centro Acadêmico de Agronomia, Curitiba, 1929 e 1930.

Agrônomo ANTHISTENES M. M. SARMENTO (5ª Cadeira)
Medico Veterinário RAUL GOMES PEREIRA (4ª Cadeira)

A Inspeção Estadual continuaria a cargo de Romário Martins, até 1930, sendo substituído a partir de então por outro agrônomo – Childerico Bevilaqua, por parte do Governo Federal era feita pelo Serviço de Inspeção e Fomentos Agrícolas na pessoa do Sr. José Eurico Dias Martins, do Ministério de Agricultura.

Outras modificações se fizeram a seguir. O corpo docente passou a receber pagamento por parte do Governo Estadual num total de R$ 61.960$000 anuais.

Extinção do Patronato Agrícola e Instalação da Escola de Reformas

O Patronato Agrícola foi extinto, os vinte meninos internos foram transferidos para o Abrigo de Menores que o Estado mantinha. A subvenção de trinta contos de réis foi mantida para o Campo Experimental do Bacacheri. No lugar do Patronato foi instalada a Escola de Reforma secção masculina.

Na Escola de Reforma, agora de caráter correcional, quarenta alunos recebiam ensinamentos dos mestres da Escola Agronômica do Paraná. A ação desses alunos no entanto era diversificada em serviços nas oficinas de alfaiataria e sapataria além dos diversos trabalhos agrícolas.

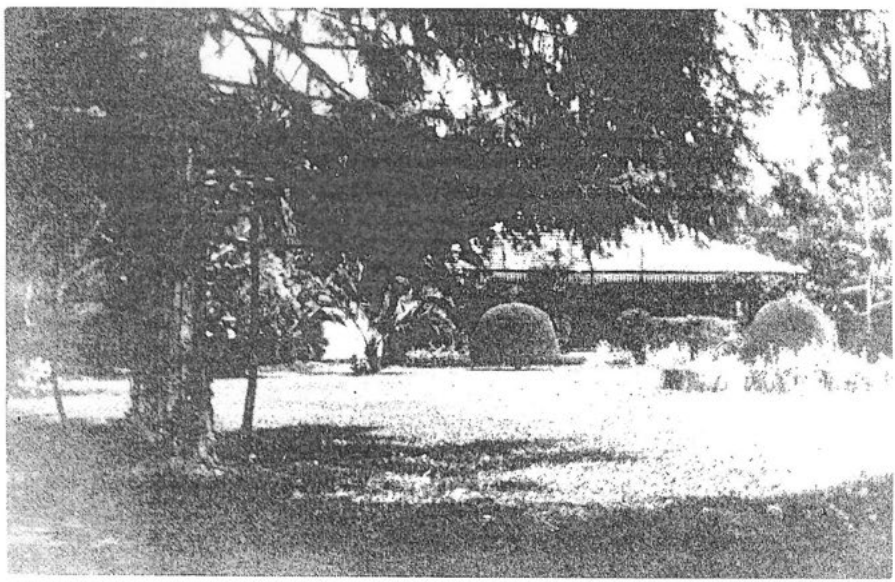


Fig. 2
O Campo Experimental do Bacacheri era um ponto de referência, intensamente visitado pela população, chegando a ter 6.000 visitantes num único dia.

"Esta cooperação entre as duas Escolas produz magníficos resultados, tanto para um estabelecimento como para o outro. A manutenção da Escola de Reforma acha-se inteiramente a cargo do Governo do Estado, cabendo ao Diretor da Escola Agronômica, a incumbência de fiscalizar a administração desse estabelecimento de correção, além de dirigir todos os trabalhos do campo, ministrando aos alunos instrução agrícola elementar."[3]

O Campo Experimental do Bacacheri (situado onde hoje é a Base Aérea do Bacacheri - CINDACTA), era administrado com tal eficiência e competência que fora indicado por uma das revistas mais importantes da época – *Chácaras e Quintaes*[4] como sendo UMA DAS MARAVILHAS DO BRASIL, fazendo coro à imprensa local.

A pesquisa sobre o PLANTIO DIRETO sem uso de herbicidas chega ao seu máximo. A Escola vive seus momentos de glória!

Essa glória existia, no entanto, apesar de haver oito meses de atraso de pagamento do corpo docente, do atraso no pagamento de vinte contos de réis da parte relativa ao Campo Experimental. Os tempos eram difíceis para todos, como reconhecia seu Diretor, mas sobrevivia com sucesso graças a verdadeira economia observada pela Diretoria da Escola, ao auxílio recebido do Ministério de Agricultura e a sua renda própria.

A situação nacional também não era boa, "em 21 de outubro de 1929 deu-se o início da *grande depressão* que atingiu todo o mundo capitalista. Um ano depois a Revolução de 1930 encontrou a vida econômica do Brasil totalmente desorganizada e o pânico instalado entre os produtores e exportadores de café. Os anos vinte haviam assistido à pujança econômica da República Velha baseada na produção de bens agrícolas destinados à exportação. Mas, o que fizera a força desse sistema, fizera também a sua fraqueza."Aberto para o exterior, beneficiara-se de um decênio de riquezas, mas com o colapso do mercado mundial veio a crise. "A produção de café no Brasil aumentava, o preço de um ano para outro caiu para 10%, resultado: 13 milhões de sacas de café sem comprador."[5]

O ano de 1930 é o ano da Revolução. As aulas foram suspensas desde 5 de outubro "por motivo revolucionário, no qual tomam parte a maioria dos seus professores e alunos. Além disso, os gabinetes de Química dessa Escola estiveram à disposição do Exmo. Sr. General Plínio Tourinho, comandante da Região Militar, para a fabricação de máscaras protetoras contra gases asfixiantes, serviços esses sob a Direção do Professor Frederico Perracini, lente das Cadeiras de Química Analítica e Agrícola."[6]

Substituindo a Velha República, em outubro de 1930, Getúlio Vargas nomeia interventores para os estados. O Paraná foi contemplado com o general Mario Alves Monteiro Tourinho, que junto com Plínio Tourinho, seu irmão, haviam, como coronéis (chefe da 5ª Região Militar) comandado a revolução contra São Paulo e Rio de Janeiro.[7]

3 Relatório do Sr. Diretor da Escola Agronômica do Paraná ao Exmo. Sr. D. Ministro dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commércio do Paraná, 1929.

4 *Chácaras e Quintaes*, nº 6, São Paulo, 1930.

5 Brasil - *Nosso Século*, São Paulo: v. 5. Victor Civita, Editora Nova Fronteira, 1985.

6 Relatório do Sr. Diretor da Escola Agronômica do Paraná ao Exmo. Sr. D. Ministro dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commércio do Paraná, 1930.

7 Brasil – *Nosso Século*, *op. cit.*



Fig. 3

O Campo Experimental do Bacacheri era dirigido pelo professor João Cândido Ferreira Filho, onde se fazia muita pesquisa, além das aulas práticas.

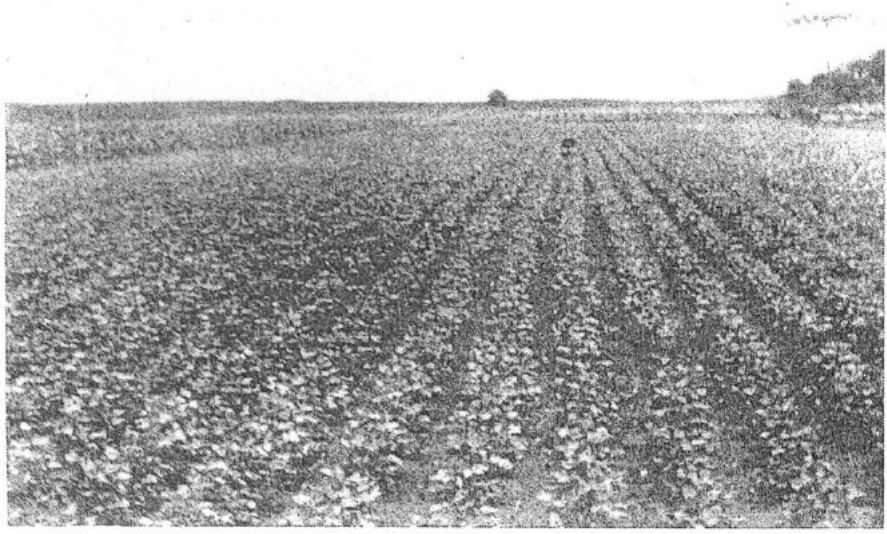


Fig. 4

Neste campo, no final dos anos 20 desenvolveu-se o primeiro plantio direto, sem o uso de herbicidas, inexistentes na época.

Autonomia Didática e Administrativa sobre o Campo do Bacacheri (Decreto 345)

O Campo Experimental do Bacacheri já era parte integrante da Escola Agronômica do Paraná pelo artigo 134 do Decreto 1.111 de 11 de agosto de 1928. O Diretor João Cândido requereu e o Interventor Mário Tourinho decretou a integração do Campo à Escola, concedendo-lhe a autonomia didática e administrativa, incorporando a subvenção à receita da própria Escola, mas ressalta que a cessão é a título precário[8] (Decreto 345). A satisfação só poderia ser maior se não houvesse o detalhe da precariedade; mas não se tinha dúvidas sobre a permanência do Campo para a Escola, o trabalho lá desenvolvido o assegurava.

A Criação do Curso de Medicina Veterinária

A confiança no futuro era tanta que, em 9 de abril de 1931, a Congregação da Escola Agronômica do Paraná examinou um documento; assinado por vários professores, propondo a criação de um CURSO ANEXO de Medicina Veterinária; em três anos, em que o projeto de regulamento de curso deveria ser apresentado em oito dias à Congregação a fim de que começasse a funcionar ainda naquele ano. A proposta foi debatida. Houve restrição quanto à organização do Curso, a duração e quanto às matérias que deveriam ser lecionadas. O Diretor João Cândido Ferreira Filho, numa visão de muitos anos à frente, declarou-se contrário à proposta por considerar que a Escola não dispunha de aparelhamento necessário ao Curso de Veterinária, e por julgar que a sua criação traria embaraços ao Curso de Engenharia Agronômica, com o que concordava também o professor Sylvano Loures. O professor Adolar Hegreville Hintz sugeriu que o Curso de Veterinária fosse, na parte econômica, inteiramente independente do Curso de Engenharia Agronômica. A proposta inicial foi aprovada, sem a definição quanto ao prazo para o funcionamento do curso.

A sessão solene da inauguração do Curso de Medicina Veterinária deu-se em 4 de maio do mesmo ano.[9]

Enquanto isso, no cenário nacional, a Revolução de 1930 prosperava. Getúlio Vargas queria como interventores nos estados, homens dóceis às suas diretrizes. Efetivamente, Mário Tourinho, o primeiro Interventor no Estado do Paraná, não tinha o espírito de submissão que convinha ao Governo Federal, embora apoiasse os ideais da Revolução, visto que esta procurava recuperar os ideais de Benjamin Constant na Proclamação da República, e que foram tão aviltados no decorrer da República Velha.

A princípio Mário Tourinho tinha a simpatia de Getulio Vargas, mas não gozava ao mesmo tempo de igual sentimento por parte de Goes Monteiro. Mário Tourinho, nascido em Antonina, ligado à terra paranaense, impoluto republicano, de fina têmpera não aceitaria a formação do Território do Iguaçu (sabia-se na época que a formação de tal Território tinha o objetivo de facilitar a colonização pelos gaúchos da parte Oeste de Santa

8 *Diário Oficial do Paraná* de 3/2/1931.

9 Ver cópia da Ata da Congregação da Escola Agronômica do Paraná, de 04/05/1931. Livro de Atas da Congregação da EAP de 1928 a 1934, p. 56-57.

Catarina e do Paraná, alcançando o centro do Brasil). Isso fez com que Getúlio nomeasse um outro paranaense, aclimatado há 30 anos em Santa Maria da Boca do Monte no Rio Grande do Sul, como Interventor. Embora fosse ligado à agricultura e administrador competente sob certos pontos de vista, não tinha raízes paranaenses para poder entender o significado da Escola Agronômica do Paraná. Provavelmente não entendesse nem mesmo o sentido de qualquer escola de nível superior. Dócil a Getúlio Vargas, concordou com o Território do Iguaçu e influiu negativamente na nossa Escola.

O Interventor Manoel Ribas ameaça fechar a Escola Agronômica do Paraná

Certo dia, o Diretor João Cândido foi chamado, junto com Lysimaco Ferreira da Costa à presença do Sr. Interventor Manoel Ribas, lá houve um diálogo dos mais curiosos:[10]

MR– Olha aqui, eu mandei te chamar porque você vai ser o "estrela" da agricultura do Paraná. Mas tem uma condição: Lá tem uns homens da oposição. Dr. Plínio Tourinho, professor de Matemática precisa ser eliminado, e o professor Durval Ribeiro. Você precisa fazer voar da Escola.

JC– Mas por que tirar se são professores formidáveis?

MR- É porque são oposicionistas ao meu governo, e eu não admito isto, eu não quero governar com gente fazendo fofoca, política, e por isso tem que sair!

O professor Lysimaco assistindo...

JC– O Senhor me desculpe, mas são professores catedráticos isto quer dizer que têm direitos que ninguém pode eliminá-los de lá, não podem sair a não ser com processo de criminosos, mas eles não são criminosos, podem ser políticos – o senhor está dizendo...

MR– São os chefes da política aqui no Paraná! São os chefes da oposição! O Durval é amigo dele... acompanha, ...tem que sair!

JC– Não posso, Senhor Ribas, eu não posso tirá-los, o Sr. pense bem... O Dr. Lysimaco sabe, nós não podemos tirar nenhum professor de lá, são catedráticos, Sr. Ribas.

MR– Não pode tirar, não?

JC – Não.

MR- Então eu corto a subvenção da Escola. Não dou a subvenção enquanto estes homens estiverem lá!

JC– Infelizmente eu não posso fazer nada, temos que viver da subvenção federal e dos alunos.

Na reunião da Congregação da EAP, em 25 de fevereiro de 1932, consta[11] *"O Sr. Prof. Diretor, fazendo uso da palavra expõe à Congregação a atitude do atual Governo do Estado em relação à Escola Agronômica do Paraná. Disse*

10 Entrevista do professor João Cândido Ferreira Filho ao autor e em 25/07/1987.

11 Ata da 3ª Sessão ordinária da Congregação da Escola Agronômica do Paraná, em 25/02/1932. Livro de Atas da Congregação de 1928-1934, fls. 84-86.

ter sido chamado pelo Sr. Interventor Manoel Ribas, este declarou-lhe que pretendia fechar a Escola, ao que respondeu o Sr. Diretor não ser possível, pois a Escola gozava de autonomia didática e administrativa. Disse então o Sr. Interventor que sendo via de fato uma verdade, cortaria ele a subvenção até agora concedida a esta Escola pelo Estado. Disse ainda o Sr. Diretor que a Interventoria assim ia proceder em virtude de querer substituir os Cursos desta Escola pela de 'Capatazes rurais', tendo como base o que existia no Rio Grande do Sul.

O Sr. Diretor comunicou que então, havia organizado as bases para um novo curso, que funcionaria dentro da Escola Agronômica do Paraná, sem que perdesse os favores que vinha gozando do Estado. Entregaria esse projeto ao atual Diretor da Instrução Pública, que alegara estar encarregado pelo Sr. Interventor de estudar o assunto, o qual ficara de entregar esse projeto à Interventoria. O Sr. Diretor fazia todas essas declarações à Congregação e pedia que esta se manifestasse a respeito, pois acataria, como de costume, a sua decisão. O Sr. Professor Joaquim Silveira da Mota, pede a palavra e diz que antes de ser o assunto debatido, desejava que se fizesse constar da presente ata, a sua declaração formal de que estava disposto a continuar a prestar os seus serviços, tanto como professor, como no cargo de Secretário, embora gratuitamente, no caso de ser cancelada a subvenção paga pelo Estado, pois nunca teria em mente a percepção de vencimentos e sim, unicamente juntar os seus serviços profissionais à Escola. O Sr. Plínio Tourinho pede a palavra e declara que também faz suas palavras do Prof. Silveira da Mota e pede que a sua declaração conste da ata. Idênticas declarações fazem, sucessivamente, os senhores professores Lysimaco F. da Costa, João Cândido Filho, Hugo Oswaldo Riedel, Caio Gracho Pereira, Anchisses Marques de Faria, Gamaliel Pereira de Carvalho, Francisco Ferreira Filho, Durval de Araújo Ribeiro e Joceliym de Souza Lopes. Os demais professores da Escola não se achavam presentes à sessão. Continuando a discussão em torno do palpitante caso da subvenção estadual, a Congregação delibera não tomar, na presente sessão qualquer medida sobre o caso, ficando o Sr. Diretor autorizado a se entender com o governo do Estado se para isso for chamada a Escola. Qualquer resolução deverá porém, ser previamente submetida à apreciação da Congregação. Fica ainda resolvido que a Secretaria da Escola está autorizada a declarar aos alunos, quando consultada por estes, que em hipótese alguma a Escola deixará de funcionar. O Prof. Silveira da Mota, pede a palavra e comunica já ter sido procurado por vários agrônomos, dentre os quais cita os nomes dos Srs. Drs. José Maria de Paula, Childerico Bevilaqua, José Satuo Ângelo, Lucio Pereira Júnior, Ildefonso F. Correa, Julio do Nascimento, Manoel Diniz, Manoel Alves do Amaral, Mário Raureno e outros, que o autorizaram a comunicar que, caso a Escola venha a necessitar de seus serviços, estão prontos a trabalhar gratuitamente, para que não prejudique o funcionamento do estabelecimento. (...)."

Manoel Ribas cria Curso de Operários Rurais e cassa Subvenção à Escola Agronômica do Paraná

Em decorrência disto, em 1° de março de 1932, Manoel Ribas efetivamente decretou a criação de um *Curso de Operários Rurais*, destinado a ministrar conhecimentos práticos de Agricultura e Zootecnia, e, um segundo *Curso de Técnicos Rurais* destinado àqueles que revelassem aproveitamento e vocação à profissão de agricultor. Os cursos funcionariam no Campo Experimental do Bacacheri, e, a subvenção anteriormente concedida à Escola Agronômica do Paraná foi cassada (Decreto 516).[12]

O meio agronômico e veterinário indignou-se diante de tanta inépcia e protestou através da Associação dos Agrônomos e Médicos Veterinários do Paraná, telefonando-se às autoridades maiores da República, dando apoio moral e material, e, negando-se a colaborar com o Curso de Operários Rurais, dentre outras medidas.

Interventor Manoel Ribas destina o Campo Experimental do Bacacheri ao Aeroclube do Paraná

Nessa época já havia sido fundado o Aeroclube do Paraná, e uma comissão de três indivíduos foi incumbida de procurar terreno adequado. Os aviões que aqui chegavam pousavam nos campos naturais do Boqueirão, Guabirotuba, Bacacheri, Estrada do Encanamento e Portão; donde se pode verificar tantas alternativas haviam. Consultaram os dirigentes da Escola sobre o Campo Experimental. O assunto foi colocado em discussão na 6ª sessão ordinária da Congregação da EAP[13] o relator, Lysimaco F. da Costa emitiu o seguinte parecer:

> *A congregação da Escola Agronômica do Paraná, em sua reunião do dia 18 de março corrente, tendo examinado o assunto da presente petição, na qual o Aero-Clube do Paraná sociedade reduzida à diretoria signatária da mesma petição, pede ao governo do atual Senhor Interventor Federal, doação de uma área de 500 x 500 metros de terreno do Campo Experimental do Bacacheri, para servir de campo de aterrizagem dos aviões das companhias comerciais que, oportunamente deverá ligar Curitiba a São Paulo em duas horas, e para outros fins, é de parecer contrário à referida doação, porquanto: 1°) Se ao Estado fosse permitida a doação de qualquer propriedade sua à instituições particulares, de caráter comercial, com mais forte razão e há muito tempo, todo o terreno, sede do Campo Experimental do Bacacheri, já teria sido doado à Escola Agronômica do Paraná desde 1918, instituição esta de utilidade pública reconhecida, bem como registrada na forma legal no Ministério da Agricultura e conferindo diplomas aos seus alunos, de plena validade em todo o país, e, especialmente, no Estado, a Escola Agronômica do Paraná, no uso de vários Decretos dos governos passados, inclusive da última Interventoria Federal, ocupa sem solução de continuidade o terreno do Campo Experimental do Bacacheri, com integral satisfação de todos os seus deveres, quer em relação ao Estado, quer em relação aos seus alunos e ao ensino prático que ministra e, no exer-*

12 *Diário Oficial do Paraná* de 3/3/1932.

13 Livro de Atas da Congregação da Escola Agronômica do Paraná, de 1928 a 1934, p 90-93.

cício dos seus misteres até hoje, não pode ser favorável de modo algum, à alineação sob qualquer título dos terrenos que estão servindo aos seus destinos sociais e que estão já por tradição confiadas à sua guarda e conservação. 2º) Não é verdade, como insinua o teor da petição, que a Escola Agronômica do Paraná, não tenha utilizado até hoje a terra cobiçada; ela está com parte cultivada e com outra parte servindo de campo de pastagem para seus animais estabulados. 3º) A Escola Agronômica do Paraná avança anualmente suas áreas de culturas experimentais e, no próximo ano, a parte da área cedida, ainda hoje não cultivada, será ocupada por novas culturas, tanto mais que a Escola Agronômica do Paraná espera ter já nesse ano, em funcionamento no Campo Experimental do Bacacheri e em plena atividade os Cursos de Trabalhadores Rurais e de técnicos rurais, conforme determinação do atual Sr. Interventor Federal, precisando para a satisfação dos seus programas de toda àrea de terras do Bacacheri. 4º) Para comprovar a sua boa vontade e o seu patriotismo, a Escola Agronômica do Paraná informa que foi absolutamente favorável à cessão de uma parte das terras do Campo Experimental do Bacacheri, para a construção do Quartel do 5º Batalhão de Engenharia e para a linha de tiro ao lado deste, ficando assim este campo bastante reduzido para atender aos seus objetivos, que crescem ou se ampliam ano a ano; 5º) A Escola Agronômica do Paraná, por seus professores, tem a maior consciência de toda e qualquer gesto sadio de patriotismo e, como já demonstrou em várias oportunidades, jamais deixará de colaborar com os governos do Estado e do país em qualquer iniciativa verdadeiramente patriótica, ligada ao progresso ou a defesa da pátria comum; não se trata disto porém, no caso vertente, mas aproximado de uma simples exploração comercial, hoje mascarada quanto a extensão toda das suas finalidades e amanhã entregue a companhia alemã ou americana do norte, que virá lançar os seus pilotos estrangeiros, justamente no coração de três grandes elementos da nossa defesa militar: o quartel da 9ª R.A.M., o quartel do 5º B.E. e o Depósito de Material Bélico da 5ª R.M., uma das mais importantes da República, por sua situação de fronteira e de atuação decisiva, se por ventura tiver um dia o Brasil de enfrentar seu mais provável adversário, educado militarmente à prussiana, com missões militares alemãs e aviação cheia de pilotos alemães, muito radicados o país vizinho, sem que o governo da República tivesse a iniciativa de exigir em cada hidro-avião da "Condor", ao menos um piloto da aviação nacional ao lado do estrangeiro, a título de praticagem. O Correio Aéreo Militar não pode ser iniciativa das signatárias da petição do Aero-Clube do Paraná, o Exército Nacional terá à sua disposição, quando bem entender, todos os elementos de que necessitar para o perfeito cumprimento da sua missão na paz ou na guerra; e, sobre tudo, de tudo dispõe com o mais amplo apoio de todos os brasileiros, quaisquer que sejam. Não podemos expor os nossos já precários meios de defesa nacional à constante das chapas fotográficas dos amadores estrangeiros. Por essas e todas as razões, a Congregação da Escola Agronômica do Paraná entende que o Aero-Clube do Paraná, deve procurar outro campo para seus objetivos comerciais, que serão por certo os mais louváveis, mas entende sobretudo que a presente petição deve ser indeferida e arquivada. Sala das Sessões, 18 de março de 1932.

Após receberem a sonora e convicta negativa,[14] a comissão do Aeroclube fez um memorial dirigido ao Interventor Manoel Ribas e, como este se encontrasse no Rio de

14 Relatório do Diretor da Escola Agronômica do Paraná, Joaquim I. Silveira da Mota à Congregação em 14/1/1932, p. 8, Curitiba.

Janeiro, João Perneta, seu substituto, em 16 de março de 1932, concedeu uma licença provisória para o uso do terreno pretendido, não aqueles imensos campos vazios, mas aquele onde a Escola pugnava para a melhora do ensino, da pesquisa e da agricultura. O Interventor, voltando do Rio de Janeiro, para o espanto dos lentes de bom senso da Escola, ratificou a decisão de colocar um clube de aviação nos campos de cultura pelo Decreto 964 de 25 de abril de 1932.

João Cândido Ferreira Filho renuncia à Direção da Escola Agronômica do Paraná

O golpe foi grave, mas não foi mortal. O Diretor João Cândido protestou, tudo fez para que a decisão fosse reconsiderada, mas nada conseguiu. "É difícil compreender como pode um governo, instituído sobre os princípios liberais da revolução outubrina, destruir o trabalho de quase vinte anos, tal o realizado no Campo Experimental do Bacacheri por esta Escola, para arrasando tudo o que havia de útil, transformá-lo em campo de aviação, quando nos arredores desta capital existem campos livres, que muito melhor se prestariam a este fim."[15]

O Diretor João Cândido, aborrecido com a falta de visão do Interventor, concluiu que permanecendo no cargo prejudicaria a Escola , que não poderia servir a um homem que pensasse daquela forma. Deveria deixar que um outro tomasse o seu lugar, que fosse do gosto do Interventor.[16]

João Franco, Diretor do Serviço Técnico do Café solicitou aos governos que enviassem agrônomos, para serem treinados em Campinas para o desenvolvimento da cafeicultura nos seus estados respectivos. O Interventor indicou alguns nomes da sua simpatia. João Franco ponderou que precisava de gente experiente e ligada à agricultura e, sugeriu o nome de João Cândido. Manoel Ribas contrariado, concordou. Assim demitiu-se o nosso Diretor que partiu para o estágio em São Paulo.[17] Pouco tempo depois retornaria para Jacarezinho como técnico, e a seguir como chefe do Posto. Numa das visitas que fazia por todo o Estado, Manoel Ribas lhe disse "Dou a mão à palmatória, vocês estavam certos." Em 1937, foi convidado para ser o Secretário da Agricultura do Estado. Deslocou-se para Curitiba e teve uma entrevista com o Interventor. Disse-lhe que aceitaria o cargo, desde que a Secretaria fosse apolítica, livre de injunções políticas, que ele pensasse e lhe desse a resposta até o dia seguinte. Manoel Ribas silenciou![18]

João Cândido parte, então para a Escola Nacional de Agronomia, no Rio de Janeiro, onde conquista a cátedra de Agricultura em 1934. De lá retornou em 1945 para ser Secretário da Agricultura quando Clotário Portugal foi Governador do Estado do Paraná.

15 Relatório referente aos trabalhos realizados na Escola Agronômica do Paraná no ano de 1932, apresentado à Congregação da EAP pelo seu Diretor Joaquim I. Silveira da Mota.

16 Entrevista do professor João Cândido Ferreira Filho ao autor em 25/06/87.

17 Ata do Diretor de 17/05/1932, em que pede afastamento. Correspondências Recebidas, 1932. Arquivo do Setor de Ciências Agrárias.

18 Entrevista do professor João Cândido Ferreira Filho ao autor em 25/06/87.

Novo Diretor da Escola Agronômica do Paraná:
Joaquim Silveira da Mota: 17/5/1932

Com a renúncia do Diretor João Cândido, o professor Joaquim Silveira da Mota foi eleito, assumindo o cargo de Diretor em 17 de maio de 1932. Nomeou como secretário o engenheiro agrônomo recém-formado Raul Edgard Kalckmann. "Este estabelecimento, desde sua fundação em 1918, que percebia uma subvenção do Governo do Estado do Paraná. A princípio bastante pequena, chegou em 1928 a R$ 97:360$000 anuais. Desta, saía o custeio do Campo Experimental do Bacacheri e a verba para o pagamento do Diretor deste campo, sobrando para a Escola R$60:000$000 para as despesas dos seus cursos.[19]

No relatório de 1932 consta ainda: "O atual governo do Sr. Interventor Manoel Ribas, logo após o seu advento, cassou a subvenção em apreço, evidenciando assim a sua má vontade para com a Escola Agronômica do Paraná, pois de outra forma não se pode admitir este ato interventorial."

"Estabelecimento que sempre soube cumprir fielmente a sua finalidade com a mais absoluta honestidade, merecedor dos mais francos elogios de quantos o visitam, a nossa Escola não merecia de forma alguma, o golpe que se lhe pretendeu desferir com a cassação de tal subvenção. Somente com o intuito de perseguir, de amesquinhar aquilo que tem valor, que é nobre, que é genuinamente paranaense, poderia motivar tal golpe."[20]

"Ainda mais uma vez não lograram êxito as injustiças contra a Escola Agronômica do Paraná. A Congregação em uma atitude de nobreza, de caráter e elevação de espírito que jamais poderão ser ultrapassados, resolveu manter o funcionamento dos cursos, abrindo todos os professores, *sem a mínima discrepância, mão dos seus vencimentos*, enquanto fosse isto necessário para a vida do estabelecimento."[21]

"Nunca foi dado uma maior e mais adequada resposta a uma perseguição, da natureza da movida contra esta Escola."

Em 30 de março de 1932, a Escola fez uma petição ao Dr. Francisco de Campos, então Ministro da Educação e Saúde Pública, solicitando uma subvenção anual de R$ 100.000$000. O Governo Federal reconheceu a utilidade desse estabelecimento e deferiu o pedido. Este Ministério enviou um inspetor que detalhadamente visitou todas as dependências do estabelecimento, examinou detidamente todos os livros de escrituração contábil e escolar, e emitiu o parecer:

> *"A Escola Agronômica do Paraná, a cuja inspeção acabo de proceder, constando a sua perfeita instalação, organização e competentíssima direção, é um instituto que honra este Estado e o coloca entre os que melhor têm compreendido e resolvido o problema nacional da instrução técnica-profissional. Registro a minha ótima impressão desta visita, que é tanto mais lisonjeira pelo conhecimento que tive das dificuldades que se tem antolhado, nesta casa, à ampla expansão da sua finalidade."*
>
> *assinado: José Pedro Ferreira da Costa.*

19 Relatório do Diretor da Escola Agronômica do Paraná, Joaquim Silveira da Mota à Congregação da EAP, em 14/1/1932.

20 Relatório, *op.cit.*

21 *Idem.*

Arrendamento de Uma Área para Aulas Práticas da Escola Agronômica do Paraná (out/1932)

Sem o Campo Experimental, o Diretor Joaquim buscou imediatamente outro local para as aulas práticas, e arrendou em outubro de 1932, uma área de aproximadmente 15 hectares situada na Avenida República Argentina nº 2.616 no "arrabalde" do Portão do Sr. Eurides Cunha por um prazo de três anos. Para dirigi-lo foi nomeado o professor catedrático Caio Gracho Pereira, de Genética Vegetal, agrônomo dos mais competentes. Essa propriedade era de fácil acesso, continha um estábulo, instalações de água e esgoto, paióis, casa para residência, parreiral e pomar.[22]

O Interventor, ao que se vê, era contrário às pessoas de maior conhecimento, e fazia declarações consideradas ofensivas aos membros do ensino superior do Estado do Paraná, conforme carta de 18 de novembro de 1932 dos professores da Escola Agronômica do Paraná ao seu diretor.[23] O episódio foi amplamente desmentido posteriormente nos jornais de Curitiba.

Joaquim Silveira da Mota pertencia ao grupo de pioneiros liderados por Lysimaco. Esse grupo autodenominado como "do calcáreo" enfrentava a oposição dos "tenentes e gaúchos", liderados por Raul Gomes Pereira que queria tomar o poder. Raul era tenente e deputado constituinte, e sabia que o Interventor manter-se-ia irredutível quanto à Escola, enquanto Joaquim lá estivesse, mas vislumbrava algumas promessas caso fosse diretor.

O Interventor transforma a Escola Agronômica do Paraná em Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná (Decreto 2349 de 14/11/1933)

Joaquim sentiu a necessidade de realizar algumas mudanças no Regimento da Escola a fim de conseguir algumas economias e coibir várias irregularidades e abusos (carta de Joaquim S. Mota 27 de agosto de 1933). A oposição propõe também a alteração do nome da Escola e o encerramento do seu mandato. Seguiu-se daí uma série de consultas, pedidos de conselhos e ajudas a Lysimaco, que se encontrava licenciado e no Rio de Janeiro. Lysimaco continuava comandando, apaziguando e orientando mesmo à distância.

O Diretor Joaquim, junto com Caio e Kalckmann, sentiam-se cada vez mais pressionados pelo grupo dos tenentes, que por sua vez recebia força do Governo do Estado.

A documentação deste episódio é pouca mas o telegrama enviado a Lysimaco reflete o clima:

22 Relatório, *op. cit.*

23 Trata-se de uma entrevista concedida no Rio de Janeiro e publicada pelo *Jornal do Brasil*, provavelmente em 17/4/1932, e referia-se à federalização das faculdades do Paraná. Tal artigo foi também, publicado no *Correio do Paraná*, porém não foram encontrados nesta pesquisa.

Curitiba, 10/11/33.
Lysimaco Costa
Hotel Flamengo
Rio de Janeiro.
Para evitar completa desorganização Escola necessário urgente tua presença aqui.
Mota, Caio Kalckmann[24]

O dia seguinte (11 de novembro 1933) certamente foi muito movimentado. Lysimaco recebeu outro telegrama com o seguinte teor:

Curitiba, 11/11/1933.
Dr. Lysimaco Costa
Hotel Flamengo
Rio de Janeiro
Totalidade alunos e maioria professores indignados últimos atos Diretor Escola Agronômica. Ameaçam extinção cursos. Exigem seu imediato afastamento interventor nosso favor.
Pedimos apoio ilustre professor fundador.
Saudações Ewaldo[25]

Ao mesmo tempo, os alunos entraram em greve e publicavam nota em jornal:[26]

Estão em greve os alunos da Escola Agronômica do Paraná
Recebemos ontem o seguinte communicado, que nos foi trazido por uma comissão de alunos da Escola Agronômica do Paraná:
AOS ACADÊMICOS DE CURITIBA.
Em virtude de sérias irregularidades de ordem moral, material e quiçá pecuniária, verificadas na administração da Escola Agronômica do Paraná a unanimidade dos alunos tomou a resolução de se declarar em greve pacífica a qual cessará com a retirada do atual diretor Sr. Joaquim Silveira da Mota da direção da Escola.
Curitiba, 11-11-1933
A Comissão:
Antonio Carlos de Araújo Morits, Francisco B. Bertagnoli Júnior, Leonidas Vicente de Castro, Carlos João Antônio de Faria Moritz, Oliverio E. Cortas, João Carlos Souza Castro, Evaristo de Morais, Fernando Luiz Antunes, Antonio Alves da Rocha Loures, Abilio Luso Ferreira, Oscar Palmiquist, Francisco Maravalhas Neto, José Patituci, R. Gonçalves, Francisco Moritz, Natel Trevasini, Rubens Beneti, Astrogildo Freitas, Arlin Lara, Herculano S. Paula, Pedro Grachovski, Joel Lisio Lopes, Paulo F. Beckert, Francisco Chainodisko, Gilberto Nascimento, Lourival Conceição, A. Resehendorler, Sandoval R. Ribas

No dia 14 de novembro, o Interventor assinou o Decreto 2349 transformando a Escola Agronômica do Paraná em Escola Superior de Agronomia e Veterinária do Paraná. Estabelecendo ainda que funcionaria em prédio próprio.

24 COSTA, Maria José Franco Franco Ferreira da. *Lysimaco Ferreira da Costa – A dimensão de um homem – O Educador*. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1987, 612 p.
25 *Idem*
26 *Diário da Tarde* 11/11/1933.

O Decreto 2349 efetivamente dividia, ou pelo menos diminuía a importância da Escola Agronômica do Paraná, pois determinando no seu artigo 2° que manteria três cursos Agronomia, Veterinária e Capatazes Rurais. Que estes funcionariam independentemente, mas subordinando o seu regimento à aprovação pelo Governo do Estado, e prometendo subvenção anual, transformava a Escola Agronômica do Paraná, de mãe generosa que concebia um filho em gata borralheira, expoliada por sua criatura. Além do mais lhe era imposto um curso de Capatazes Rurais, que espúrio, era fruto da imaginação do Interventor, mas aceito pelo "grupo dos tenentes".

Interventor nomeia Raul Gomes Pereira como Diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná. Decreto 2387, nov./1933

Dois dias depois, 16 de novembro de 1933, Raul comunicava a Lysimaco que assumira a Direção da Escola. O Interventor abreviava assim a gestão de Mota, que deveria durar até 05 de abril de 1935.

Ao que se pode deduzir pelo artigo[27] mandado publicar por Hegreville Hintz, Mota e Kalckmann protestaram contra tal Decreto, mas em nada resultado de positivo.

Na semana seguinte, o Decreto n° 2387 do Interventor nomeando Raul como Diretor foi assinado. Iniciou-se então uma fase de perseguições políticas por parte do "grupo dos tenentes" aos "do calcáreo". Mota, Caio e Kalckmann buscaram concurso no Ministério da Agricultura e, em poucos meses se afastaram da Escola. Mota para sempre. Kalckmann e Caio por muito tempo, retornariam mais tarde.

No dia 22 de novembro, Raul escrevia a Lysimaco dizendo-se confiante e otimista, pede ajuda e conselhos. A razão por se apresentar com esse estado de espírito seria a promessa de subvenção, já assumida no Decreto, de um prédio próprio e um campo para aulas práticas.

Interventor constrói Prédio para Escola de Capatazes no Campo do Bacacheri (1933)

O novo Diretor assim se expressou no relatório anual à Congregação:[28]

Empossado, procurei logo entrar em entendimento com o Snr. Interventor Federal no Estado, Exmo. Snr. Manoel Ribas, o qual mais uma vez confirmando as suas intenções de trabalhar em prol do engrandecimento do Estado, prontificou-se a auxiliar regiamente a Escola. Baixou o Decreto n° 2.349 de 14 de novembro ppdo. em que concede-se uma subvenção anual e cogita-se da construção de prédio próprio para o funcionamento da Escola.

Com o seu proverbial dinamismo, não se cingiu a baixar o referido decreto, o pôs em

27 *Gazeta do Povo* 27/11/1933.

28 Relatório da Escola Agronômica do Paraná relativo ao ano de 1933, à Congregação da Escola, por seu Diretor Raul Gomes Pereira, p.1 e 2.

execução imediatamente e hoje, decorrido apenas um mês e pouco já ostenta a 2 quilômetros da Capital os alicerces da construção destinada a nós, obedecendo o prédio, que será majestoso, a uma planta cuidadosamente confeccionada, da qual adiante se vê a parte referente à fachada.
O prédio acha-se orçado em 500:000$000 e nele funcionará, além dos Cursos da Escola, o de Trabalhadores Rurais, de grande alcance, não só sob o ponto de vista rural, mas social também, pois destina-se a dar abrigo e encaminhar na senda do trabalho e da honra uma plêiade de menores, que pelas suas condições de nascimento e posses materiais, talvez fossem desencaminhados do caminho do bem e se tornassem um peso morto e quem sabe mesmo, excrecência na Sociedade.
Sinto-me, pois, ufano, de ter sido em pequenissima parcela, obreiro nesta gigantesca obra que vae realizar o governo benemérito do Snr. Manoel Ribas.
Houve por bem o Snr. Interventor, em face do que determina a última parte do artigo 3º do decreto retro citado, ratificar a minha eleição, pela Congregação feita, para o cargo de Diretor do Estabelecimento.
No orçamento estadual para o ano de 1934, acha-se consignada uma subvenção de noventa contos de réis (90:000.000).
Graças a clarividência do snr. Interventor Manuel Ribas, entra a nossa querida Escola em nova fase de progresso e eficiência.

Não se sabe exatamente o que pretendia realmente o jovem Deputado, Diretor Raul, nem o que passava pela cabeça do Interventor, pois nesse ano de 1933 já havia sido mandado construir, e concluído um prédio nos terrenos do Campo Experimental do Bacacheri, destinado à Escola de Capatazes de Operários Rurais do Estado. Tinha amplas salas de aula, ótimos dormitórios, instalações sanitárias independentes e modernissimas; no valor de 247:873$189 réis[29] Este prédio na verdade jamais foi ocupado por tal projeto, foi entregue para ser instalado na área o 5º Regimento de Aviação.[30]

Interventor adquire área de 15 hectares na Vila dos Funcionários

Em 2 de dezembro, Raul escreveu nova carta a Lysimaco, tranqüilizando-o, pois o Decreto 2349 ainda não entrara em vigor até o dia 1º de janeiro, previsto para passar a vigorar, havia tempo para modificá-lo, pois havia boa vontade por parte do Interventor. Referia-se a aquisição de 15 hectares e de um edifício a ser construído na Vila dos Funcionários.

Nem o Decreto foi modificado, nem o terreno ou o prédio era destinado à Escola.

A compra do terreno realmente foi feita, adquirindo-se parte da área do coronel Napoleão Poeta da Fontoura e parte por permuta com o Clube Atlético Paranaense.

29 Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Manoel Ribas digníssimo Interventor Federal no Estado do Paraná, pelo Secretário dos Negócios da Fazenda e Obras Públicas, Rivadávia de Macedo, p. 158, Curitiba, 1933.

30 Ver anexo.

Atuação de Lysimaco como Procurador da Escola no Rio de Janeiro (1934)

O ano de 1934 se iniciou com Lysimaco Ferreira da Costa ainda atuando no Rio de Janeiro como Conselheiro, Mediador e Procurador da Escola Agronômica do Paraná junto ao Governo Federal. Seu trabalho principal, embora licenciado, era encaminhar os diplomas para registro no Ministério da Agricultura, agilizar as subvenções federais – sempre difíceis, atrasadas e burocratizadas, e principalmente, por sua própria conta, evitar os desmandos contra a Escola, através da sua influência e amizade com Getúlio Vargas.

O Interventor volta atrás e mantém o nome original da Escola Agronômica do Paraná (Decreto 034 de 8/1/1934)

Já no dia 2 de janeiro deste ano de 1934, o Tenente-Diretor-Deputado era obrigado a reconhecer que o Decreto 2349 por que tanto se debateram para derrubar o diretor constituído e o nome tradicional da Escola Agronômica do Paraná fora, no mínimo extemporâneo, examine-se o teor do ofício enviado por ele ao Interventor:

343 - Of. Curitiba, 23 de janeiro de 1934
RO/
Senhor Interventor Federal no Estado do Paraná.
A Escola Agronômica do Paraná à qual já foi por si dadas sobejas provas de profundo interesse vem solicitar-lhe, após a exposição que passa a fazer, medidas urgentes afim de que não haja solução de continuidade no seu funcionamento.
O Governo Federal, por seu Ministério da Agricultura, está empenhado em regulamentar o ensino Agronômico e Veterinário, no país, como é público e notório. No quadro das Escólas de Agronomia está contemplada a Escola Agronômica do Paraná, Registrada no Ministério da Agricultura e subvencionada pelo Governo Federal. O mesmo Ministério já tem recusado nóvos registros, enquanto não se processar a reforma. Sem registro não poderá a Escola pleitear a subvenção para 1934 e, quiçá mesmo, não chegue a receber a segunda prestação de 1933, já concedida à Escóla Agronômica do Paraná.
Antes do início do período do ano letivo, temos que processar os exames de 2ª epóca e os vestibulares e a mudança de regulamento tras, sempre, delongas e perturbações, além das despesas que acarreta. Pelas razões acima expostas, Senhor Interventor, solicitamos-lhe sejam mantidos, até que o Governo Federal decrete a reforma do ensino Agronômico, o atual nóme da Escóla mandando mudar a primeira parte do artigo 1º do Decreto 2349 de 14 de novembro de 1933, bem como os Estatutos e Regimento Interno e o Regulamento do Campo Experimental que regem, atualmente, a Escola.
Aproveito o ensejo, Senhor Interventor, para apresentar-lhe a segurança da minha profunda estima e alta consideração.

Prof. Raul Gomes Pereira.
Diretor.

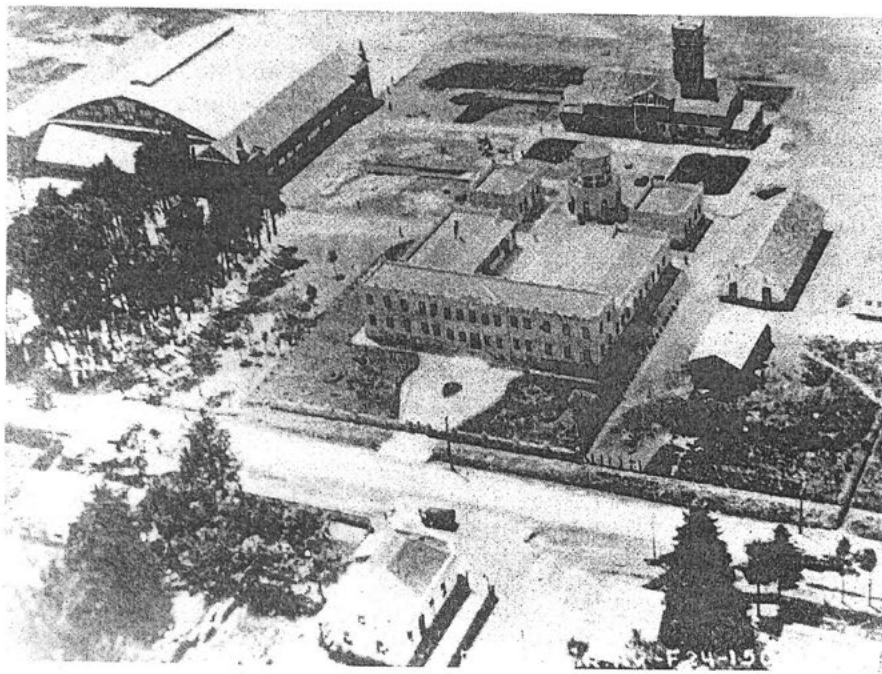


Fig. 5

O Campo Experimental do Bacacheri foi retalhado pelo Interventor Manoel Ribas, parte para a "Linha de Tiro", parte para o Aeroclube. Depois foi construída a Escola de Trabalhadores Rurais (o prédio em forma de U), que foi transformada, antes da inauguração, na sede do 5° Regimento da Aviação. Hoje Cindacta II. A foto é de 19/01/1934.

No primeiro parágrafo o Diretor solicita medidas *urgentes* para não haver interrupção no seu funcionamento, donde pode-se concluir da gravidade do assunto. No segundo parágrafo refere-se ao problema em si. A Escola Agronômica do Paraná era registrada no Ministério da Agricultura e recebia subvenção normalmente, embora com atrasos regulares, porém, com a mudança de nome, necessitava de um novo registro e, a isso o Ministério se negava, pois estava em andamento uma reforma e um novo registro estaria condicionado à nova estrutura proposta pelo Ministério a nível nacional. O Diretor, para poder receber as verbas federais, solicitava ao Interventor, voltar atrás quanto ao nome da Escola, estatuto, regimento interno e o regulamento do Campo Experimental.

A solicitação foi atendida com a publicação do Decreto 034 de 8 de janeiro de 1934. O nome da Escola Agronômica do Paraná sobreviveu a mais este atentado.

A mudança do nome da Escola Agronômica do Paraná feria uma portaria do Ministério, de abril do ano anterior (1933) em que as escolas deveriam provar que funcionavam regularmente e sem interrupção durante mais de três anos, dentre muitas outras exigências, o que a Escola com a nova denominação não tinha.[31]

31 Portaria M. A. de 8/4/1933.

Reforma do Ensino Agrícola no país (8/2/1934) – Criação da ENA como padrão

No dia 8 de fevereiro de 1934, foi assinado o Decreto 23.857 do Governo Federal. A tão esperada Reforma do Ensino Agrícola no país foi promulgada. Criou-se a Escola Nacional de Agronomia (ENA) e todas as demais deveriam adotá-la como modelo.

Essa legislação, em conjunto com o Decreto 23.196 de 11 de outubro de 1933[32] trouxe profundas modificações no ensino e na profissão da Agronomia no Brasil. Na Escola-Modelo, separavam-se os cursos de Agronomia e Veterinária, cada um constituindo-se em escolas independentes. As matérias foram distribuídas em 18 cadeiras arrumadas em quatro anos com nova disposição e denominação. Abria-se a possibilidade de especialização com a duração de um ou dois anos, recebendo o candidato um certificado de especialização, podendo também defender uma tese e receber o título de *Doutor em Agronomia*. O curso normal em quatro anos dava direito ao título de agrônomo. Estabelecia em detalhes as taxas, as datas dos exames vestibulares, início (1º de março) e término do curso (31 de outubro), duração das aulas, excursões, penalidades e tudo o mais. Exigia também que o cargo de professor catedrático seria ocupado somente por agrônomo em 13 das 18 cadeiras existentes.

A Escola Nacional de Agronomia em conseqüência, foi fechada na cidade do Rio de Janeiro e reconstruída no município de Itaguaí – o que seria conhecido como o "Quilômetro 47".

O referido Decreto foi publicado nos dias 15 e 19 de fevereiro de 1934. No dia 21 o Diretor telegrafou a Lysimaco consultando se a adaptação deveria ser feita de imediato, ou se deveria aguardar instruções.[33]

Lysimaco respondeu-lhe e enviou o Diário Oficial. Em resposta, no dia 23, Raul escreveu:

> *(...) Estou trabalhando com calma e confiado, pois creio que não é pensamento do Ministro acabar com todas as outras Escolas de Agronomia do País, o que seria um ato que não se coadunaria com o espírito revolucionário.*
> *Foi passado ao Ministro, pelo interventor o telegrama que a este junto por cópia. Não creio seja possível começar as aulas dia 1º de março. Não seria nada que tivéssemos de observar os decretos desde já, mas o que está fundamente perturbando o caso é a incerteza em que nos encontramos, pois qualquer medida menos acertada refletir-se-á profundamente na Escola visto a mesma viver de favores dos Governos (...)*

Lysimaco chamou Raul ao Rio de Janeiro para colocá-lo a par das alterações necessárias. Nesse tempo Raul liderava o "grupo dos tenentes" e processa Mota e Kalckmann. A luta política se desdobra. Mota pede ajuda para Lysimaco. Como resultado da viagem do Diretor ao Rio de Janeiro, houve a garantia dos direitos dos professores e alu-

32 Decreto Federal nº 23.196 de 11/10/1933.

33 COSTA, Maria José Franco Franco Ferreira da. Lysimaco Ferreira da Costa – *A dimensão de um homem – O Educador*. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1987, 612 p.

nos, mas a adaptação dos cursos deveria ser imediata. Enquanto isso, o relacionamento Diretor-Interventor parece que era dos melhores. Raul resolve comemorar o aniversário da Escola no dia 21 de abril e convida-o nestes termos:[34]

> *195 - OF. 17 abril 1934.*
> *Snr. Exmo. Interventor Federal no Estado do Paraná,*
> *CAPITAL.*
> *Comemorando-se a 21 de abril do corrente o 16º aniverário da fundação da Escola, tenho a honra de convidar V. Excia. para distinguir-nos comparticipando da churrascada que se realisa no referido dia às 12 horas, nos terrenos onde o Governo do Estado mandou edificar o novo prédio a ela destinado.*
> *Certo de vossa honrosa presença, ratifico meus protestos de estima e consideração.*
> *Saúde e Fraternidade.*
>
> *Prof. Raul Gomes Pereira*
> *Diretor*

Note-se que Raul Gomes Pereira referia-se ao Interventor ao novo prédio, já mencionado anteriormente a Lysimaco.

No dia 24 de abril, respondendo a uma carta de Lysimaco, em que relata que havia modificado a seriação das matérias do ano, o restante continuava no mesmo. Continuava a pedir ajuda para a liberação da subvenção que continuava atrasada.

Interventor coloca à disposição do Governo Federal o Campo Experimental do Bacacheri e a Escola de Capatazes e Operários Rurais para sediar o 5º Regimento de Aviação

O Campo Experimental do Bacacheri que passara a ser o Aeroclube em 1932 teve sua área aumentada de 24 para 42 hectares. Com a Revolução surgida em São Paulo, o Interventor no Paraná pôs à disposição do Governo Federal o Campo de Aviação, e, em 1933, foi reorganizada a Aviação Militar e criadas as Unidades Aéreas do Exército. O 5º Regimento de Aviação foi sediado na sede do Campo Experimental do Bacacheri e no prédio que o Interventor mandara construir em 1933 destinado à Escola de Capatazes e Operários Rurais. A área e a construção hoje (1992) é ocupada em definitivo pelo Cindacta II e a Estrada da Graciosa hoje denomina-se Avenida Prefeito Erasto Gaertner.[35]

Curiosamente um dos majores que muito ajudaram, e sendo inclusive presidente do Aeroclube, tinha o mesmo sobrenome do Diretor-Tenente – Samuel Ribeiro Gomes Pereira.

34 Arquivo do Setor de Ciências Agrárias. Correspondências Emitidas, 1934.
35 Ver anexo.

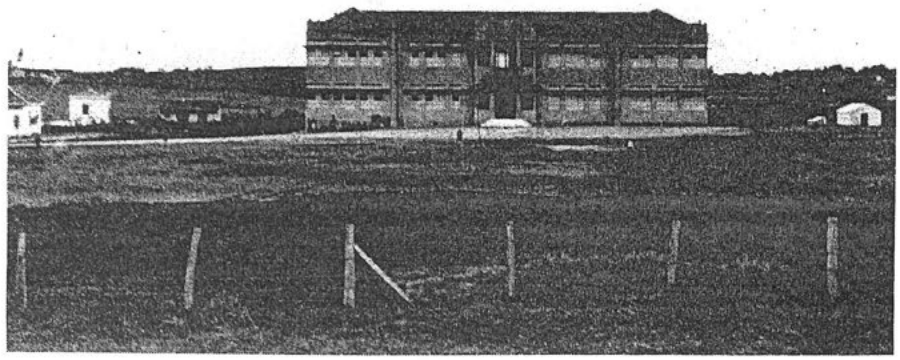


Fig. 6

Pressionado pela opinião pública, o Interventor Manoel Ribas "deu"a sede onde está o prédio Carlos Cavalcanti para a Escola Agronômica do Paraná, em 1940, mas não sem antes de desfigurá-la em Instituto Técnico de Agronomia, Química e Veterinária (ITAQV), no Juvevê. A fotografia é anterior a 1939, o prédio foi construído em 1935.

Interventor cria a Escola Superior de Veterinária do Paraná 3/12/1934

Em virtude do novo padrão de Escolas, em 3 de dezembro de 1934, o Interventor assinou o Decreto 2518 em que se criava a Escola Superior de Veterinária do Paraná. Para seu Diretor foi nomeado Gamaliel Pereira de Carvalho (Decreto 2532) em 5 de dezembro de 1934. O Curso de Medicina Veterinária da Escola Agronômica do Paraná foi extinto, sendo que as duas unidades passaram a ter vida própria e independente até certo ponto.

Inauguração da Escola de Trabalhadores Rurais

A inauguração em 10 de março de 1935, da Escola de Trabalhadores Rurais Dr. Carlos Cavalcanti, teve a repercussão compatível com a intenção da obra: grandiosa. Estampadas fotografias na primeira página do maior jornal da época e texto favorável e afável, elogios ao Interventor. A capacidade era de 200 internos, "situado em local apropriado, salubre, alto e ventilado, no frontespício de um terreno com cerca de dez alqueires de magníficas glebas de culturas, o prédio principal é de feição moderna e construído sob os mais recentes preceitos da técnica e pedagógica, cobrindo uma área de 1270 metros quadrados.[36]

36 *Gazeta do Povo* 10/3/35

Não foi possível desvendar se Manoel Ribas iludiu o Tenente-Diretor ou se ele sabia que o prédio não era destinado à Escola Agronômica, mas o fato é que no dia 14 de março, ele e outros deputados e um senador desligaram-se do Partido Social Democrático – do Governo – para se lançarem à oposição.[37] No dia 19 de março publicava-se a notícia de que o Interventor iniciaria sua ofensiva contra os dissidentes. A primeira vítima seria o Tenente Raul Gomes Pereira - Diretor da Escola Agronômica do Paraná.

Interventor exonera Raul Gomes Pereira – Diretor da Escola

No dia seguinte publicava-se o Decreto 372 exonerando-o do cargo de Diretor.[38] Dois dias depois seria nomeado Silvano Rocha Loures para substituí-lo (Decreto-Lei 383).[39]

No mesmo dia da exoneração aparece um artigo publicado na 1ª página do mesmo jornal (*Gazeta do Povo* 20/3/35) em que se denuncia a intenção do Interventor em transformar a Escola Agronômica do Paraná em Escola de Capatazes. O Governo havia cortado as verbas da Escola, o protesto foi forte, bem formulado e deve ter deixado envergonhado o Interventor; pois no mesmo dia num outro jornal (*Diário da Tarde*), o Governo desmente a notícia, afirmando-se que o estabelecimento era autônomo e que a Escola de Capatazes não tem a ver com a Escola Agronômica.

A *Gazeta do Povo* volta a publicar no dia seguinte (21) outro artigo reforçando o primeiro:

> *A Escola Agronômica do Paraná, no pensamento do Governo que temos, deve ser extinta, por inútil, tanto assim que lhe cortou a subvenção, no atual orçamento, ao passo que o governo vai gastar dezenas de contos com a fundação de manutenção de uma Escola de Capatazes, que irá formar turmas de desempregados, pois não existem lugares para estes técnicos nas fazendas e nas culturas do nosso Estado. Nós precisamos de agrônomos, da assistência técnica de especialistas e da orientação de capazes e não de capatazes.*
>
> *Um governo que não encontra, nos seus orçamentos verbas para auxiliar o ensino da agricultura, num Estado onde a agricultura é o esteio da sua economia e ainda vive a fase rudimentar da "agricultura móvel" é um governo em falência. "O Sr. Manoel Ribas está postergando o futuro do Paraná. Seu governo vai ficar na nossa história como um período de trevas."*

Raul ainda volta, como Deputado, a atacar o Governador, fazendo aprovar na Assembléia um requerimento de informação ao Governo pelo fato de a Direção da Granja Tindiquera ter sido entregue a um oficial da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, quando deveria ser um agrônomo.[40]

37 *Gazeta do Povo* de 14/3/35
38 *Diário Oficial do Estado do Paraná* de 22/3/1935.
39 *Idem.*, de 26/3/1935.
40 *Gazeta do Povo* 27/3/1935.

Interventor volta a nomear Raul como Diretor da Escola

A Escola Agronômica do Paraná e Raul saem das manchetes dos jornais, pois este ao que se deduz assume a subserviência outra vez, e volta a assumir a Direção mediante o Decreto 846 em 27 de maio de 1935. Volta, pois a contribuir para o período das trevas.[41]

O arrendamento da chácara do Sr. Eurides Cunha no Portão durou até 1934. O Governo cedeu à Escola Agronômica do Paraná, uma área de oito alqueires e 8.288 m^2 nos arrabaldes do Bacacheri, ocupada pelo 15º B.C. Diante disso, o arrendamento da chácara do Sr. Eurides Cunha no Portão foi interrompido e sublocada ao Sr. Oscar Scheneider. A nova área foi ocupada nesse ano com culturas de aveia, centeio, mandioca e soja, feijão, batata, milho e animais; contava com dois funcionários.[42] No Relatório de Atividades do ano de 1935,[43] Raul vê a realidade, que o prédio não era para a Escola Agronômica do Paraná e desabafa:



Fig. 7
Por ocasião de uma visita dos fiscais do Governo Federal, em 1934, os alunos e mestres posam para uma foto histórica, entre eles Biruta Dargint Rawiez, a primeira mulher a se formar na Escola Agronômica do Paraná.

> *É de conhecimento de todos vôs que uma das grandes dificuldades com que tem lutado a Escola desde a sua fundação é a falta de campo para sua experimentação agrícola. Campo próprio. Campo com área suficiente. campo que não nos seja tirado tão logo desbravado e quando começa a produzir. Vários têm nos concedido o Estado a título precário e temos corrido seca e meca, com nosso maquinário agrícola às costas.*
> *É preciso acabar com isso ou fechar a Escola.*
> *O contrário será mistificar os alunos e os poderes públicos que nos subvencionam.*
> *Escola de Agronomia, sem campo, é corpo sem alma, é soldado sem munição, é uma ironia, é uma mistificação.*
> *Vou comprar um campo, e preciso de todo vosso apoio de toda a vossa dedicação pois como sabeis os recursos financeiros da Escola não são muitos.*
> *Prédio próprio deve ser o nosso sonho e nosso alvo um futuro não mui remoto.*
> *Não é uma necessidade premente pois dada a larga visão, o cavalheirismo cativante dos mentores das Faculdades, e principalmente do da Engenharia, vivemos aqui sem sentir que somos hóspedes, mas é preciso ver e sentir que o prédio da Universidade já se está*

41 *Diário Oficial do Estado do Paraná*, 31/5/1935.

42 Relatório da Escola Agronômica do Paraná relativo ao ano de 1934, à Congregação, pelo seu Diretor Raul Gomes Pereira.

43 *Idem.*, referente ao ano de 1935.



Fig. 8
A confraternização de alunos e professores em 1937. Dentre eles está Arminia de Lima Câmara, a segunda mulher a se formar na Escola Agronômica do Paraná.

tornando pequeno graças ao desenvolvimento espantoso que vão tendo os cursos das Faculdades.
Promissor em trabalhos e vitórias se nos depara o ano de 1936 próximo vindouro.

Propriedade de professores transformada em Campo Experimental

Efetivamente, no ano de 1936, os trabalhos e equipamentos foram transferidos para uma propriedade de trinta hectares situada no bairro do Atuba pertencente aos professores Raul Gomes Pereira, Paulo F. Beckert e Arlindo Loyola de Camargo. Para fazer frente às despesas de desbravamento, implantação e manutenção do novo "Campo Experimental e Posto Zootécnico", o Diretor encaminhou um ofício[44] aos professores onde consta:

(...) No entanto, tratando-se de um terreno ainda agreste, fácil de compreender o vulto de despesas que deverão ser feitas até que o mesmo possa produzir os resultados que dele se esperam.
Assim, ambas as Escolas, no intuito de obter parte do capital necessário à instalação das citadas atividades rurais, deliberaram interessar os professores no empreendimento, associando-os igualmente ao rendimento que se obtiver com a exploração agrícola planejada. As colheitas e os produtos do posto zootécnico não mais utilizáveis para a prática escolar, serão vendidos, e o lucro, distribuído proporcionalmente entre os que

44 Arquivos de Ofícios Emitidos no ano de 1936, do Curso de Medicina Veterinária.

tiverem concorrido para a constituição do capital, conforme o que for apurado em escrita comercial instituída exclusivamente para este fim em aprêço.
Finalmente, resolveu-se que – para os professores – seria estabelecido uma cota mínima de RS 100$000, podendo, no entanto, um mesmo professor, subscrever várias cotas, recebendo em conseqüência, lucros proporcionais; o capital de ambas as Escolas será – igualmente – dividido em cotas para o fim mencionado.
Expondo-se em detalhes a operação à qual a Escola se associa solicito-vos informardes, preenchendo a fórmula abaixo, si vos interessa ou não associar-vos a esta cooperativa, declarando-vos desde logo, ser inteiramente livre a vossa atenção para o caso.

Pelo que se deduz do Relatório de 1937,[45] a cooperativa foi efetivada, mas a carência de local para aulas práticas permaneceria ainda por muitos anos.

As subvenções de que a Escola tanto precisava para sobreviver vinham de mal a pior: Por parte do Governo Federal – atrasos de mais de um ano, estadual – restaurada pela metade e atrasada. A subvenção menor, mas pontual era da Prefeitura Municipal de Curitiba. de 12 contos de réis pagas em 12 parcelas.

Em 1937,[46] os alunos-formandos convidaram para paraninfo o Diretor Raul Gomes Pereira e como patrono o emérito Romário Martins. O Diretor propôs o título de *Doutor honoris causa* para Romário Martins, e não perdeu tempo; propôs também ao Interventor Manoel Ribas. O discurso de Romário Martins é tão atual que poderia ser lido em qualquer reunião política ou técnica de hoje sem que fosse notada a sua idade.

No ano de 1938, a Escola Agronômica do Paraná tinha 69 alunos matriculados no total, dos quais 11 colariam grau. Plínio Tourinho se afasta – havia ficado 21 anos ligado a ela, desde logo depois da sua fundação.

O Diretor percebe que a situação não é favorável à existência de Escolas de pequeno porte e escreve ao Ministro da Agricultura Fernando Costa, relatando a situação constrangedora e que teria de "fechar a entidade".[47] Nada adiantou.

Corre o ano de 1939. A reivindicação para que a Escola Agronômica seja oficializada se torna assunto da "boca maldita", chega aos jornais, aos governos. O Diretor se manifesta de novo.[48] Aos interventores federais nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Paraíba, Ceará, Bahia e do Rio de Janeiro, estados onde haviam escolas igualmente ameaçadas, num ofício em que solicitava a cada um deles que intercedesse junto ao Chefe da Nação para evitar o desaparecimento e se permitisse o funcionamento por mais três anos, a fim de que se pudesse regularizar a situação, e assim obter o reconhecimento. Dizia que tal medida protelatória já havia sido concedida às Escolas de Direito de Alagoas, Piauí e Santa Catarina.

Evidentemente que este clima político e administrativo influenciava na freqüência dos alunos. Formavam-se sempre poucos engenheiros agrônomos por ano até 1940.

45 Relatório da Escola Agronômica do Paraná, relativo ao ano de 1937.
46 Relatório da Escola Agronômica do Paraná à Congregação relativo ao ano de 1937.
47 Relatório da EAP, referente ao ano de 1938, Arquivo do Setor de Ciências Agrárias.
48 Cópias de Ofícios, Cartas, Telegramas e Requerimentos, 1939. Arquivo do Setor de Ciências Agrárias.

Desde 1933, o Ministério da Agricultura exigia o registro dos diplomas.[49] Os diplomas da EAP vinham sendo registrados na Diretoria Geral de Agricultura do Ministério, no Rio de Janeiro. Mesmo após o advento da Escola Nacional de Agricultura como padrão, os diplomas expedidos pela EAP não sofreram discriminação, pois a Escola logo adaptou-se ao proposto. Apesar de ter um Diretor afinado com os interesses do Interventor, a EAP não tinha como conseguir sede própria, uma vez que as subvenções eram poucas, incertas, e as matrículas e mensalidades dos alunos eram insuficientes.

O que transparece é que o Governo Central e o do Paraná eram contra a formação de doutores. O que se pode constatar pelas elevadas somas de dinheiro, gastos no Paraná na construção da Escola de Capatazes e Operários Rurais, além das dez Escolas de Trabalhadores Rurais distribuídas pelo Estado todo. No entanto pela Escola Agronômica nada se fazia de bom. A situação era extremamente difícil.

Decreto Capanema: Novas dificuldades para a Escola

Em 1938, o Governo Federal, em pleno Estado Novo e tendo Manoel Ribas outra vez como Interventor no Paraná, aprovou por iniciativa de Gustavo Capanema - Ministro da Educação e Saúde Pública o Decreto 421 em 11 de maio.

Esse Decreto causaria muitos problemas às várias escolas do Paraná e em 7 de dezembro passaria também a prejudicar a EAP, mediante o Decreto Lei 933 que estendia os dispositivos do DL 421 também ao ensino agrícola e veterinário, substituindo apenas o Ministério da Educação pelo Ministério de Agricultura.

As exigências em si, embora restritivas, não eram absurdas se as Escolas tivessem tido o apoio dos governos como tiveram outras em outros estados com governos mais cultos.

O maior entrave que a EAP encontrou foi quanto às exigências do artigo 4° em que estabelecia o que era essencial para solicitar a autorização para o funcionamento:

> *Art. 4°- O Governo Federal concederá a autorização de que trata o artigo 2° desta lei:*
> *a) se a entidade de caráter público ou privado, que se propuser instituir o curso, demonstrar que possue capacidade financeira para manter, de modo satisfatório, o seu integral funcionamento e que dispõe de edifícios e instalações apropriadas, sob o ponto de vista pedagógico e higiênico, ao ensino a ser ministrado;*
> *b) se o estabelecimento dispuzer de aparelhamento administrativo, regular, e sobretudo no que se refere à sua gestão financeira;*
> *c) se a organização administrativa e didática proposta para o curso obedecer às exigências mínimas fixadas na lei federal;*
> *d) se for demonstrada a capacidade moral e técnica do corpo docente que o estabelecimento pretenda utilizar;*
> *e) se ficar desde logo fixado o limite da matrícula, para cada série do curso, à vista da capacidade das instalações disponíveis;*
> *f) se a localidade onde o curso vá ser instalado possuir as condições culturais necessá-*

49 Portaria de 3/4/33, *Diário Oficial da União* n° 87 de 13/4/1933.

rias ao seu regular funcionamento;
g) se a criação do curso representar real necessidade sob o ponto de vista profissional ou manifesta utilidade de natureza cultural.

Logo o primeiro item a EAP não poderia cumprir. No campo do Bacacheri fora construída uma sede, mas era para Capatazes Rurais. No campo do Juvevê – a Escola para Trabalhadores Rurais. Outras nove escolas haviam sido construídas – nenhuma para nível superior.

O Diretor-Tenente não podia nem fazer o requerimento, pois para encaminhá-lo era preciso provar entre todas as exigências, que tinha capacidade financeira para sua manutenção, de edifícios e instalações adequados, pois estava sediada no Edifício da Faculdade de Engenharia e nem campo experimental para as aulas práticas possuía. O que havia era um mal instalado campo de propriedade de três professores.

Escola Agronômica do Paraná perde reconhecimento

Conseqüentemente em 1939, a perda do reconhecimento foi inevitável. As turmas de 1938, 1939, 1940 e 1941 não puderam registrar seus diplomas a não ser a partir de dezembro de 1941. Quem viveu este episódio, José do Carmo Guimarães Marques Ferreira[50] pode relatar melhor:

> *A Escola Agronômica do Paraná viveu um período crucial no fim da década de 1930 em decorrência da reforma do ensino no país. E não foi só a Escola Agronômica do Paraná; também a Escola de Química, a Escola de Veterinária. Naquele tempo, era interventor Manoel Ribas. E o interventor não via com bons olhos os doutores. Ele dava ênfase ao ensino primário, quando muito ao ensino médio.*
> *Eu era Presidente do Diretório Acadêmico de Agronomia. Eleito em 1938, fiquei em 1939 como Presidente, e fui reeleito em 1940. E a luta do nosso Diretório era pelo reconhecimento da Escola. Já havia saído duas turmas, a turma de 1938 e a de 1939, que não estavam podendo registrar seus diplomas. Mas foram turmas que mais ou menos se acomodaram. O nosso grupo, ao contrário, era um grupo ativo, e nós nos reunimos e resolvemos levar à frente o problema do reconhecimento da Escola, que era uma questão de sobrevivência para nós, os alunos que estávamos nos formando. Inclusive pressionando muito o Interventor Manoel Ribas na ocasião, e, ele acabou atendendo aos nossos apelos e doando a antiga Escola de Trabalhadores Rurais do Bacacheri à Escola Agronômica. Nós estávamos na Escola de Trabalhadores Rurais, mas o reconhecimento não saía. Foi quando o nosso grupo resolveu levar a peito o problema do reconhecimento da Escola. Eu tinha feito, no ano anterior, uma viagem ao Rio de Janeiro para tomar parte num Congresso da UNE, como representante, não só da Escola Agronômica do Paraná, como da Universidade, e tivera, na ocasião, o primeiro contato com o Dr. Lysimaco Ferreira da Costa. Ele foi muito solícito, nos orientou muito, não mediu sacrifícios para nos atender. Nessa época, eu havia ido ao Rio de Janeiro acom-*

50 Depoimento dado à Professora Maria José Costa, filha do Professor Lysimaco F. da Costa. In: COSTA, Maria José Franco Franco Ferreira da, Lysimaco Ferreira da Costa – *A dimensão de um homem – O educador*. Curitiba: Imprensa da UFPR, p. 471-475, 1987.

panhado de mais um representante do Diretório de Agronomia, o Lycio Grein de Castro Vellozo, e de representantes do Diretório de Veterinária, o Astolfo Souza e o Edgard Guimarães, hoje Coronel Veterinário reformado, que vive em Curitiba.

No começo de 1940, intensificamos a luta. Era o ano em que terminávamos o curso e íamos ter um diploma inócuo. Foi quando fizemos pressão de todo jeito junto ao Interventor Manoel Ribas. E uma tarde, eu, com mais três colegas, fomos ao Palácio São Francisco procurá-lo. Seu Ribas nos atendeu numa sala, sozinho, e nós como que o encurralamos num canto e passamos a fazer exigências. Ele olhava para um lado e para outro e não via ninguém. Nós éramos em quatro, ele estava só. Pedimos naquela ocasião, que ele nos desse uma carta ao Dr. Getúlio apresentando-nos para resolver o problema da Escola Agronômica do Paraná. Ele disse: "Mas eu não posso! Vou dar uma carta para o Ministro Fernando Costa."

"Não nós dissemos. Precisamos para o Dr. Getúlio mesmo. Temos que resolver diretamente com ele". E o interventor querendo sair da sala mas nós não deixávamos. Fato curioso! Estava encurralado! Finalmente, ele teve uma saída inteligente: – "Eu vou dar uma carta para o Dr. Getúlio, mas só que vocês deverão procurar esta carta daqui a meia hora". Nós saímos. Meia hora depois, voltamos. Realmente, ele mandou nos entregar a carta mas não era para o Dr. Getúlio. Era para o Dr. Fernando Costa e uma outra carta para o Superintendente do Ensino Agrícola.

Essas cartas nós levamos para o Rio de Janeiro e, por intermédio do Dr. Lysimaco, fizemos chegar ao Ministro e ao Superintendente.

Estudante, às vezes é afoito! Não mede conseqüências ... Pois, em pleno Estado Novo, nós estudantes entramos no Palácio, exigindo do Interventor uma carta ao Getúlio e ele não dando a carta. Nós não nos conformávamos. Resolvemos procurar então o coronel Juarez Távora que, naquele tempo, estava em Curitiba. Ele morava na casa do General, no alto da Rua Quinze. Era tardinha, e o nosso grupinho subiu a Rua XV, sempre os "quatro mosqueteiros". O coronel Juarez Távora estava saindo de casa. Apresentados, dissemos o que pretendíamos, e ele respondeu: - "Se os patrícios não se incomodarem, nós podemos descer conversando". Então, descemos com o Coronel, expusemos a situação da Escola Agronômica do Paraná, a nossa situação. Relatamos nossa visita ao Interventor, que não mostrou boa vontade em nos atender, e que nós precisávamos de uma carta apresentando-nos ao Dr. Getúlio para expormos, de viva voz, ao Dr. Getúlio a situação aflitiva da Escola Agronômica do Paraná. Depois de ouvir atentamente, ele virou-se para nós: _"Patrícios, prestígio é uma coisa passageira. Eu tive a minha época, mas hoje estou no ostracismo. E de qualquer maneira, como oficial das Forças Armadas, não posso me dirigir ao Presidente da República. Mas vou contornar a situação. Vou dar uma carta ao chefe da Casa Civil, meu amigo Dr. Luiz Vergara; é a mesma coisa que se eu a dirigisse ao Presidente da República. Amanhã, às 14 horas, podem procurar essa carta no Quartel General. Devo escrever em nome de quem? Apresentando quem?"

Dei meu nome e, no dia seguinte, fui só ao Quartel General, e a carta estava pronta. Essa carta não foi preciso ser usada. Eu a tenho até hoje em meus arquivos. Não foi preciso ser usada, porque, através do Dr. Lysimaco, nós chegamos ao próprio Luiz Vergara. Fizemos todo o trabalho, e eu fiquei com essa carta; uma carta histórica em minha mão.

(...) Em nossa luta lá no Rio de Janeiro, o Dr. Lysimaco ia conosco ao Ministério da Agricultura, ao Palácio do Catete; levou-nos aos jornais. Dei entrevistas a respeito do assunto. Ele nos orientava como fazer isso e aquilo, o que devíamos e o que não devía-

mos dizer. Ele fazia como que um policiamento muito brando..., assim como não nos deixando sentir, mas ele dizia: "tal coisa vocês não podem dizer, vocês sabem, estamos no Estado Novo". Ele tinha muita ascendência sobre os repórteres, sobre o "O Globo" e outros jornais no Rio de Janeiro. E, então, o negócio foi se agigantando. De uma feita, eu chego ao Rio de Janeiro, nós iamos imediatamente com as cartas ao Ministro e ao Superintendente do Ensino Agrícola. E lá nos disseram o seguinte: "O reconhecimento da Escola Agronômica do Paraná depende de instalação condigna. E há necessidade de aparelhar a Escola". Naquela tarde, já noitinha, o Dr. Lysimaco foi comigo ao Telégrafo – aquele prédio antigo onde foi a residência de D. João VI – e lá passamos um telegrama quilométrico. Eu me lembro que o telegrama custou mais de 50 cruzeiros, um preço absurdo para um telegrama na época; e, com esse telegrama, nós alarmamos a situação. O telegrama tinha duas páginas, dizia que eu chegaria no dia seguinte com mais pormenores, a Curitiba. E, realmente, no dia seguinte, viajando de avião, chego ao Aeroporto que era lá no Bacacheri. Estava um carro do então Secretário de Viação, Obras Públicas e Agricultura, Dr. Ângelo Lopes, me esperando, junto com o Sandoval Ribeiro Ribas, que era Diretor da Escola e que me levou imediatamente para uma granja de propriedade do Ângelo Lopes. Lá eu pintei com as cores mais negras possíveis as dificuldades e que havia só uma solução: Era se o Governo do Paraná doasse um prédio condigno e pusesse à disposição uma verba para o aparelhamento da Escola. O Ângelo Lopes se comprometeu e, realmente, foi quando conseguiu do Ribas a doação do prédio onde hoje funciona a Escola, lá no Bacacheri. Eu retorno ao Rio de Janeiro, já levando esses compromissos e o decreto da doação. Telegrafei do Rio de Janeiro dizendo que os trabalhos iam indo muito bem, recebo um telegrama dizendo que iria um emissário do Governo do Paraná para colaborar com a gente lá. E foi o Oscar de Paula Soares. Chegou ao Rio de Janeiro, consolidou aquelas promessas todas do Ribas e, em vez de sair o reconhecimento para a Escola Agronômica do Paraná, saiu o reconhecimento e autorização para funcionar o Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química do Estado do Paraná, com três Escolas – a Escola de Química, a Escola de Agronomia e a Escola de Veterinária. E o Oscar de Paula Soares passou a ser o Reitor dessa Escola e acabou se locupletando como Reitor. Ele foi, como se diz, "um paraquedista" no caso, e acabou dono da situação. Mas indiscutivelmente, a grande mola propulsora de tudo aquilo foi o Dr. Lysimaco Ferreira da Costa.

Chegados a Curitiba, passamos em casa do Dr. Lysimaco. Trabalhando com ele por alguns dias e até noites preparando os papéis para consolidar os regulamentos, os decretos, para o reconhecimento da Escola. Foi um trabalho de consolidação.

Dr. Lysimaco foi um grande amigo, um grande pai da nossa turma de 1940, que, convém aqui abrir um parêntesis, a segunda grande turma da Escola Agronômica do Paraná, até aquela época. Porque a primeira tinha sido, exatamente a primeira turma que se havia formado em 1920. Vinte anos depois, saía a turma de 1940, com 25 alunos, era a segunda grande turma da Escola Agronômica do Paraná.

Então a minha turma, por unanimidade, resolveu homenagear o Dr. Lysimaco e convidou-o para paraninfo. E lembrando o Dr. Lysimaco, eu costumo dizer que nós temos uma dívida de gratidão muito grande para com ele; que se não fosse o trabalho dele...Ele foi um verdadeiro catalisador em tudo. Ele catalisava, procurava o menos possível aparecer, mas realmente, sem a catálise dele, a reação não se teria processado. A Escola Agronômica do Paraná não teria sido reconhecida naquela época, porque havia má vontade em todos os setores em que nós batíamos.

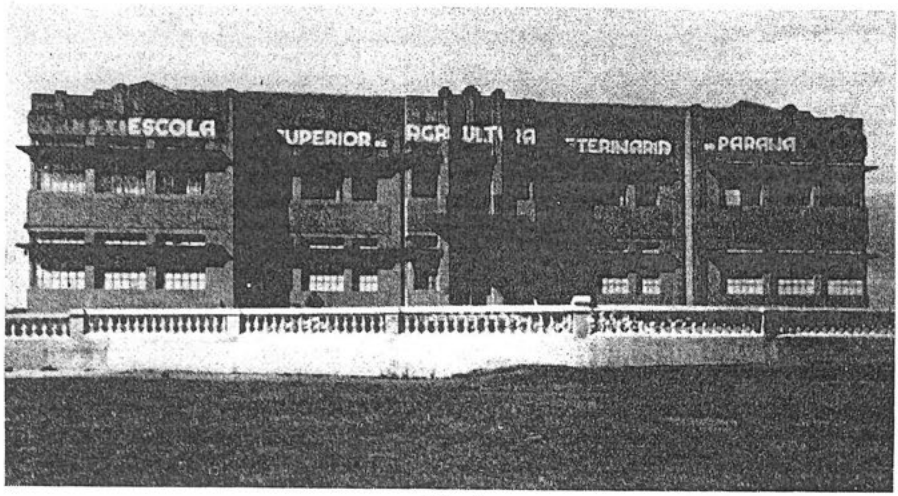


Fig. 9

Fachada do prédio Carlos Cavalcanti, em 1945. Sob a nova denominação, pode-se ver os vestígios do nome anterior.

> *(...) A Escola Agronômica do Paraná deve muito a essa turma de 1940, e a turma de 1940 deve muito, mas muito mesmo, do seu sucesso, ao Dr. Lysimaco Ferreira da Costa. Se não fosse o trabalho dele, aquele carinho, aquele amor que ele tinha, aquele esforço que ele fez, a Escola Agronômica do Paraná, naquela época não teria chegado ao ponto em que chegou com o reconhecimento e recebendo aquele acervo que permitiu que ela crescesse e que hoje seja essa Escola Exponencial dentro das Universidades brasileiras.*

Reconhecimento e Autorização para funcionar como Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química do Paraná 1940

Com a suspensão do reconhecimento dos diplomas expedidos pela Escola Agronômica do Paraná, os alunos e a opinião pública começaram a pressionar o Interventor. Esse em 1939 decretou nos seguintes termos: "O Governo do Estado concede *por doação* à Escola Agronômica do Paraná para ocupar e nela funcionar com todos os seus cursos, a GRANJA DO CANGÜIRI, de propriedade do Estado, situada no Bairro do mesmo nome desta Capital," mediante verdadeira intervenção, permitindo-se nomear diretores e professores. As despesas correndo por conta da Escola, mas sujeitando-se o orçamento ao Governo do Estado. Finalmente, ao Estado se reservava o direito de manter por sua conta, outros serviços na propriedade cedida.

Na prática, tratava-se de uma doação apenas para ser mostrada ao Governo Federal com os fins de atender às exigências do Decreto-Lei 421, pois a Escola jamais ocupou a Granja, nem o Estado mudou qualquer coisa em função da "doação". Isso serviu no

entanto para interromper as atividades na área dos "trinta alqueires do Atuba" de propriedade dos três professores.

Mudança de Sede da Escola: Para o prédio Carlos Cavalcanti da Escola de Trabalhadores Rurais, na Vila dos Funcionários, no Juvevê

Como se isso não bastasse ao Governo Federal, que continuava irredutível, e o espaço do Palácio da Universidade começasse a ser necessário para Faculdade de Engenharia, em 1940, o Interventor permitiu que a Escola Agronômica do Paraná se transferisse mediante doação para o prédio Carlos Cavalcanti, na Rua dos Funcionários. Inicialmente ocupando apenas a parte térrea da ala direita, foi se expandindo à medida que a Escola de Trabalhadores Rurais se mudava.

O Interventor ao que parece, gostava muito da intervenção, pois nesse ano de 1940, tentou fazer o mesmo com a Faculdade de Engenharia, veja-se o relato de Puppi:[51]

> *Tendo o Interventor federal Manoel Ribas, recebido uma comunicação verbal, ao que se presumia feita por um lente da Escola integrante do seu primeiro escalão administrativo, ou por conhecido aluno muito chegado a ele, de que alguns professores (das últimas séries) recebiam seus ordenados sem comparecerem às aulas, impôs como condição de só ordenar a continuação do pagamento da subvenção estadual se o diretor da Faculdade viesse a ser pessoa indicada pelo Governo do Estado, estabelecendo-se assim uma espécie de intervenção na regência da Escola.*
> *Reagindo com habilidade, a Congregação pediu, em contra-ofício, esclarecimento à interventoria sobre os propósitos e o meio de executá-los. Sem resposta, a subvenção foi arbitrariamente cancelada.*
> *Por muitos meses as prestações da subvenção anual do Estado deixaram de ser pagas, daí resultando a redução geral dos vencimentos de todo o corpo docente. Por fim, graças a Lysimaco Costa junto a Getúlio Vargas, seu amigo e contemporâneo na Escola Preparatória de Rio Pardo, onde ambos no início do século intencionavam seguir a carreira militar, o interventor recebeu da autoridade superior ordem de restabelecer o pagamento da subvenção, o que foi feito prontamente.*

Nesse ano de 1940, Raul deixou o cargo de Diretor, que ocupou no período mais negro da história da Escola Agronômica do Paraná por quase sete anos, com a interrupção de apenas dois meses quando discordou do Interventor. Deixou a Direção para se tornar Secretário Geral do Território do Iguaçu, que havia sido criado com terras tomadas do Paraná e de Santa Catarina, e lá ficou até 1946, quando o processo foi revertido. Retornou à Escola como simples professor, sem cargo, sem mandato, nem protetor. Quem o substituiu foi Sandoval Ribeiro Ribas, em 23 de março de 1940, que como aluno transferido de Pelotas-RS havia tomado parte, sete anos antes no episódio da derrubada de Joaquim Inácio Silveira da Mota.

51 PUPPI, Ildefonso C. *Fatos e Reminiscências da Faculdade* – Retrospecto da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná. p. 33/34, Curitiba : Fundação da UFPR, 1986, 196 p.

Reconhecimento do Governo Federal da Escola Agronômica do Paraná

Em 11 de janeiro de 1941, por força do Decreto Estadual nº 10.888, passaram as escolas individualizadas a constituir, juntamente com o Instituto de Química (e mais tarde também a Escola de Educação Física e Desportos), uma instituição de moldes universitários, denominado Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química do Paraná.[52] Nesse Decreto alocou-se patrimônio, que passou a ser oficialmente composto da Granja do Cangüiri mais as instalações da Escola de Trabalhadores Rurais Carlos Cavalcanti. O Governo Estadual finalmente estabeleçia uma subvenção anual de quatrocentos contos de réis para os três cursos.

Mediante esta nova situação, que poderia ter acontecido há sete, dez ou vinte anos, o Governo Federal pelos Decretos 8.462 e 8.463 de 24 de dezembro de 1941, reconheceu as escolas de Agronomia e de Veterinária que, integradas no mínimo estabelecido para as escolas "padrão", puderam ter os seus diplomas devidamente registrados na Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.[53] Cumpre ressaltar que a Escola Agronômica do Paraná, desde 1922, gozava dessa regalia, tendo-a perdido apenas temporariamente, em 1938, por não se enquadrar no mínimo legal.[54]

Em decorrência das exigências de 1934 e de 1938, algumas escolas encerraram suas atividades porque não foram capazes de seguir os padrões e regulamentos das "Escolas Padrão". Algumas fecharam voluntariamente, e outras, que persistiram, foram forçadas por lei, em 1938, a equiparar-se ao currículo e aos padrões em vigor ou fechar até dezembro de 1943. As que fecharam foram: Escola de Agronomia de Manaus (1940), Escola Superior de Agronomia e Veterinária de Belo Horizonte (1936), Escola de Agronomia Salesiana D. Bosco (1934), Escola de Agronomia e Veterinária do Pará (1938), Escola de Agricultura e Pecuária de Passa Quatro (1938), Escola de Agronomia do Maranhão (1938), Escola de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (1940), Escola de Agricultura, Veterinária e Química Industrial de Campos (1941).[55]

O nome *Escola Agronômica do Paraná* permaneceu, mesmo incorporada ao Instituto, bem como o seu Diretor.

Ainda que o Instituto não fosse a solução ideal, passava-se de agora em diante para uma situação mais estável, onde podia-se contar com o patrimônio e sede que permitiam atender às exigências do Governo Federal. Entende-se dessa forma, que o período da grande crise houvesse terminado, e que havia chegado ao fim da Idade Média.

52 Decreto 10.888, de 11/01/1941, *Diário Oficial* de 14/1/1941.

53 VELLOZO, Lycio Grein de Castro, *O ensino superior da Agricultura e da veterinária no Paraná*. Curitiba: Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, Publicação nº 1, 1957, 47 p.

54 *Idem*.

55 WARE, G. W. *Relatório sobre as Escola de Agronomia e de Veterinária do Brasil*. ETA, Monografia n. 1,1955, Brasil EUA, 49 p.

4. A FEDERALIZAÇÃO

O processo da federalização. A difícil incorporação ao Ministério da Agricultura. A transferência para o Ministério da Educação e Cultura. A integração à Universidade do Paraná: a volta às origens.

Desde 1941, quando a Escola Agronômica do Paraná foi oficializada e reconhecida pela segunda vez pelo Governo Federal, até 1955 quando foi efetivamente federalizada, passou por períodos de expectativas sucessivas, à mercê de pessoas que administravam o Ministério da Agricultura sem dar a menor importância às coisas do Paraná, e muito menos ainda à educação.

Muitas interferências foram feitas nesse período, a de Caio Graco Pereira, de Agostinho Bernardo da Veiga e de Arlindo Loyola de Camargo, mas a mais positiva e eficiente, com o risco que se corre ao se comparar, foi a de Lycio Grein de Castro Vellozo. Atuando primeiro como estudante e mais tarde como Diretor, soube mais do que ninguém, trabalhar ao lado de Agostinho Bernardo da Veiga, Bento Munhoz da Rocha e Moyses Lupion, para que a Escola Agronômica do Paraná conseguisse sair do lodaçal da terra de ninguém. Período em que não era mais estadual, mas também não era federal de fato; período em que precisava sair da tutela do Ministério da Agricultura para progredir no Ministério da Educação, da política que grassava no Rio de Janeiro.

A preocupação com um plano diretor, com a Pós-Graduação, a perspectiva do futuro, os convênios e o orçamento federal, dão uma idéia do quão profícuo foi o final desse período da história da Escola Agronômica do Paraná.

O Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química: Como uma Universidade Rural (1941)

Segundo o que consta, essa fusão não agradou aos químicos e o trabalho pela independência teve início desde logo. No entanto, em 6 de setembro de 1941 foi anexada ao Instituto, também a Escola de Educação Física e Esportes do Paraná (Decreto 11.895).

Interventor extingue o ITAQVP e cria o ESAVP

Em 27 de dezembro de 1944, o ITAVQ do Paraná foi extinto pelo Decreto-Lei nº 295[1] o Interventor no Paraná. O resultado prático que ficou da existência do Instituto foi o reconheci-

1 *Diário Oficial do Estado do Paraná*, 30/12/1944.

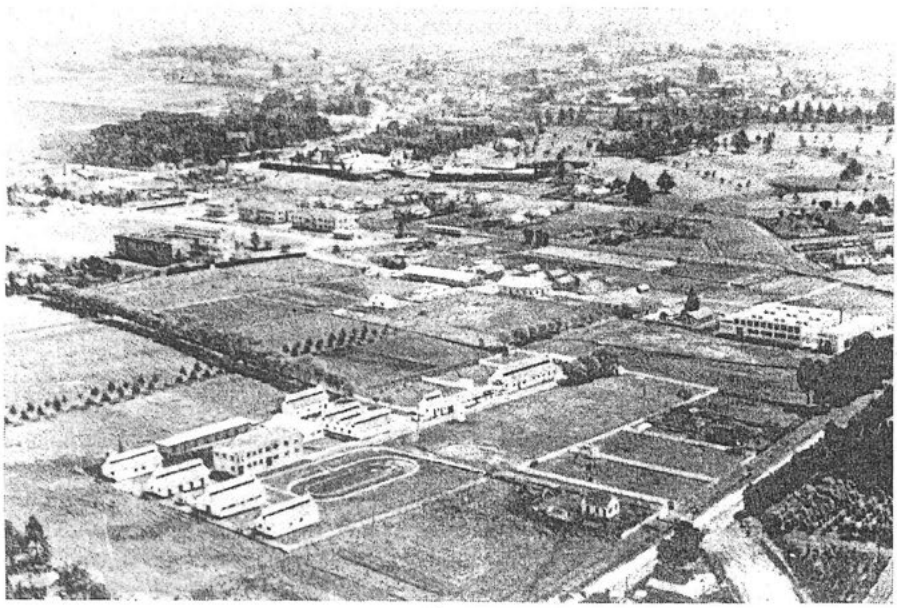


Fig. 1

Vista aérea (± 1950) da escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná. A rua abaixo e à direita é a Jaime Balão.

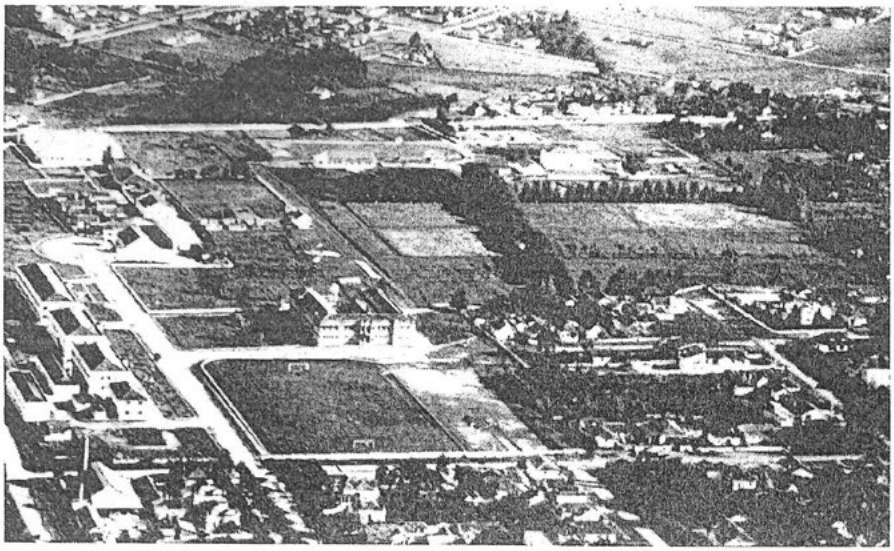


Fig. 2

Vista aérea do campus do Juvevê, década de 1950. À esquerda, terminada em círculo, é a Rua dos Funcionários.

mento dos cursos a nível federal, a obtenção da sede em caráter de doação, o acoplamento da Escola de Veterinária com a Agronômica numa administração única, cuja convivência seria marcada por disputas veladas ou ostensivas ao longo dos tempos que viria a prejudicar o progresso de ambas.

O patrimônio do extinto Instituto ficou a cargo da *Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná* e esta seria a denominação da nova entidade de ensino, com autonomia didática e administrativa.

O Curso de Química Industrial tornou-se independente, subvencionado pelo Governo Estadual e ficou provisoriamente localizado no mesmo local, transferindo-se para sua nova sede, no Cabral em 1952, seguindo seus próprios rumos.

O Curso de Educação Física se transformou em Escola Superior de Educação Física e Desportos do Paraná, com autonomia e sob controle direto da Diretoria Geral da Educação.

O Diretor Sandoval Ribeiro Ribas foi substituído em 30 de janeiro de 1943 por Arlindo Loyola de Camargo até 30 de dezembro de 1944.

O Diretor seguinte foi o veterinário Anchises Marques de Faria por dois anos.

"Ninguém poderia supor, fosse a fase seguinte uma das mais difíceis e tumultuadas pela qual passou a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná (1945/47). A impossibilidade do Governo Estadual em supri-la de meios adequados de desenvolvimento, premida pela demanda cada vez maior do meio estudantil, levou a sua Congregação a iniciar estudos preliminares com vistas às possibilidades de vê-la federalizada, como uma das fórmulas mais ràpidas à solução dos seus inúmeros problemas."[2]

Com a morte de Lysimaco Ferreira da Costa, o patrono da Escola Agronômica do Paraná, em 24 de julho de 1941, esta fica sem os conselhos do mestre, que tanto fariam falta.

Um novo líder já se preparava para ocupar o seu lugar, em grandeza e em ambições. Lycio Grein de Castro Vellozo, já tivera papel importante, como estudante, em 1939, no episódio que resultou na "doação" da Granja do Cangüiri e o conseqüente reconhecimento dos diplomas da Escola Agronômica do Paraná em 1940.

LYCIO VELLOZO

Lycio tornou-se inicialmente Diretor da Escola de Trabalhadores Rurais onde viria a ser instalada a Escola Agronômica do Paraná em 1941,[3] era funcionário do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Paraná (IBPT) e professor dessa Escola como catedrático da Cadeira de Fitopatologia e Microbiologia Agrícola, Secretário tendo como Diretor Arlindo Loyola de Camargo. Filho de Porthos Vellozo, agrônomo formado na primeira turma da Escola em 1920, homem de talentos especiais e de caráter reto e independente, neto de Dario Vellozo, figura notável no Estado. Lycio foi orador oficial da sua turma, recepcionou os calouros em 1939, orador do CPOR, inúmeras aulas inaugurais. Um líder nato. Formou-se em Agronomia em 1940, participou ativamente do episódio do reco-

2 CORREIA, Leocádio. *Dados Históricos da Escola Agronômica do Paraná*, Curitiba :Ed. Prata da Casa, 1958, 10p.

3 Segundo sua filha Eliza Vellozo Ribas, em entrevista ao autor em 11/3/1993.

nhecimento dos diplomas, tanto é que o seu, só foi emitido em 1942. É dessa época o seu conhecimento com Manoel Ribas. Admirava o estilo forte e personalista do Interventor. A admiração era recíproca, tornaram-se amigos de freqüentes visitas. Era amigo de Marcos Enrietti, seu vizinho. Enrietti era enteado de Manoel Ribas, e havia cursado Agronomia, na França; concluiu o Curso de Veterinária em Curitiba.[4]

Provavelmente, foi graças a esse novo relacionamento que Manoel Ribas abrandou a pressão contra a Escola Agronômica do Paraná. O Interventor mandou Lycio estagiar no Intituto Biológico de São Paulo, onde se especializou na área de bacteriologia. Trabalhava como técnico no Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Paraná, professor e chefe do Campo Experimental. Seus conselhos e sua participação se tornariam indispensáveis para todos, independentemente das facções ou preferências individuais. Lycio, que já fora convocado como 2° Tenente da Artilharia, passou para a ativa do Exército, chegando a embarcar rumo à guerra.

1945-1947

Outro grande homem era também 2° Tenente da Artilharia nessa época, Oswaldo Andrzejewski, em 1945, aluno do 4° ano dessa Escola, viria a colaborar em muito pela sua prosperidade. Nesse ano, outro luminar, Luiz Natal Bonin, engenheiro agrônomo da melhor qualidade técnica e humana continuava trabalhando em Jacarezinho, no Ministério da Agricultura.

Em 1945, dois prêmios foram instituídos aos alunos que mais tivessem se destacado durante o curso: *Medalha Lysimaco Ferreira da Costa*, e *Prêmio Luiz Ciruelos* no valor de Cr$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), que foi um dos primeiros agrônomos formados pela Escola Agronômica do Paraná em 1920. O primeiro era oferecido pela viúva Maria Ângela Franco da Costa, e o segundo pela também viúva Marietta F. Ciruelos.

Foi ainda nesse ano, a 29 de outubro, que Getúlio Vargas foi deposto pelas Forças Armadas, eleito a seguir Deputado por nove estados e Senador por dois, a 2 de dezembro, quando também foi eleito Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República. No Paraná Clotário de Macedo Portugal substituiu Manoel Ribas como Interventor. Ficou nesse cargo apenas três meses e vinte dias. Foi substituído em 25 de fevereiro de 1946 por Brasil Pinheiro Machado, que ficou, por sua vez menos de oito meses. João Cândido Ferreira Filho, o ex-Diretor foi quem assumiu em 26 de setembro de 1946 como Governador substituto por poucos dias. Sucederam-se outros dois interventores por curtos períodos até que Moysés Lupion assumiu como Governador eleito em 12 de março de 1947. Até então, desde Manoel Ribas, o Paraná trocara *seis vezes* em *16 meses* de interventor/governador. E a Escola Agronômica do Paraná a eles subordinada.

Anchises Marques de Faria, veterinário, fora eleito Reitor do ITAVQP em substituição de Paula Soares a partir de 7 de dezembro de 1943. Com a extinção do Instituto mediante o Decreto-Lei 295 em dezembro de 1944, assumiu como Diretor da Escola Superior

4 BRANDT, Jaques ; ROCHA, Regina Célia Zaiczuk. *Do IBPT de Marcos Augusto Enrietti ao TECPAR*, Curitiba: Editora Cidade & Campo, 1991, 109 p.

de Agricultura e Veterinária a partir de 9 de janeiro de 1945, tendo o agrônomo-veterinário Arlindo Loyola de Camargo como seu Diretor. Em 20 de janeiro de 1947, Anchises renunciou em caráter irrevogável à direção, passando-a ao vice Arlindo. Arlindo, no dia seguinte, nomeou a sra. Elza Wernek de Capistrano para a secretaria, um cargo que até então vinha sendo ocupado somente por professores.[5] Anchises alegava na ocasião que havia atingido o Quadro de Acesso e por isso precisava voltar ao serviço do Exército.[6]

A seguir, Sandoval Ribeiro Ribas, agrônomo, professor, o mesmo que como aluno já participara do episódio que culminou com a queda de Joaquim Inácio Silveira da Mota, fora designado Diretor da Escola em 4 de fevereiro de 1947. Sandoval sempre foi homem de personalidade forte, decidido, sem meias palavras, que amava à sua maneira, a profissão e a Escola, e com esse entusiasmo, força e autoridade que o caracterizavam, *não agradava a todos sempre*. Segundo Agostinho Bernardo da Veiga,[7] seu contemporâneo, Sandoval não tinha liderança, tinha era política por ser ligado ao Manoel Ribas. Demitiu o assistente do professor Arlindo, Valdemar Loureiro Campos, reconduziu o engenheiro agrônomo Francisco Maravalhas Neto ao cargo de professor a catedrático da 6ª cadeira, que havia sido demitido há vários anos. Essas atitudes causaram reações contrárias do próprio professor Arlindo e do ex-Diretor Anchises. Na reunião da Congregação da Escola, do dia 20 de fevereiro de 1947, o Diretor Sandoval também teve como um dos opositores, Porthos Vellozo. Em ambiente polêmico e exaltado, a reintegração do professor Maravalhas foi anulada. Nesta mesma reunião, discutiu-se o próprio ato de nomeação do professor Sandoval como Diretor, uma vez que a legislação pertinente exigia que fosse um professor catedrático, portanto, concursado. A ilegalidade do ato da nomeação foi declarada com votação aberta e explícita por *quatorze* contra *dois*. Além disso, decidiu-se protestar ao Interventor e à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário no Rio de Janeiro por 13 votos a favor e um contra. Sandoval afirmou que só entregaria o cargo a outro diretor nomeado por decreto que anulasse aquele que o nomeava.[8]

Com a permanência de Sandoval na Direção, o professor Antônio Carlos de Araújo Moritz, Caio Gracho Pereira e Agostinho Bernardo da Veiga pedem demissão do Conselho Técnico Administrativo. Finalmente, a 7 de março de 1947, Caio Gracho Pereira foi nomeado novo Diretor, já pelo Governador Moysés Lupion.

Caio Gracho Pereira é o Diretor da ESAVP

Caio Gracho Pereira, engenheiro agrônomo que havia dirigido o Campo Experimental, se afastaria da Escola para exercer funções no Ministério da Agricultura na época em que Raul Gomes Pereira assumira como Diretor da Escola Agronômica do Paraná. Retornando a Curitiba, assumira a Direção da Estação Experimental de Curitiba, do Ministé-

5 Havia essa possibilidade desde 1945. Ata da 6ª Sessão da Congregação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, em 22/12/1945. Livro de Atas, arquivo EAP, p.10.

6 Arquivos EAP, Correspondências Recebidas, 1947.

7 Entrevista ao autor em 19/8/1986.

8 Livro de Atas da Congregação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, de 1945 a 1951.

rio, e voltando a ser professor; foi eleito Diretor da sua antiga Escola, já com novo nome.[9]

A índole de Caio era mais dócil, mais pacata e a fase seguinte foi de pacificação. Caio reconduziu o assistente de Arlindo e à função. Acalmaram-se os ânimos.

Carlos de Paula Soares, professor do Curso de Medicina Veterinária, 1ª Cadeira, domingo dia 26 de outubro de 1947, ao transitar pela Rua XV de Novembro, surpreendeu-se com numerosos cartazes contendo dizeres que afetavam seriamente a dignidade e a honra do Diretor Caio Gracho Pereira. Esses cartazes foram atribuídos a vários alunos e que o desenhista teria sido Ênio Marques Ferreira. Constituída uma comissão de inquérito para averiguar os fatos, concluiu que o assunto deveria ser encerrado, uma vez que o autor havia pedido demissão da Escola em 29 de outubro. O denunciante havia se demitido, mas o ofendido ali estava como Diretor, mas nada aconteceu... Os tempos efetivamente eram outros!



Fig. 3
Caio Gracho Pereira, que, como diretor, atuou no processo da federalização.

O Processo de Federalização: Eleitoreiro

Havia no Rio de Janeiro, um Projeto de Lei com o nº 901, na Câmara dos Deputados em que se propunha a federalização das Escolas de Agronomia e/ou Veterinária nos Estados do Ceará, Paraíba, Bahia e Rio de Janeiro. Caio Gracho com Raul Gomes estiveram na Diretoria do Ensino, no Ministério consultando sobre a federalização. Obtiveram uma negativa assim "que não davam nada, que não ajudavam, nem nada".[10] Isso posto Raul foi para o hotel, e Caio dirigiu-se à casa do Deputado Federal Lauro Lopes. Lá uma empregada disse que havia saído para um passeio a pé em Copacabana. Caio tomou um táxi e rumou para a Avenida Copacabana, desceu na primeira quadra e seguiu a pé, buscando entre os transeuntes o Deputado. Encontrou-o já na segunda quadra com a esposa. Contou-lhe que queria federalizar a Escola e não tinha recebido apoio algum no Ministério. O Deputado esclareceu que "os do Ministério não têm culpa, são ordens do Presidente da República para não federalizar nenhuma escola". Disse-lhe que "havia um projeto de uma bancada do Norte federalizando a Escola do Ceará, eu vou ver se consigo encaixar a do Paraná na mesma proposta. Você pode voltar à Curitiba, que quando eu souber de alguma coisa, eu te telefono, e você manda os documentos pelo correio". "De fato, passado uns

9 Entrevista concedida ao autor em 19/6/1986.
10 Entrevista de Caio Gracho Pereira ao autor em 19/6/1986.

15 dias recebi um telegrama dele que mandasse os documentos urgentes. Isto feito, ele apresentou uma emenda nesse Projeto, que foi aprovado. O Presidente da República ficou com medo de vetar porque viu que as bancadas se uniram, o Norte com o Sul; o Lauro conseguiu apoio da bancada do Rio Grande do Norte, de Santa Catarina e ele devolveu sem sanção nem veto".[11]

Caio, dias antes de deixar o Cargo de Diretor agradeceu o Deputado Lauro Lopes pela sua ação e escreveu ao Ministro da Agricultura solicitando a execução da Lei 1.055.

"Eu não sei se coincidência ou não, quando a Lei foi aprovada em 16 de janeiro de 1950, eu recebi um ofício do Ministério determinando-me que eu só me ausentasse de Curitiba com ordem expressa do Ministro em cada caso. Eu vendo que seriam necessárias muitas viagens para enquadrar o pessoal, conseguir verbas, etc, pedi demissão em fevereiro. Indiquei a pedido do Governador, que não queria aceitar minha demissão, dois nomes inteiramente apolíticos: Agostinho da Veiga e Arlindo Loyola. Ele escolheu Agostinho".[12]

Diretor da ESAVP: Agostinho Bernardo da Veiga

Agostinho Bernardo da Veiga era formado em Agronomia na primeira turma da Escola, em 1920, formado e exercendo também a Odontologia, dividia seu tempo ainda com uma companhia de seguros. De família muito conhecida em Curitiba, relacionava-se com os políticos e autoridades de um modo geral; de personalidade afável e despido de agressividade, assumia a Direção da Escola em 5 de fevereiro de 1950, logo após ter sido aprovada a Lei 1055, que federalizava a Escola.



Fig. 4
Agostinho Bernardo da Veiga, como Diretor colaborou no processo da federalização, na fase de se fazer cumprir a lei.

A esperança era de que a aprovação da Lei fosse a solução imediata de todos os problemas pelos quais passava a Escola, mas isto não aconteceu. Foi apenas o início de uma peregrinação e mais um período em que a burocracia, a incompetência e a má vontade haveriam de grassar num mar de lama atrasando o desenvolvimento. Esses sacrifícios, entretanto, tiveram seu lado bom, pois nele se forjaram homens, como Lycio e Andrjwewski, que haveriam de impulsionar o progresso alguns anos mais tarde.

11 Entrevista de Caio Gracho Pereira ao autor em 19/6/1986.
12 *Idem.*

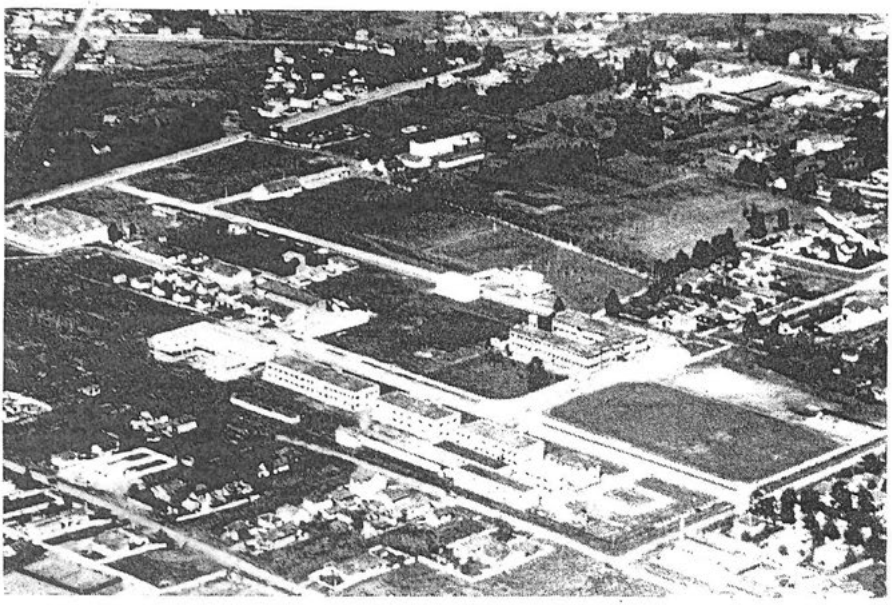


Fig. 5
No início dos anos 60, a construção da sede do Centro Acadêmico, fundado em 1918.

Universidade do Paraná é Federalizada: Ministério da Educação

O ano de 1950,[13] iniciou-se com uma fase de troca de gentilezas e de parabéns pelo novo cargo de Diretor de um lado, e pela "federalização" do outro. A Universidade do Paraná, num processo paralelo de federalização já havia conseguido sua efetivação junto ao Ministério da Educação e convidava a todos para o agradecimento público que se faria ao Presidente Eurico Gaspar Dutra, da República, na forma do título de *Doutor honoris causa*, a ser conferido à sua pessoa no dia 21 de dezembro.

Os professores reunidos na Congregação a 23 de fevereiro para tomarem conhecimento das *démarches* havidas na capital da República, elaboraram um memorial para o Governador Moysés Lupion, que vinha ajudando efetivamente no processo, exaltando a importância da sua ação e ressaltando vários pontos que a tornavam digna da federalização.

Agostinho, Diretor recém eleito, conta como aconteceu:[14]

> *"Eu entrei na Escola em 1918, como aluno, depois vim a ser professor por 35 anos. Não tínhamos salário, a gente trabalhava por idealismo mesmo. Não sei por que cargas d'água vim a ser diretor. Eu fiquei sabendo que era diretor por um telefonema do Governa-*

13 Baseado nos Arquivos de Correspondências Emitidas e Recebidas e Relatórios da Escola Agronômica do Paraná. Arquivo do Setor de Ciências Agrárias.

14 Entrevista ao autor em 19/8/1986.

dor Moysés Lupion, que havia me nomeado para substituir o Caio Gracho Pereira.
Aí eu verifiquei que havia no Diário Oficial da União, uma nota dizendo que havia um projeto no Congresso federalizando 5 escolas. A Escola era então estadual – Não tinha sede, não tinha nada, vivia sempre em lugares emprestados. Eram a do Ceará, Paraíba, Rio de Janeiro, Bahia e do Paraná. O Projeto já havia sido aprovado no Congresso.[15]
Assumindo, eu fui ao Rio de Janeiro encontrar com o Governador Moysés Lupion e fui ao Centro Paranaense onde ele estava, e disse-lhe que a finalidade era falar com o Ministro da Agricultura – Daniel de Carvalho, (que era mineiro).[16]*O Lupion disse:*
– Você, amanhã, esteja a 1 hora da tarde no saguão do Ministério da Agricultura, que eu vou almoçar com o Ministro, depois eu vou ao Ministério, e lá vocês se entendem.
Enquanto eu estava no saguão, chegou o diretor da Escola de Cruz das Almas - da Bahia, que também era uma das federalizadas por aquele decreto. Conversando com ele, ele me disse que não ia aceitar. Não aceitava porque o padrão federal era inferior ao padrão da Bahia, e os professores iam ser prejudicados. Ele não ia aceitar.
O Lupion chegou. Subimos pelo elevador privativo, junto com o ministro. Enquanto isso estávamos na sala de espera. O ministro chegou, tirou o paletó, foi lavar as mãos, voltou e me disse:
– O que que o senhor manda?
– Eu não mando nada. Eu estou aqui para pedir para o senhor. Eu tenho aqui o Diário Oficial, onde há o decreto aprovando a federalização da Escola.
Então ele pegou o jornal, leu, e deu uma risada na minha cara e disse:
– O senhor acreditou nisso? Isso é uma lei eleitoral. Nós estamos em vésperas de eleição e estes deputados que assinaram essa lei querem ser reeleitos, então eles fizeram essa lei. Mas é uma lei eleitoral, só fica no papel.
Eu fiquei meio desarmado com aquilo, e o Moysés Lupion mais desarmado ainda, que tinha ido lá para pedir, para me ajudar. Eu então disse:
– Senhor Ministro, eu no seu lugar faria o mesmo.
Também seria contra. Porque são 5 escolas. Uma delas fica no Ceará - que fica no Polígono das Secas, onde não há culturas, a não ser na Serra do Batuiritê, o resto é areia. que não é lugar de se fazer cultura. A segunda escola é a da Paraíba, não é uma escola de agronomia, é um patronato agrícola, portanto não tem razão para ser federalizada. A terceria é a Escola de Cruz das Almas, que é uma escola de agronomia, mas que, como o diretor vai falar para o senhor daqui há pouco, vai desistir da federalização. Eu falei com ele agora há pouco. A quarta escola é a Escola de Veterinária de Niterói, que é formada por agrônomos do seu Ministério, que funciona à noite, para fazer concorrência com o "Quilômetro 47" que é do seu ministério. Ela tem mais alunos em Niterói do que na sua escola, no "Quilômetro 47". É uma escola que faz concorrência à sua. Então não há motivo para o senhor federalizar, a não ser que queira ficar com duas. A última escola é a nossa, do Paraná. E é para esta que eu venho defender a federalização, porque o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande e São Paulo enchem a nossa escola de alunos, e são os Estados produtores de alimento para o Brasil, e precisa ter técnicos.
Aí o ministro bateu no meu ombro e disse:
– O senhor é político, não é?
– Não, eu sou filho de mineiro, e o senhor é mineiro, e sabe como são os mineiros.
Ele deu uma risada e tal, e disse:
– Então o senhor me faz uma coisa: O senhor me faz um relatório e mande, traga para

15 O professor refere-se ao Projeto de Lei 901 e à Lei 1.055 de 16/1/1950.
16 Teria sido Carlos de Souza Duarte (?)

mim...
Eu não vou fazer relatório para o senhor... Não vou fazer porque eu faço o relatório, o senhor o pega, rasga e joga na cesta de papéis usados. Mas o meu governador aqui lhe faz um relatório em nome do Estado do Paraná, e eu venho lhe trazer o relatório.
Eu realmente fiz o relatório. O Moysés Lupion assinou, e eu levei ao ministro. Ele falou:
– O senhor é rápido, não? nós falamos ao meio dia e agora às 6 horas o senhor já traz o relatório.
– Sim, eu não posso perder muito tempo aqui.
Para encurtar a história... Sete anos depois é que a Escola foi federalizada. Levaram engavetando o processo, eu viajando todo mês para lá. De uma seção para outra. Às vêzes convidando para almoçar um funcionário. Mas sempre os funcionários com má vontade.

No mês de junho o Governador do Paraná entregou nas mãos do Presidente Dutra o processo da Federalização, que por sua vez foi encaminhado inexplicavelmente ao Ministério da Educação ao invés do Ministério da Agricultura. De lá foi ao DASP onde tomou o número 3359/50, onde se pretendia limitar a federalização aos termos financeiros em forma de subvenção, sem que a responsabilidade da Escola ficasse a cargo do Governo Federal. Isto de fato já existia, pois a Escola já tinha subvenção do Governo Federal; era na verdade anular na prática, a lei aprovada pelo Congresso que autorizava o Governo Federal a *federalizar* a Escola.

Decorrente do processo de federalização, dois assuntos tornaram-se urgentes: 1° – A questão das verbas para a manutenção da Escola, que continuava crítica, com atraso de pagamento do pessoal e em especial dos professores. 2°– A *Granja do Cangüiri* que fora *doada* pelo Interventor, e que teoricamente pertencia ao patrimônio da Escola, estava em nome do Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química do Paraná. Na verdade foi apenas uma manobra para que os cursos fossem reconhecidos, uma vez que a posse da fazenda para aulas práticas eram exigência por parte do Ministério de Agricultura. Na prática, essa Granja jamais foi administrada pela Escola, embora lá estivessem alguns equipamentos e fossem ministradas aulas práticas. A posse continuava com o Governo do Estado. Nessa ocasião, Agostinho da Veiga sugeriu ao Governador a permuta por uma área não inferior a 120 alqueires, como aquela pertencente à Penitenciária Agrícola junto à Granja do Cangüiri.

O tempo ia-se escorrendo e a situação se agravando. Os professores já tinham seis meses de salários em atraso. A subvenção estadual vinha insuficiente e tardia.

O término da construção do Hospital Veterinário foi motivo para mostrar reconhecimento ao Governador em fim de mandato e tentar demover o recalcitrante Ministro da Agricultura, Antônio Novais Filho em relação à federalização. A inauguração se deu em 17 de novembro.

Parecer favorável à Federalização 4/1/1951

O professor Marcos Augusto Enrietti foi enviado ao Rio de Janeiro junto com o

Governador para prestar esclarecimentos necessários ao processo, que de novo estava nas mãos do Ministro. Das mãos do Ministro para as mãos do Presidente Dutra. A 4 de janeiro do ano seguinte (1951), o Presidente finalmente deu parecer favorável à federalização. Neste mesmo mês, a Congregação da Escola conferiu no dia 20, o título de *Doutor Honoris Causa* ao General Eurico Gaspar Dutra (Presidente da República) e Moysés Lupion (Governador do Estado); e título de *Benemérito* aos senhores Moysés Lupion, Antonio Novais Filho (Ministro da Agricultura), Senador Flávio Carvalho Guimarães e Deputado Federal Lauro Sodré Lopes.

No dia 31 de janeiro de 1951, encerrou-se o mandato de Lupion, que foi substituído por Bento Munhoz da Rocha Netto. A Escola perdera um aliado importantíssimo, mas não um amigo.

O relacionamento da Escola com a comunidade era muito boa, devido em grande parte ao fato de Agostinho pertencer à elite paranaense, cuidava zelosamente da correspondência com outras autoridades, mantinha e respeitava a hierarquia política, sabia exaltar a vaidade dos poderosos para fins nobres. Cuidava, por exemplo que o trote dos calouros, em seu desfile, não ferisse a susceptibilidade dos poderosos. Nos jornais, as menções eram sempre simpáticas à Escola. Conseguira em 1953, uma verba de dois milhões de cruzeiros a título de auxílio à Escola, o pagamento das subvenções atrasadas do Estado. O pagamento dos professores ainda não fora colocado em dia depois de oito meses em atraso, mas principalmente, tivera-se um Secretário que na prática não deixara a Escola esmorecer. O Secretário Arlindo Loyola de Camargo, formado em Agronomia em 1920, e em Veterinária em 1934, nas primeiras turmas de cada curso, era contestado por colegas ou por alunos às vezes, admirado e respeitado pela maioria. Esteve sempre como Diretor ou Secretário da Escola de 1934 a 1956 com pequenas interrupções.

O Estado em 18 de abril, promulga a Lei 643 que autoriza o Poder Executivo a transferir os imóveis doados por ele à União, autorizando ainda ao Estado doar à Escola uma área de 200 hectares no Município de Piraquara (a Granja do Cangüiri). No processo de federalização, no Rio de Janeiro, em setembro, não se aceitou dessa forma, pois nas doações haviam cláusulas restritivas quanto ao uso e ao destino como a inalienabilidade vitalícia. Sugere-se que a Escola devolva os bens ao Estado e este por sua vez transfira-os para a União, sem restrições mediante termo.

O professor e Deputado Silvano da Rocha Loures foi enviado em seguida para o Rio para esclarecer o processo. Constatou que o entrosamento entre o aparelhamento burocrático e o quadro técnico era deficiente no Ministério, e que o trajeto do processo era de gaveta em gaveta e tendendo a ficar em algumas delas para sempre, e, que o Diretor ou representante deveria estar cuidando do andamento do processo permanentemente no Rio de Janeiro. A Congregação, no entanto, concluiu que era o Diretor que deveria tratar destes assuntos. Agostinho, o Diretor não gostava de viajar com freqüência.

Em setembro, houve a 1ª Reunião dos Diretores de Escolas de Agronomia do Brasil, Agostinho também não foi. Lycio e Arlindo foram. A conclusão unânime dos diretores foi que a autonomia das escolas deveria ser buscada, respeitadas as exigências mínimas fixadas em lei, a fim de se livrarem da legislação antiquada em vigor. Afirmaram ainda unânimes: "1) Há anarquia na legislação vigente para o ensino agronômico e veteri-

nário, estabelecendo grande confusão e desigualdade entre as diferentes escolas. 2) Que se promova a fixação de exigências mínimas para todas as Escolas de Agronomia e Veterinária do país. 3) Que deve haver autonomia didática, financeira e administrativa para todas as referidas escolas, respeitadas as exigências mínimas. 4) Sugerir normas gerais para uma lei básica mais evoluída, baseada nas experiências adquiridas. 5) Que fique em estudo, para uma próxima reunião a sugestão de aumentar mais um ano para todo o Curso de Agronomia como para Veterinária."[17]

Em todos os trâmites, da federalização a Escola contou com o auxílio incondicional principalmente do Deputado Lauro Lopes, do Senador Flávio Guimarães e do Governador Moyses Lupion, que não pouparam esforços no sentido de abreviar a marcha do processo.[18]

Havia escolas de Agronomia vinculadas ao MEC e ao MA

Esse era o resultado da inépcia do Ministério da Agricultura em gerir os cursos que a ele estavam subordinados. Havia dois tipos básicos de escolas: As vinculadas ao Ministério da Educação e as vinculadas ao Ministério da Agricultura. Dentre essas havia ainda as que pouco davam importância à Superintendência do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura, obedecendo a normas próprias, como a Escola Nacional do Rio de Janeiro e Eliseu Maciel de Pelotas. As demais estavam sujeitas a esta Superintendência, a uma infinidade de burocracia e minúcias, carimbos, processos, pareceres, favores, incompetências, e desmandos. Em meio a este caldo caminhava o processo de federalização.

No dia 29 de maio de 1952, foi assinado o *ACORDO* em que o Estado do Paraná transferia para a União os bens, mas remetia a uma outra exigência: a de só ser válido após o registro no Tribunal de Contas.

Mais um ano se passaria sem que houvesse evolução significativa na federalização.

Troca-se a Granja do Cangüiri *de direito* por 120 Alqueires *de fato*

Como a Granja do Cangüiri era uma unidade importante para o Estado, este recusava-se a abrir mão das cláusulas restritivas. Assim foi feito ao Governo uma proposta de troca, da fictícia posse da Granja, por uma área contígua que o Estado compraria de 120 alqueires de Alfredo Krause, e passaria para a Escola, de direito e de fato.[19]

A área foi trocada efetivamente pela Granja do Cangüiri, e ficou num primeiro momento sem atividade diante da insegurança da situação. O Departamento de Produção

17 Relatório e Ata da reunião, elaboradas por Lycio e Arlindo, em Correspondências Recebidas, 1951. Arquivo EAP.

18 SANTOS, Esmeraldino. *Subsídios ao Histórico da Escola de Agronomia e Veterinária do Paraná*, 1967, datilografado.

19 Ver rascunho de correspondência endereçada ao Governador, com a justificativa da troca.

Animal da Secretaria de Agricultura pediu então à Escola para utilizar a área contígua ao Posto Zootécnico, e assim colocar ali alguns animais, beneficiando e cercando a gleba. Acontece que um empreiteiro, aproveitando-se da situação derrubou e roubou matas e toras especialmente de pinheiro que lá havia. O Diretor reclamou, solicitou providências e não se têm notícias de punições ou responsabilidade.

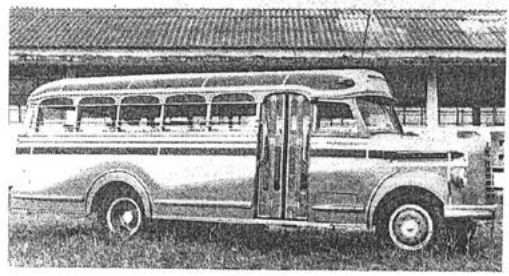


Fig. 6
O primeiro ônibus foi adquirido em 1953, modelo COACH, luxo, sobre chassi Hércules.

Não era novidade a burocracia no Rio de Janeiro, tanto é que praticamente desde que a Escola Agronômica do Paraná passou a receber subvenção federal, havia contratado, já há decênios, firmas especializadas para as *démarches* na capital. Leis, portarias. processos, tudo tinha que ter um intermediário que ficasse tirando os processos das gavetas e os colocando em outras mesas. Mas agora a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura passava dos limites.



Fig. 7
A Central de Transportes da UFPR, em 1993.

O Tribunal de Contas da União, após algumas exigências e esclarecimentos adicionais, registrou o processo em 20 de março de 1953.

As nomeações e contratações de professores estavam impedidas desde 1952 (29 de março), quando foi feito o acordo, pois lá se relacionava todo o acervo humano e material da Escola. Haveria de se esperar pelo desfecho do processo sem modificações.

Foi então que o Estado fez a doação dos dois milhões de cruzeiros a título de auxílio à Escola, mediante plano de aplicação, excluindo folha de pagamento, que raramente ficava em dia. Foi com esses recursos que se adquiriu o primeiro ônibus para as aulas práticas, em 1954, marca COACH interestadual, superluxo, 29 lugares, montado em chassi Ford-Hércules, diesel; se construiu a primeira parte do Centro Acadêmico e o prédio da biblioteca em frente a ele.

Nesse tempo outras Escolas de Agronomia já haviam completado a federalização.

ESAVP não era mais Estadual, mas também não recebia manutenção Federal

O processo estava parado há meses. O próprio Diretor, em correspondência ao Sr. George W. Ware de 26 de maio de 1953 desabafa:

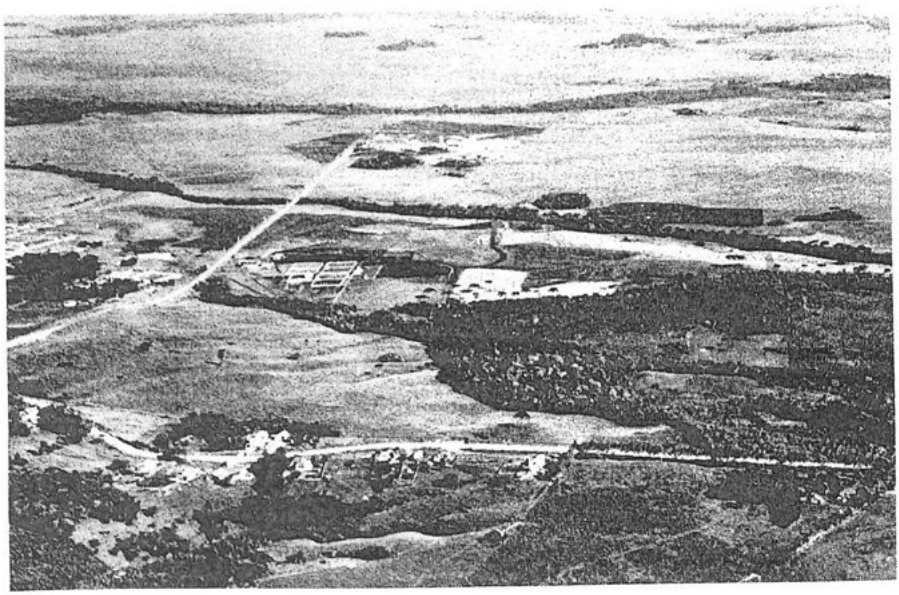


Fig. 8

Em 1955, inicia-se o processo da "troca" da Granja do Cangüiri por uma área de 120 alqueires, sem benfeitorias, junto à estrada da Graciosa...

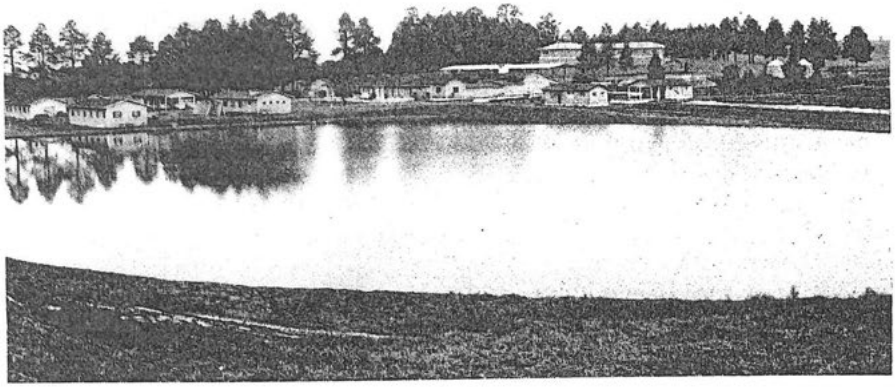


Foto: Wanildo Schneider

Fig. 9

... que se transforma no Centro de Estações Experimentais da Universidade Federal do Paraná, vinculado ao Setor de Ciências Agrárias.

Como V.S. sabe, nossa Escola atravessa a fase final de sua federalização, estando praticamente na "terra de ninguém", pois deixou de ser uma entidade particular mantida pelo Governo Estadual, para ser uma entidade Federal, sem auxílio algum por enquanto do Governo Federal. Enquanto a burocracia oficial não decidir em definitivo, nada é estável nesta Escola e, no caso, o posto de Diretor. Tudo depende ainda da criação dos cargos dirigentes e efetivos da Escola, pelo Governo Federal e a nomeação de seus titulares.

George W. Ware, a quem o Diretor se dirigia era o *Agricultural Program and Training Officer* da Divisão Agrícola do Convênio firmado pelo Ministério da Educação, pelo da Agricultura – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário e os Estados Unidos. Funcionava no Brasil com sede no Rio de Janeiro, o Escritório Técnico de Agricultura (ETA).

Teoricamente o pagamento do pessoal passara a ser responsabilidade da União a partir de 20 de abril de 1953, mas na prática era o Estado através da Secretaria de Agricultura que continuava a fornecer parcialmente os recursos.

Nesse tempo de salários atrasados, incertezas de boatos de todos os dias, a esperança se esvaía, quando em 7 de dezembro de 1954, houve a promulgação da Lei 2366,[20] em que se criavam finalmente, os Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, dando-se cumprimento à Lei 1055 de 16/1/1950. Autorizava também a abertura de crédito especial para arcar com as despesas decorrentes da aplicação da Lei.

No entanto, os atos efetivos para o verdadeiro funcionamento da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, como entidade federal de ensino, demoraram ainda cerca de um ano, e então consubstanciados nos Decretos números 38.021 de 7/10/1955 e 38.0200 de 10/11/1955, respectivamente, de autoria do Presidente João Café Filho, no tempo em que era responsável pela Pasta da Agricultura, o então Ministro Bento Munhoz da Rocha Netto.[21] Em maio de 1955, Agostinho decidiu ir ao Rio de Janeiro. É ele quem conta:[22]

Quando Bento assumiu o Ministério da Agricultura,[23] eu estava recém vindo dos Estados Unidos e fui ao gabinete dele. Eu me dava bem com o Bento e disse:
– Bento, eu tenho um problema que está rodando aqui há 7 anos, que é a federalização da Escola do Paraná.
Ele perguntou:
– Onde está?
Eu contei que estava com tal pessoa em tal lugar. Ele chamou um contínuo e mandou chamar o funcionário.
Perguntou a ele:
– O senhor está com o processo da federalização da Escola do Paraná?

20 *Diário Oficial da União*, de 15/2/1954.

21 SANTOS, Esmeraldino – *Subsídios ao Histórico da Escola de Agronomia e Veterinária do Paraná*, 1967. Datilografado.

22 Entrevista ao autor em 19/8/1986.

23 O paranaense Bento Munhoz da Rocha foi Ministro da Agricultura no período de 3/5/1955 até 18/11/1955

– Estou sim, há 5 anos.
– O senhor me traga o processo aqui e agora, que eu quero já.
O Bento olhou o processo e disse:
– Está quase pronto, só falta o seu parecer. O senhor vai dar o parecer até amanhã, que eu vou levar ao presidente (que era o Café Filho, na ocasião) para ele assinar.
– Você espera mais uns dias aqui, que nós vamos acertar tudo. Me disse.
Realmente, dois dias depois eu voltei lá e já estava assinado pelo Presidente da República. Então o Bento chamou outra vez aquele funcionário e disse:
– Amanhã você esteja no Aeroporto Santos Dumont às 10 horas, com a sua secretária e o livro de atas, porque você disse aqui no processo que o professor Veiga trouxesse os seus professores ao Rio de Janeiro para tomar posse aqui no Ministério, e é muito mais fácil nós irmos até lá dar posse.
Realmente viemos, o Bento, ele e a secretária
Chegamos aqui e ele deu posse a todos. E os professores, aqui tinham organizado um almoço. E ele não compareceu, disse que não estava se sentindo bem, e que tinha que voltar rápido para o Rio de Janeiro. Ele estava era com raiva, pois ele queria prolongar mais o processo.
Aí nós nos tornamos federais, recebendo todos os atrasados. Os professores receberam o salário dos sete anos atrasados. Todos os professores compraram automóvel e endireitaram a vida. Era uma fortuna na época, a vida era mais barata também. Os professores foram grandes patriotas, pois não havia a certeza de receber estes vencimentos, mas o curso não podia parar.

A Federalização da Escola Superior de Agricultura e Veterinária: Finalmente!

Nesse almoço, em 1955, concretizada a federalização, Lycio Vellozo agradece ao Ministro da Agricultura, o paranaense Bento Munhoz da Rocha Netto, no Grande Hotel Moderno nestes termos:[24]

> *Em bem poucas ocasiões, Senhor Ministro, houve tanta justeza e tanta oportunidade, para sem falsos pedantismos, iniciarmos esta descolorida oração, em que me cabe a honra de saudar-vos em nome dos professores aqui presentes, com a citação da estrofe, pela qual, principia inspirado soneto, o maior dos poetas lusitanos:*
> *"Sete anos de pastor, Jacob servia,..."*
> *E, se assim o faço, é porque encontro, nestes sete anos do verso camoneano, malgrado os quatrocentos que dele já nos distanciam, a grande analogia com o momento atual, uma vez que, como Jacob sentimos, o fictício das promessas, o encanto dos anseios e das esperanças, o amargo das lutas e dos desenganos, para que pudéssemos atingir enfim a concretização suprema de um ideal.*
> *Como ele servimos, e como ele esperamos, certos que um dia, próximo ou remoto, pouco importava, a compreensão, o direito, a justiça, haveriam de triunfar sobre a má vontade, a displicência, o olvido.*
> *Assim pensando, e assim procedendo, chegamos ao fim da jornada nos idos de 1948 encetada, mais felizes por certo, que o apaixonado israelita, pois em sete anos apenas,*

24 Discurso de Lycio Grein de Castro Vellozo, em anotações pessoais em posse de sua filha Elisa Vellozo Ribas.

atingimos a meta, conquistando para todo o sempre, o prêmio pretendido, a Raquel simbólica, de tantos sonhos e de tantas aspirações.

Mas..., não termina aqui a analogia pretendida. Houvéssemos fracassado nesta tentativa, não tivéssemos encontrado por parte de Vossa Excelência, o anseio, o apoio e, sobretudo, o interesse que hoje nos faz vencedores, haveríamos de prosseguir, outros sete anos mais, no mesmo desejo e no mesmo afã, de prepararmos gerações de agrônomos e de veterinários, para os reclamos imperiosos da técnica e da pesquisa, nos setores em que, são estes profissionais, insubstituíveis, no Paraná e no Brasil.

E, haveríamos de continuar, e, haveríamos de prosseguir, como um libelo vivo contra o descaso dos homens, como uma acusação perene, contra todos aqueles que, num País de fundamentos e tradições tipicamente agrícolas, dificultam a vida de uma Escola Agrícola, de uma Escola que tem por missão precípua, formar as elites dirigentes, do renascimento agrário do Brasil.

E se assim o fizéssemos, estaríamos conscientes da nossa responsabilidade, estaríamos conscientes que um dever bem cumprido, vale qualquer sacrifício, e sobretudo, estaríamos testemunhando à nossa Escola, um pouco do grande amor que à ela dedicamos e para cuja plenitude, lamentamos apenas ser, "tão curta a vida".

Porquanto, Senhor Ministro, oportuno será sempre lembrar, que foi o devotamento, o desejo de ser útil à coletividade, o interesse de algo realizar pela agricultura e pela veterinária, o amor enfim à causa do ensino destas profissões, e sobretudo, à Escola que as albergava, o apanágio dos seus fundadores e a característica do seu corpo docente nestes 36 anos de gloriosa existência.

Foi o amor à terra e aos problemas paranaenses, que fizeram de Romário Martins e Afonso Camargo, os seus idealizadores e fundadores.

Foi o devotamento à causa pública e dedicação ao ensino, que elevaram em seu corpo docente, as personalidades prematuramente roubadas ao nosso convívio de Lysimaco Costa, Plínio Tourinho, Albarico Guimarães, Adolar Hintz, Hugo Riedel, Gamaliel Carvalho e Paulo Francisco Beckert.

(...) Foi o amor enfim, a causa do ensino da Agronomia e da Veterinária, que manteve coeso o seu corpo docente atual, mesmo, quando as esperanças periclitavam e, o torvo avalanche das incompreenssões e dos ditames burocráticos, oblumbrava o seu horizonte, e ameaçava abandoná-lo à uma sorte, caprichosa e incerta.

Hoje, que terminada é esta ordália, que coube a Vossa Excelência, como paranaense e, como homem público dos mais ilustres que o Paraná há produzido, a palavra final, neste processo quase inquisitorial, é grato ao nosso coração agradecer-vos, e ao mesmo tempo, apelar à vossa sensibilidade, no sentido de que sejam mantidas, estas características, de que tanto se orgulha a nossa Escola.

Acreditamos, ser difícil ao Ministério da Agricultura a sua manutenção; ser difícil, tratar a Escola, com menos burocracia e mais afeto, revelar as pequeninas falhas de sua estrutura e, visualizar o todo, no passado, no presente, no futuro.

Canalizar para a Escola os recursos que lhe permitam, transformar-se em entidade dinâmica e potente, possibilitando-a acompanhar com desafogo a evolução crescente da técnica agronômica e veterinária, da qual, infelizmente, estamos ainda muito aquém, perdidos no imperialismo das monoculturas absorventes, aferrados aos padrões de uma pecuária rotineira e semi-colonial.

(...) Grave, porquanto ao seu corpo docente, não satisfará somente os proventos maiores que irá auferir; as garantias e os direitos que já faz jus.

Algo mais queremos, algo de mais profundo, de mais lídimo, de mais nobre.

Almejamos construir uma Escola, modelo entre as modelos, padrão entre os padrões, que se caracterize pela objetividade do seu ensino, pela eficiência dos seus processos experimentais, pela integração absoluta dos seus profissionais às reais necessidades da economia nacional.

Queremos uma Escola que pesquise, que experimente, que atue sobre o meio agrícola paranaense, como órgão aglutinador e catalizador, capaz de criar u'a mentalidade verdadeiramente agrária entre nós, que amando a terra e respeitando as matas, veja nas mãos calosas do agricultor, um símbolo máximo de trabalho, de abundância, de paz...

Sabemos, Senhor Ministro, que a tarefa é ingrata; que óbices inúmeros se nos depararão no caminho... mas, sentimos que podemos contar convosco e que este apelo, esta idéia elevada e justa, encontrará éco no Ministério da Agricultura, afim de que, possa o Estado do Paraná, contar com uma Escola de Agricultura e Veterinária à altura do seu desenvolvimento agrícola e pastoril, à altura do surto incomparável de progresso que vem apresentando, face as demais unidades da Federação.

E nesta oportunidade, apelamos também ao Govêrno Paranaense, representado neste instante, pela figura culta e criadora de Adolpho de Oliveira Franco, afim de que não se esqueça, que a Escola Superior de Agricultura e Veterinária, foi criada e construida por homens do Paraná, é um patrimônio moral e material do Estado, que deve ser prestigiado e enriquecido.

(...) Senhor Ministro:

A comemoração de uma vitória, tal como a que estamos realizando, sugere e incentiva outras batalhas,

outras ações que permitam novas vitórias e novas comemorações como esta.

Partindo deste princípio, ergo minha taça, no sentido de que seja Vossa Excelência, como já foi desta feita, o supremo artífice da outra realização que pretendemos: a grande Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná.

Essas vibrantes e emocionadas palavras de Lycio, estavam na verdade encerrando uma fase de marasmo, de lutas e de má vontade. Estavam principalmente prevendo novas lutas, novas conquistas que a sua visão de líder vislumbrava.

A fase federal vinculada ao Ministério da Agricultura: 1956-1961

A nível nacional esta fase se caracteriza pelo fim do Getulismo e a ascenção de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, marcada por constantes ameaças de golpes militares. O Brasil se transforma; o "Plano de Metas" prevê a industrialização do país, a entrada de capital estrangeiro; em decorrência há o aumento da dívida externa e da inflação. Faz-se Brasília, surge a bossa-nova, o levante rebelde de Aragarças é sufocado. A União Nacional dos Estudantes (UNE) assume uma força política extraordinária, protesta contra a interferência norte-americana.

No Paraná, Adolpho de Oliveira Franco assume o Governo de 1° de maio de 1955 a 31 de janeiro de 1956. A ele, segue-se Moysés Lupion até 31 de janeiro de 1961, pessoa que já havia demonstrado a compreensão pelas causas da Escola.

Assim, ao iniciar-se o exercício de 1956, era a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, uma entidade federal de ensino superior, isolada, vinculada à Supe-

rintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, e subordinada ao Ministério da Agricultura.

Seu Diretor foi Arlindo Loyola de Camargo de 11 de junho de 1956 até 17 de outubro de 1959.[25] Tomando-se por base o ano de 1958, a rotina era burocrática e quase inercial. A Escola precisava desesperadamente recompor o quadro de pessoal de contratados, mensalistas e tarefeiros. Arlindo pede ao Ministro da Agricultura e envia memorial ao Presidente da República. Os professores continuavam sendo pagos por hora/aula, e o pessoal temporário era contratado apenas nove meses por ano. No final do ano de 1958 há cortes de orçamento causando dificuldades com os empenhos em andamento.



Fig. 10
Arlindo Loyola de Camargo, como Secretário, como Diretor, um grande homem, amou como poucos a Escola Agronômica do Paraná, um sustentáculo nos tempos difíceis.

Por outro lado, a Escola foi contemplada pela primeira vez com a verba de Manutenção e Ampliação dos Serviços de Extensão Agrícola, no valor de dois milhões de cruzeiros, um valor não muito expressivo, mas de algum significado. A tradicional colocação dos diplomados em empregos públicos estava a zero, os quadros estavam completos no Paraná. Para se reverter esta situação e aumentar a procura pelas profissões agrícolas, fez-se uma campanha[26] junto a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural) para esclarecer e aumentar a demanda. Os resultados seriam sentidos nos anos seguintes.

Indiscutivelmente, apesar do tempo perdido, a situação da Escola melhorou de maneira sensível. Partindo-se de orçamentos, nos quais as somas das doações mal atingia a cifra de 800 mil cruzeiros, contou a Escola, no seu primeiro orçamento federal para o exercício de 1956, com a importância de mais e 14 milhões de cruzeiros e na proposta orçamentária de 1957, o volume de recursos era de quase 31 milhões.[27]

Isso se deu porque o corpo docente queria uma Escola com brilho. Observe-se as palavras de Lycio em 1957:[28]

> *Estará terminada nossa missão perante a Escola?*
> *Encontramo-la totalmente estabilizada, que não mais necessite do nosso concurso, da*

25 A partir dessa data é Lycio Grein de Castro Vellozo quem assume, assim sendo até 1966 quando veio a falecer.

26 Correspondência do Diretor da Escola Superior de Agricultura do Paraná ao Sr. José Irineu Cabral, Diretor Executivo da ABCAR no Rio de Janeiro em 5/5/1958. Arquivo Correspondências Emitidas 1958 SCA.

27 VELLOZO, Lycio G. de C. *O ensino superior de Agricultura e de Veterinária no Paraná.* Curitiba: E.S.A.V.P, publicação nº 1, 1957, 47 p.

28 VELLOZO, Lycio G. de C. *Bases para um "Plano Diretor" à Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná*, Curitiba, 1959, 42 p.

nossa devoção, além daqueles deveres pedagógicos a que estamos obrigados por lei? Ou necessitamos, como os nossos antecessores, algo mais a fazer: aliar a cátedra à pena de legislador, ao lápis do planejador ou, quem sabe? ao bordão do catequista?
Sem querer, por temperamento e formação inclino-me para a segunda hipótese, e encontro para mim, que a missão não está terminada e, sim, apenas encetada.
É inegável que a Escola existe; que desfruta de uma situação e de uma posição da qual só podemos nos orgulhar.
É inegável também, que a obra não está completa. Não basta existir a Escola; é necessário que ela viva, como um organismo dinâmico, perfeitamente integrado nos problemas do meio e da coletividade.
Neste pormenor, em meu modo de ver, a Escola tem vivido num estado vegetativo, com as suas cadeiras compartimentadas e estanques, quer entre si, quer em relação aos problemas agro-pecuários do Estado e da Nação.
Eis portanto, um longo caminho a desbravar e percorrer, ou seja, o de dinamizar a Escola, dando-lhe ênfase e a situação que merece, como orientadora de técnicas e formadora de técnicos.
ara tanto, necessário seria em primeiro plano, modificar-se os padrões de ensino; dar a alunos e professores outros atrativos e outros meios didáticos que não o quadro negro e o giz; grupar as cadeiras afins em departamentos arejados e convergentes; organizar as equipes de trabalho no maior espírito de colaboração, estimular a pesquisa e a experimentação.
Após a fixação dessas bases, necessário a seleção objetiva dos problemas agrícolas e pastoris que interessem economicamente o Paraná e o Brasil, a sua visualização teórica e, partindo desta, a maneira mais prática de solucioná-los.
E, assim, a Escola se integraria e funcionaria no ambiente nacional como um organismo vivo, como um centro de formação de profissionais, aos quais não faltariam conhecimentos teóricos, como um órgão do qual emanariam medidas concretas e eficientes à solução dos grandes problemas agro-veterinários.com que o Brasil se defronta.
Para isso seria necessário:
...abandonar as idéias pessoais, teimosamente mantidas e sem ressonâncias profundas, resultantes de complexos ou de egolatrias frustradas, e nos compenetrarmos que somente o espírito de equipe, a colaboração franca e leal, a crítica serena e construtiva podem, na realidade, nos tornar conscientes dos problemas que temos pela frente e, sobretudo, nos outorgar a capacidade de solvê-los.

Perspectivas para o futuro, Pós-graduação, Plano de Ação

Essa idéia era compartilhada pela maioria dos idealistas professores, e se estendia à realidade. Não era desejo deles trabalhar só. Acreditavam que o ensino só seria capaz de atingir seus objetivos principais de conservar, ampliar e difundir o conhecimento e principalmente, servir e aperfeiçoar a comunidade, se houvesse pesquisa e extensão a ele conjugados. Nesse sentido, acreditava-se[29] já naquela época que os cursos de pós-graduação eram indispensáveis na evolução dos conhecimentos.

29 VELLOZO, Lycio G. de C. *O ensino superior da Agricultura e da Veterinária no Paraná.* ESAVP, publicação nº 1, Curitiba, 1957, 47p.

Eram sugeridos com muita propriedade, tanto os cursos *lato senso* como os *stricto senso*.

Assim, objetivando incentivar a organização de curso de pós-graduação, foi proposto[30] um acordo com o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnólogicas (IBPT), em 1956, visando conjugar o ensino e a pesquisa especializada, em que se pudesse ministrar aulas e pesquisas tanto na Escola como naquele Instituto de Pesquisa.[31]

Se o pensamento em progresso era a tônica, a forma de como atingi-lo não era unanimidade. As teses eram divergentes.

A primeira delas era permanecer naquele mesmo molde, subordinada à Secretaria de Ensino Agrícola e Veterinário; do Ministério da Agricultura.

A segunda visava constituir-se em Universidade Rural, permanecendo no Ministério da Agricultura, como entidade autônoma e subordinada ao Conselho Nacional de Ensino e Pesquisa Agrícola (C.N.E.P.A.). Esse pensamento era defendido por Agostinho da Veiga e outros professores. Tomavam como modelo as universidades americanas, visitadas através do convênio com a Fundação Rockfeller; sonhavam com o modelo regiamente dotado da Escola do Rio de Janeiro, o "Quilômetro 47".

A terceira, visava incorporar a Escola à Universidade do Paraná, integrando assim um todo, as Escolas Federais existentes em Curitiba. Transferindo-se portanto, para o Ministério da Educação e Cultura.

Prevalece a tese: Federal vinculada ao Ministério da Educação e Cultura

Sabiamente, a Congregação em 27 de março de 1956, determinou que se constituísse uma Comissão Especial para estudar a situação e o futuro da Escola. Essa Comissão era constituída pelos professores Sylvano Alves de Rocha Loures, Arlindo Loyola de Camargo, Lycio Grein de Castro Vellozo, Oscar Krebs Palmiquist e Manoel Lourenço Branco.[32]

A Comissão traçou um plano de ação em que se faria um inquérito junto às autoridades competentes. Em primeira análise o Magnífico Reitor da Universidade do Paraná, Governador do Estado do Paraná, o Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, o Diretor Geral do CNEPA, o Reitor da Universidade Rural do "Quilômetro 47" os Diretores da Escola Nacional de Agronomia e da Escola Nacional de Veterinária, além de outras

30 Correspondência Recebida, 1956. Arquivo da E.A.P.

31 Esse acordo proposto foi transformado na Lei Estadual nº 3728 de 21 de julho de 1958, assinada pelo Governador Moyses Lupion. *Diário Oficial do Estado do Paraná* nº 118, de 26 de julho de 1958. Nessa Lei se autoriza o Poder Executivo a transferir para o Domínio da União, livre de quaisquer ônus, todos os bens imóveis, móveis e semoventes pertencentes ao Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Estado do Paraná; mediante a condição de se manter o quadro de pessoal e transformá-lo em um Instituto de Pesquisa da Universidade do Paraná. Em 15 de setembro de 1964, a Universidade incorpora, pela Lei 4406, o IBPT, a partir de 1º de janeiro de 1965. Pela correspondência recebida do Diretório Acadêmico de Agronomia e Veterinária do Paraná, subscrita por Euclides de Carli, de 30/10/1964, o sonho era antigo e cabe a Lycio o movimento de incorporá-lo. Apesar dessas duas Leis, sabe-se que a transferência não foi efetivada.

32 Ata da 1ª Reunião da Comissão Especial da Congregação da ESAVP, fl. 1. 1956. Arquivo da Escola Agronômica do Paraná.

autoridades rurais, a critério da Comissão. Mediante um relatório, o assunto seria apreciado pela Congregação e pelos professores. Dois dias depois a Comissão era recebida "com fidalguia" pelo Magnífico Reitor da Universidade do Paraná. Flávio Suplicy de Lacerda, o Reitor disse,[33] diante das perguntas, que a anexação da ESAVP à Universidade era altamente vantajosa às duas entidades. A anexação era muito fácil, pois não traria ônus ao Governo Federal, pois tratava-se apenas de uma mudança de Ministério. A Escola manteria sua autonomia administrativa como uma Faculdade, mantendo intacto seu patrimônio, as verbas atuais seriam mantidas e até aumentadas.

O Governador do Estado, Moysés Lupion disse,[34] por sua vez, que sabia de um projeto por parte do Governo Federal de constituir uma Universidade Rural no Sul do país, e que achava muito difícil que fosse localizada aqui, pois o Rio Grande do Sul contava com o Ministro da Agricultura, que por certo envidaria todos os esforço para que lá fosse instalada. Quanto à anexação do IBPT para se constituir uma Universidade Rural, o assunto teria ainda de ser pensado, podendo o mesmo ser dividido em duas áreas, sendo da Biológica anexada, permanecendo a Tecnológica no Estado.

Não se oporia em absoluto da passagem da ESAVP para a Universidade, isso mesmo era o correto, e já havia defendido esse ponto de vista. Este assunto em si evoluiu de tal maneira que a 21 de julho de 1958 o Governador sancionou a Lei Estadual nº 3828 em que se autorizava o Poder Executivo a transferir para o Domínio da União, livres de quaisquer ônus, todos os bens imóveis, móveis e semoventes pertencentes ao Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Estado do Paraná.[35]

Constata nesse momento, a Comissão,[36] que o Presidente da República em reunião com o primeiro escalão do Ministério da Agricultura, havia baixado severas instruções com referência à compressão de despesas e à execução de obras diversas. Esse acontecimento constituía um óbice ponderável na questão da criação da Universidade rural, que sem dúvida traria maiores ônus à República. Assim, por julgar inoportuna, e até impatriótica, a insistência na criação da Universidade Rural, a Congregação, onde se reúne a elite profissional, deveria apoiar as iniciativas governamentais, especialmente essa, considerada de "salvação nacional". Dessa forma a Universidade Rural, embora continuasse em pauta, estava internamente superada. Diante das alternativas que sobraram, entende a Comissão que a integração à Universidade do Paraná era o melhor alvitre, partindo desde já para um relacionamento mais estreito e sobretudo, definindo atitudes e condutas futuras de parte a parte.[37]

O professor Arlindo Loyola de Camargo passa a ser o novo Diretor em substituição a Agostinho Bernardo da Veiga em 11 de junho de 1956.

33 Ata da 2ª Reunião da Comissão Especial da Congregação da ESAVP, fl. 3. 1956. Arquivo da Escola Agronômica do Paraná.

34 Ata da 1ª Reunião da Comissão Especial da Congregação da ESAVP, fl. 5. 19/4/1956. Arquivo da Escola Agronômica do Paraná.

35 Publicado no *Diário Oficial* nº 118 de 26/07/1958. Tal medida era acompanhada da exigência do aproveitamento do pessoal, da manutenção como uma unidade de pesquisa na Universidade do Paraná, além de uma doação anual em dinheiro para o Fundo de Pesquisa do Estado.

36 Ata da 4ª sessão da Comissão Especial da Congregação da EAVP em 2/5/1956. Livro de Atas 1956. Arquivo da EAP.

37 *Idem.*

Ciente dessas idéias, o Magnífico Reitor da Universidade do Paraná, professor Flávio Suplicy de Lacerda, encaminhou à Escola, proposta concreta visando a sua incorporação, que foi apresentada e aprovada por maioria absoluta em memorável Sessão da Congregação realizada em 9 de abril de 1957.[38]

Contando com o apoio imediato da Universidade, representada pelo seu Magnífico Reitor e também com o interesse do Governador Moysés Lupion, proposiçmes semelhantes foram levantadas no Ministério da Agricultura e no da Educação e Cultura, as quais culminaram em parecer favorável do Departamento Administrativo do Serviço público e originaram a mensagem nº 469 de 22 de outubro de 1959, do Poder Executivo ao Congresso Nacional.[39]

A dita mensagem, assinada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, deu origem ao Projeto 1.138 - 1959, posteriormente substituído pelo de nº 25/1961, o qual, finalmente, foi promulgado com Lei nº 3.958 de 13 de setembro de 1961.[40]

Por esta Lei, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná era transferida do Ministério da Agricultura para o de Educação e Cultura e incorporada à Universidade do Paraná.[41]

Chegava assim ao término, uma jornada de perto de 14 anos de lutas e de sacrifícios, de esperanças e desenganos; a Escola retornara, qual filha pródiga, ao seio da Universidade, onde em verdade nascera.[42]

Esse percurso, poderia ser outro dependendo dos rumos que se tomassem em 1959, por ocasião da eleição do diretor, ao término do mandato do professor Arlindo como Diretor.

Lycio Vellozo foi o braço direito do Diretor durante toda a gestão de 1956 até 1959. Alguns professores, no entanto eram muito ligados ao Ministério da Agricultura, como o professor Agostinho e o professor Sandoval, e eram resistentes à essas mudanças que se implantavam. Na reunião da Congregação de 29 de maio de 1959, em que se faria a eleição para a lista tríplice a ser enviada para o Ministério da Agricultura, e posteriormente ao Presidente da República para ser indicado o Diretor da Escola, após a aprovação da ata anterior o professor Sandoval, solicita que dois outros professores também participassem da Congregação, com direito a voto. Lycio protestou, foi voto vencido. Procedeu-se aos escrutínios sucessivos, resultando a lista: 1º Arlindo Loyola de Camargo – 15 votos, 2º Lycio Grein de Castro Vellozo – 15 votos, 3º Sandoval Ribeiro Ribas – 11 votos. O total de votantes era de 33 professores.

A lista, no entanto, não foi referendada pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura no Rio de Janeiro. Não se aceitou a inclusão dos professores que não eram catedráticos como eleitores; além do que, para o caso de recondução de um diretor eram necessários 2/3 dos votos. Uma nova lista deveria ser elaborada.

38 SANTOS, Esmeraldino. *Subsídios ao Histórico da Escola de Agronomia e Veterinária*, Curitiba, 1967. 12 p. Datilografado.

39 *Idem.*

40 *Idem.*

41 *Idem.*

42 *Idem.*

A nova reunião deu-se em 30 de junho 1959. Resultou em Arlindo Loyola de Camargo – 27 votos, Lycio Grein de Castro Vellozo – 19 votos e Milton Giovannoni – 15 votos. Dessa vez Arlindo obtivera os 2/3 exigidos, o total de votantes era 29. Sandoval nada conseguira.[43]

Lycio Vellozo como Diretor da Esaup: 1/10/1959

Lycio foi indicado Diretor pelo Decreto de 1° de outubro 1959[44] pelo Presidente da República. O Governo Estadual libera-o das funções do IBPT e coloca-o à disposição da Escola, para desempenho das novas funções em tempo integral. Assume em 16 de outubro 1959.

O ano de 1959 foi significativo para a ESAVP, assumindo novo rumo e novo ritmo. Lycio para concorrer ao cargo de Diretor, mostra o seu talento de planejador elaborando as bases para um "Plano Diretor" para a Escola, fato até então inusitado.

Encerra-se a fase de coronelismo, finalmente.

No cenário nacional, entretanto, há o "plano de contenção de despesas", que continuava a trazer dificuldades financeiras à Escola. Na federalização, o Ministério não previra verbas para tarefeiros. Diante disso Lycio solicita adiantamento à Universidade do Paraná, no que é prontamente atendido pelo Reitor.

O projeto de transferência para o MEC é acrescido de uma exposição de motivos e transita pela burocracia do Rio de Janeiro.

Lycio tem como objetivo principal "Transformá-la na mais perfeita escola de Agronomia e Veterinária do país, na qual o ensino, a pesquisa, a experimentação e a extensão, correlatas, se harmonizem e funcionem sob critérios sócio-econômicos adequados às condições do Estado e da Nação". Esse plano exemplar, pretendia a futura divisão da Escola em duas entidades específicas. Busca convênios, com o Instituto Brasileiro do Café, por exemplo, e, intenso contato com entidades nacionais, como a CAPES e outras Escolas agroveterinárias, especialmente a ESALQ. Realiza-se a *Primeira Semana de Estudos Agroveterinários* sob o patrocício da ESAVP e do Diretório Acadêmico de Agronomia e Veterinária do Paraná, na semana (4 - 11 de abril) do 41° aniversário da Escola.

Em 1960, o Reitor Flávio Suplicy, mostrando sua competência, inaugura o Hospital de Clínicas em meio a tantas contenções de despesas; o Convênio Purdue-Brasil do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão feito com a Universidade do Estado de Minas Gerais (ETA - Projeto 55), se estende à nossa Escola.

A ENA deixa de ser o padrão: Currículo de cinco anos

A Escola Nacional de Agronomia do Rio de Janeiro (km 47) deixa de ser pa-

43 Ata da 5ª Sessão Extraordinária da Congregação da ESAVP de 30/6/1959. Cópia de Ofícios, Arquivo EAP.

44 *Diário Oficial da União*, de 3/10/1959.

drão em 1958, com isso, as Escolas passam a desfrutar de maior autonomia. A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, transforma seu currículo para cinco anos. Seguindo o exemplo, nosso curso passa também a ter cinco anos.

O Ministério da Agricultura continuava, em 1961 aquele mar de burocracia e desentendimentos já há muito conhecido.

"Desde 1954, o Ministério da Agricultura não aprovou o quadro de 'Tarefeiros' da Escola, até que essa categoria foi extinta pela Lei 3.780 de 12 de Julho de 1960".[45] "A federalização ocorrida em 1955 não lhe trouxe a soma de recursos imprescindíveis à realização mínima dos seus altos desígnios, e assim são inúmeras as dificuldades que se lhe anteparam. (...) Existem apenas dez funcionários para trabalhar na fazenda com 250 hectares. O orçamento foi cortado em 46,6%."[46]



Fig. 11
Lycio Grein de Castro Vellozo, diretor que soube ver à frente de seu tempo, um líder. Proporcionou o maior impulso de progresso da sua história.

Apesar das dificuldades financeiras, a Escola desponta. O Convênio Brasil – Estados Unidos (Escritório Técnico de Agricultura) se implanta. Faz-se Cursos de Extensão, Convênio com a Rockfeller Foundation, Acordo de Comodato com o BNDE. Busca-se um completo entrosamento com o Sistema ABCAR (de Assistência Técnica). Repetem-se com o mesmo sucesso, as Semanas de Estudos Agropecuários. O número de alunos aumenta ano a ano: 104 em 1959, 113 em 1960, 129 em 1961.

O Presidente da República Jânio Quadros, determina que as Escolas de Agronomia promovam sistematicamente, visitação e prestação de assistência técnica às atividades agropecuárias; o que vem a demonstrar como as idéias do novo Diretor eram avançadas, pois já constavam do seu "Plano Diretor" em 1959.

Lycio era um homem de idéias e de ação, perseverante, o que o destacava como administrador respeitado, visto com freqüência como virtual futuro Reitor. A reforma que implantou em 1961, estruturando a Escola em departamentos, foi revolucionária, e até certo ponto surpreendente, visto partir-se de idéias para fatos concretos, sem passar pela fase de ansiedade e espera como em tantas vezes anteriores.

A reforma era resultado de um novo Regimento Interno implantado em 1960, inspirado, por sua vez no "Plano Diretor" de 1959. Essa nova organização tinha por objetivo a melhor coordenação e eficiência didática, harmonia e ordem nas atividades escolares e de pesquisa e, principalmente, no que diz respeito à ordenação de programas das várias

45 Ofício 40/61 do diretor da ESAP ao Ministério da Agricultura. Cópias de Ofícios emitidos, 1961.

46 *Idem.* Ofício 198/61.

cadeiras e disciplinas, de modo a evitar superposições, repetições, excessiva extensão e aprofundamento, bem como a divergência quanto aos métodos e os processos de ensino. Agrupava cadeiras e disciplinas afins em departamentos amplos e flexíveis, tendo por função primária a organização das equipes de trabalho a serem utilizadas no ensino, pesquisa extensão, somando os recursos dispersos em cadeiras isoladas, 37 naquela oportunidade.

Ao ser concretizada em 14 de março de 1961, a Escola passou a ter dez departamentos didáticos, sendo quatro do Curso de Engenharia Agronômica, quatro do Curso de Veterinária e mais dois comuns aos dois cursos:

A. Departamentos do Curso de Engenharia Agronômica:

1. Departamento de Biologia

7ª- Botânica Agrícola, Anatomia, Fisiologia e Sistemática

8ª- Zoologia Agrícola. Zoologia Geral. Anatomia e Fisiologia dos Animais Domésticos.

9ª- Entomologia e Parasitologia Agrícolas.

10ª- Fitopatologia e Microbiologia Agrícola.

2. Engenharia Rural

1ª- Matemática. Geometria Analítica e Cálculo.

2ª- Física Agrícola.

11ª- Mecânica Agrícola. Máquinas e Motores Agrícolas.

19ª- Desenho de Aguadas, Persperctivas e Sombras.

20ª- Hidráulica Agrícola. Construções Rurais.

17ª- Topografia e Estradas de rodagem. Aulas práticas de Máquinas Agrícolas.

3. Fitotecnia

3ª- Geologia Agrícola. Mineralogia, Geologia e Agrologia.

12ª- Agricultura Geral.

13ª- Agricultura Especial.

14ª- Horticultura.

21ª- Genética e Estatística Experimental.

22ª- Silvicultura, Parques e Jardins.

4. Química e Tecnologia.

4ª- Química Analítica.

5ª- Química Orgânica. Tecnologia Rural.

6ª- Química Agrícola.

B. Departamentos do Curso de Veterinária:

1. Departamento de Anatomia

3ª- Anatomia dos Animais Domésticos.

4ª- Histologia e Embriologia.

7ª- Anatomia Patológica e Técnicas de Necrópsia.

2. Departamento de Fisiologia

1ª- Química Orgânica e Biológica.

2ª- Fisiologia dos Animais Domésticos.

11ª- Terapêutica Farmacológica. Toxicologia e Arte de Formular

3. Departamento de Clínicas

6ª- Patologia Geral e Semiologia.

10ª- Patologia e Clínica Médica dos Animais Domésticos.

12ª- Patologia e Clínica Cirúrgica. Obstetrícia.

4. Departamento de Higiene e Saúde Pública

5ª- Zoologia Médica e Parasitologia.

8ª- Microbiologia e Imunologia.

9ª- Higiene e Saúde Pública.

13ª- Indústria e Inspeção de Produtos de Origem Animal.

17ª- Doenças Infecto-contagiosas e Parasitárias dos Animais Domésticos.

Policlínica Sanitária. Clínica.

C. Departamentos comuns aos dois Cursos:

1. Departamento de Zootecnia

14ª- Zootecnia Especial.

15ª- Zootecnia Geral. Exterior e Raças.

18ª- Zootecnia Especializada. Nutrição Animal.

Aulas práticas agrícolas de culturas de plantas forrageiras.

2. Departamento de Economia Rural

16ª- Economia Rural.

A estrutura tradicional do deliberativo baseado no professor catedrático, já consagrada, permanecia. A "Diretoria" era assessorada pelo Conselho Técnico Administrativo, e atuava em consonância em conjunto com o órgão deliberativo, a Congregação.

Mas a reforma não era restrita aos departamentos didáticos. A diretoria, no seu papel executivo, passou a contar admistrativamente, também com departamentos, quatro ao todo (Técnico, Administrativo, Sociocultural e Auxiliar) cada qual modulado em Seções e estas em Setores.

Enquanto isso, o clima de ansiedade e de expectativa penetrava por todos os poros em tudo e em todos, como um calor sufocante e úmido, até que no dia 16 de setembro de 1961, chegou a notícia que a Lei 3.958,[47] havia sido assinada – A Escola seria incorporada à Universidade do Paraná.

Euforicamente, a Escola entrava para a Universidade pela porta da frente, com a dignidade que só o trabalho, a luta e a resistência por um ideal podem conferir. Isto posto nas palavras do seu Diretor no seu mais famoso pronunciamento:

> *A Escola, enobrecida, teve festiva recepção na data magna do Paraná emancipado, comemorada conjuntamente com o 49º aniversário da Universidade.*
> *Em imponente Sessão Solene da Assembléia Universitária, tendo por palco o augusto auditório da Reitoria, a 19 de dezembro de 1961, o seu eminente diretor Prof. Lycio Grein de Castro Vellozo, em vibrantes palavras assim trazia o pensamento dos seus pares:*[48]
> *'Se compreensível é a emoção, não menos justificado é o orgulho. Motiva-o, o fato de sermos neste momento, o intérprete de toda uma geração de professores e de profissionais, que tal como "filhos pródigos", retornam ao lar paterno e tomam lugar nesta colenda corporação, onde se assenta as mais altas expressões do pensamento e da cultura*

47 Lei 3.958 de 13/9/1961, *Diário Oficial da União*.

48 Não o encontramos na íntegra, solicitamos que nos seja fornecido por alguém que o possua ou saiba onde encontrá-lo.

paranaense.
Assim vibrando e assim sentindo, vendo neste instante julgar a condensação máxima de horas e anos de trabalhos e lutas, sentimo-nos felizes Magnífico Reitor, em não chegar até aqui com as mãos vazias e como mendigos, desamparados e exânimes, bater-lhes às portas na esperança de uma esmola piedosa ou de um olhar compassivo.
Vimos sim, trazer-lhe uma Escola ilustre pela tradição de 43 anos de funcionamento ininterrupto; um patrimônio material assegurado, o orçamento estável; um corpo docente cônscio de suas responsabilidades e coeso na afirmativa dos seus propósitos; um corpo discente disciplinado e imbuído do desejo alcandorado de vencer.
Mais do que isso, trazemo-lhe a certeza de que nunca seremos, na Universidade, uma excrescência, uma nódoa ou mesmo uma nota dissonante. Porque nossas instituições, malgrado até aqui separadas, provêm das mesmas sementes, que os mesmos semeadores semearam, no solo fértil do Paraná em 1918, porque nossas entidades sempre caminharam paralelas – nunca se distanciaram, mantiveram ligações e anastomoses, que evidenciaram neste período de quase meio século pensamentos... relações harmoniosas.[49]

O ano de 1961, último, ainda correu por conta do Ministério da Agricultura.

A saída da Escola Agronômica do Paraná do Ministério da Agricultura, incorporando-se ao Ministério da Educação e Cultura era uma diretriz assumida pelo primeiro desde então. Este não possuía a estrutura adequada para dar prioridade ao ensino, além do que sofria dos males da burocracia e da politicagem excessivas.

A incorporação à Universidade, a liderança de Lycio e a simultânea participação de homens de valor como Flávio Suplicy de Lacerda, Luiz Natal Bonin e Arlindo Loyola de Camargo coroavam, pelo progresso, pela firmeza de princípios, o encerramento de uma fase difícil e incerta, e o início de uma ascenção, ocupando o lugar que fazia por merecer.

49. SOUZA FILHO, Astolpho Macedo de. Setor de Ciências Agrárias da Univeridade Federal do Paraná: 60 anos de ensino agronômico no Paraná. In: *Charrua*, ano 1, nº 1, 1978.

5. A REFORMA

A Escola de Agronomia e Veterinária do Paraná. As construções, o Acordo com o IBC. A morte de LycioVellozo. A separação das Escolas de Agronomia e de Veterinária. A Faculdade de Agronomia. O Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Paraná: Setor de "Ciências Agrárias".

A cada decreto ou lei, o sistema adotado pela Escola Agronômica do Paraná tinha que ser alterado para se adaptar às novas exigências. As dificuldades para esclarecer a quem cabia o que, foram sempre marcantes ao longo da história, havia a esperança de que agora na Universidade e no Ministério da Educação e Cultura a situação fosse diferente. Assim o foi.

Apesar disso, as alterações nas disciplinas, na hierarquia, e principalmente na infra-estrutura causavam dificuldades, tanto é que a Escola demorou a integrar-se na reforma de 1971, quando houve a transformação para Faculdade de Agronomia. Talvez isto se devesse a carência de líderes preparados para a função, possivelmente sentindo o vácuo causado pela morte de Lycio Vellozo.

A reforma que propiciou a individualização dos cursos em faculdades parece ter sido a melhor. O ambiente preciso, o material necesssário, a mão-de-obra qualificada, as deficiências previstas, o caminho claro, a personalidade de cada curso integrado numa grande unidade mater. O planejamento do futuro era lógico e perceptível aos docentes e ao pessoal de apoio. A Agronomia era uma célula, como as demais a aprimorar-se a cada passo. Isso tudo se perdeu com a criação do Centro de Ciências Agrárias, dos setores, quando o diretor passou a ser um mero coordenador de curso, sem força sequer para punir um professor faltoso, quanto mais para aperfeiçoar o ensino. A hierarquia falando mais grosso e mais forte, determinando soluções de gabinete, enquanto eram desqualificadas as soluções do ensino e dos destinos...

A fase universitária. Escola de Agronomia e Veterinária do Paraná 1961 - 1970

É interessante notar que essa fase representa enorme progresso para a nossa Escola, mas não se pode pensá-la em separado do contexto nacional, um período conturbado. A nova capital do Brasil fora inaugurada em 21 de abril de 1960. Jânio Quadros eleito a seguir, havia renunciado em 25 de agosto de 1961; permanecia densamente a dúvida se João Goulart assumiria a Presidência ou não. Os estudantes desempenhavam papel muito importante, representados pela União Nacional dos Estudantes (UNE). A 2 de setembro aprovava-se a emenda estabelecendo o parlamentarismo no Brasil, onde Tancredo Neves

era o Primeiro Ministro. João Goulart, finalmente, assume a Presidência da República a 7 de setembro. Seguem-se muitas greves políticas, sendo a mais ruidosa a dos bancários em outubro.

Em 1962, o Brasil conquista o bicampeonato Mundial de Futebol e a 5 de julho estoura a greve geral dos trabalhadores, pela formação de um ministério nacionalista e democrático. San Thiago Dantas era vetado como Primeiro Ministro, Brochado da Rocha o substitui e é empossado. Em setembro houve a greve geral pela antecipação do plebiscito sobre a manutenção ou não do parlamentarismo. Em novembro as eleições para o Legislativo e para governadores (Ney Braga, Governador do Paraná de 1961 até 1966). A 31 de dezembro anuncia-se o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Os Ministros da Educação e Cultura sucedem-se céleres, seis, de 1960 - 1963: Pedro Paulo Penido, Clovis Salgado da Gama, Brigido Fernandes Tinoco, Antônio Ferreira de Oliveira Brito, Roberto Tavares de Lira e Darci Ribeiro, a média de um a cada seis meses.



Fig. 1
Luiz Natal Bonin, um dos mestres mais queridos de todos os tempos

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

As notas do Hino Nacional e as palavras do eminente Diretor proferidas na Assembléia Universitária ainda ressoavam na memória, quando da incorporação das Escolas de Agronomia e de Veterinária à Universidade. Dentre os alvoroços dos festejos, chegou pela imprensa a notícia de que no dia 20 de dezembro fora sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional[1] (LDBEN). Documento que viria a servir de fundamento para uma série de medidas posteriores destinadas a transformar o ensino superior no Brasil. Discute-se enfaticamente a Reforma Universitária e a representação estudantil.

A regulamentação do ensino superior brasileiro, especialmente o agronômico, experiencia ao longo do tempo, sístoles e diástoles, de acordo com o pensar dos governantes. Desde os primórdios com a Lei Maximiliano e a Lei Rivadávia, passando posteriormente pelo estabelecimento da Escola Nacional de Agricultura (km 47) como padrão. Nos últimos anos, o Ministério da Agricultura recomendava que cada escola atendesse às necessidades da sua comunidade e seus destinos, deixando de ser a Escola Nacional de Agricultura, o padrão. No ano de 1962, e já estando a Escola no Ministério de Educação e Cultura, o Conselho Federal de Educação estabelece que os cursos referidos deveriam ser

1 Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961. In: *Documenta*, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 3. ed. MEC, CFE, Rio de Janeiro, 1962, 202 p.

de quatro anos, a partir de 1963. Desta forma, o currículo de cinco anos praticado, foi interrompido e adaptado para atender às novas exigências.[2]

A Lei de Diretrizes de Bases estabelecia funções do Conselho Federal de Educação, os sistemas de ensino, prevendo a variedade de cursos, a flexibilidade e articulação dos currículos; a existência de Universidades Rurais e Institutos de Pesquisa; projetava a autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar para as universidades. Especificava que a União deveria aplicar 12%, e os estados e municípios 20% da sua arrecadação em educação. Mantinha[3] o estabelecido que "os recursos orçamentários que a União consagrar à manutenção das respectivas universidades terão a forma de dotações globais, fazendo-se no orçamento da universidade a devida especificação." Esclarecia também que, ao finalizar o exercício fiscal, os saldos remanescentes podiam ser relocados em *fundos especiais ou outros fins*, a critério da própria universidade, o que permitia que a Universidade do Paraná investisse em construções de cursos emergentes como a Agronomia e a Veterinária.[4]

Em 1962, o Diretor da Escola de Agronomia e Veterinária do Paraná era Lycio Grein de Castro Vellozo, como já visto. O Reitor da Universidade do Paraná era Flávio Suplicy de Lacerda. A amizade do Diretor Lycio com o Reitor Flávio Lacerda era anterior a essa época. Vinha desde a Comissão que estudava a passagem da Escola para a Universidade, pelos idos de 1954/55. Era uma amizade forte e respeitosa de ambas as partes. Lycio impunha-se logo à primeira vista, e o seu interlocutor, se perspicaz, percebia tratar-se de um líder inconteste. Assim tinha sido também com o Interventor Manoel Ribas em 1939/40, quando ainda era aluno. O idealismo transparecia em seu timbre e no seu olhar.

Fundo especial de 100 milhões de cruzeiros

O Reitor Suplicy, percebendo que ali estava um planejador e um líder, não deixou por menos, criou o Fundo Especial nº 21, com 100 milhões de cruzeiros destinado às obras da Escola de Agronomia e Veterinária do Paraná. Em pouco tempo havia-se autorizado cerca de 30.000 m^2 de construções na Fazenda Experimental no Cangüiri e na sede urbana no Juvevê.

A pavimentação das ruas no Campus do Juvevê entretanto, causou alguma resistência, e chegou a ser interrompida por ordem do engenheiro Nobuo Fukuda, quando Lycio estava nos Estados Unidos. Ao retornar, demonstrou sua autoridade, determinando categoricamente que as obras fossem imediatamente retomadas, uma vez que as mesmas eram de inteira responsabilidade da sua administração.[5]

2 A modificação curricular dava-se pelos pareceres 294 (Agronomia) e 256 (Veterinária) da Comissão de Ensino Superior, aprovados pelo CFE em 23/10/1962 e 18/10/1962, em obediência ao artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases.

3 No seu artigo 82.

4 Correspondências emitidas e recebidas da Escola de Agronomia e Veterinária do Paraná. 1961 e 1962.

5 Ofício 451/64 de 10/3/1964 do Diretor Lycio Vellozo para a Pavimentadora Alpa Ltda. Cópias de ofícios, 1° semestre 1964. Arquivo do Setor de Ciências Agrárias.

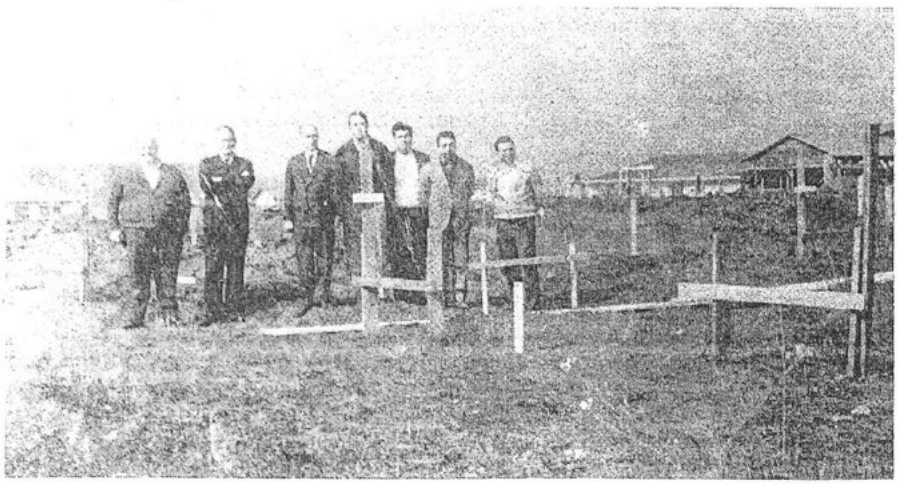


Fig. 2

No Campus do Juvevê, o progresso foi marcante, especialmente a partir de 1961, quando passa a fazer parte da Universidade do Paraná. Na foto a demarcação dos prédios de Fitotecnia, em 1966. Da direita para esquerda: os professores: Milton Miró Vernalha, Lycio Grein de Castro Vellozo, Mario José Nowacki, Miguel Loyola da Rocha, Sileno Grillo Soares, Oswaldo Silva Fontoura, José Carlos Gabardo.

No orçamento da Universidade do Paraná aprovado para 1962, a Escola de Agronomia e Veterinária do Paraná era contemplada com 82.621.000,00 de cruzeiros para custeio de suas atividades – montante historicamente inédito. Contratou-se 31 funcionários para trabalhos na Fazenda Experimental, comprou-se dois ônibus novos, um caminhão, quatro kombis, procedeu-se ao calçamento do campus do Juvevê; adquiriu-se equipamento telefônico e material didático.

Os Projetos do Escritório Técnico de Agricultura dos Estados Unidos da América (ETA/USAID)[6] se fortalecem; o medo do Comunismo está presente. Lycio Vellozo vai aos EUA, visitar a Universidade de Purdue para verificar os modelos administrativos da entidade e fazer contato com agências financiadoras.[7]

O ano de 1963 continua conturbado, tal como 1962. Em janeiro o país volta ao Presidencialismo, em setembro eclodem o levante de sargentos da Marinha, da Aeronáutica e a greve nacional dos bancários. Outra greve, geral em São Paulo, em outubro. Tenta-

6 "Três das 41 'recomendações' do Encontro de Diretores e Reitores de 1959 em Viçosa, refere-se ao ETA - Projeto 55. De fato, o Escritório Técnico de Agricultura desempenhou importante papel para as Escolas de Agronomia e Veterinária, entre 1955 e 1968. Sua participação foi de especial importância no treinamento de professores, na aquisição de equipamentos, no desenvolvimento da pesquisa e na criação dos cursos de pós graduação. Por meio dele se estabeleceu intenso intercâmbio de professores e técnicos entre universidades brasileiras e norte-americanas, na área agrária. O desenvolvimento quantitativo e qualitativo dos cursos da área das ciências agrárias ocorrido no decênio de 1960 muito se deve às ações do Ponto IV, por meio do Projeto ETA 55."In: CAPDEVILLE, Guy, *O ensino agrícola no Brasil*, UFV, Imprensa Universitária, p. 92/93, 1991.184 p.

7 Correspondência recebida de Ray M. Lien, chefe do Grupo Projeto Purdue-Brasil por Lycio Vellozo em 20/12 1962. Arquivo EAP, Setor de Ciências Agrárias.

se impor o Estado de Sítio, rejeitado pelo Congresso. O Paraná sofre com o clima e as suas florestas e campos se incendeiam, deixando flagelados em grande escala.

No orçamento de 1963 repete-se basicamente os valores do ano anterior, mas o Reitor repassa os saldos do exercício findo para os fundos especiais e ainda adiciona para a Escola de Agronomia e Veterinária o valor de 15 milhões de cruzeiros para prosseguirem as obras iniciadas na Fazenda Experimental. Desse montante, 11.445 milhões seriam, meses mais tarde, relocados para a construção do prédio de Departamento de Clínicas do Curso de Veterinária.[8]

As promoções anuais de rotina prosseguem normalmente, como a recepção dos calouros pelos veteranos com missa campal e churrascada, o trote, o torneio interséries. Repete-se a Semana Paranaense de Estudos Agroveterinários, por ocasião do aniversário da Escola. Todo sábado às 10 horas, há a audiência dos acadêmicos com o Diretor, o vestibular passa a ser classificatório. Discute-se o novo sistema de notas proposto na Universidade, o sistema de dependências e da avaliação. Apesar de os alunos serem atendidos na essência das suas reivindicações pelo Conselho Universitário pela Resolução 5/63 de 26de setembro de 1963; permanece, no entanto, um clamor geral pela Reforma Universitária.

A Universidade programa a III Universidade Volante para a região de Maringá, os discentes, através de seus diretórios se insurgem e protestam, declarando-a inconseqüente e sem finalidade, dela não participam, repudiando-a veementemente. Era a insatisfação manifesta, era a força dos estudantes à mostra e a necessidade de reformas profundas desejadas pela sociedade.

O ano de 1964 inicia-se num clima conturbado, mas a Escola de Agronomia e Veterinária, mantinha-se sem extremismos. O Presidente João Goulart regulamenta a Lei sobre o capital estrangeiro, defende em comício as Reformas de Base. De um lado, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) ameaça tomar "medidas concretas", caso o Congresso não aprove tais reformas encaminhadas pelo Presidente, e, de outro lado a Federação das Indústrias, a Federação das Associações Comerciais, do Sindicato dos Bancos e da FARSUL, manisfestam-se contra o clima de agitação. Acontece a Marcha da Família com Deus pela Liberdade que por um lado seria decisiva como sinal de aceitação do golpe militar que estava por vir, por outro, a amotinação de marinheiros exigindo reformas sociais. O levante contra o governo eclode. Parte do povo é pela legalidade, outra contra o governo, a favor dos militares. O General Humberto de Alencar Castello Branco aceita a 6 de abril, a sua indicação para a Presidência da República. No cargo transfere mais de uma centena de oficiais para a reserva, suspende os direitos políticos por dez anos de 337 pessoas. No clima da revolução, o Reitor Flávio Suplicy e o Diretor Lycio Vellozo teriam sido avisados que estavam numa lista de marcados para morrer.[9]

8 *Boletim Administrativo* nº 84 maio 1963, Universidade do Paraná, MEC.

9 Segundo depoimento de Esmeraldino Santos, ex-Secretário da Escola de Agronomia e Veterinária do Paraná, em 30/5/1993, ao autor.

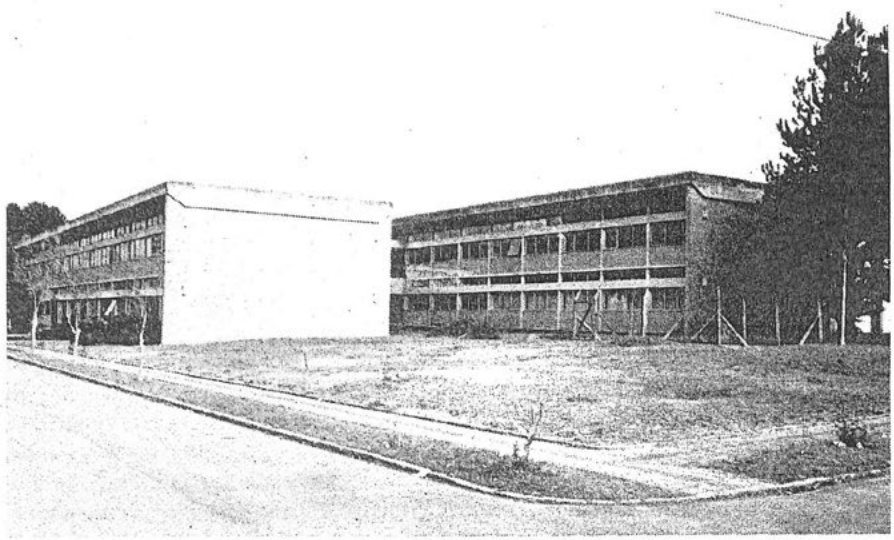


Fig. 3
O prédio de Fitotecnia (e Fitossanitarismo) em 1993.

Aperfeiçoamento do Sistema Universitário e Anteprojeto do Estatuto do Magistério

Em meados de abril, o Vice-Reitor José Nicolau dos Santos assume interinamente a Reitoria. O Presidente Castello Branco havia convidado Flávio Suplicy de Lacerda para ser Ministro da Educação e Cultura.

Sem perda de tempo, o novo Ministro designa comissão de professores para estudar o aperfeiçoamento do sistema universitário e o anteprojeto do Estatuto do Magistério. Determina também, baseado no Ato Institucional nº 1, que se relacionem, mediante apuração sumária, os funcionários do MEC que se tornaram "incompatíveis" com o serviço público.

O Congresso Nacional, de acordo com o projeto da Lei Suplicy, aprova a extinção da UNE e das Uniões Estudantis a nível estadual a ela vinculadas. O Governo resolve, por sua ótica,

> *dar um tratamento de choque para acabar com a subversão. Foi aprovada então a 9/11/1964 a Lei 4.464, denominada Lei Suplicy, e a partir daí tornaram-se práticas comuns suspender, expulsar e prender estudantes; demitir professores, invadir faculdades; intervir e proibir funcionamento das entidades estudantis como a UNE e a UPE.*[10]

A Lei Suplicy vedava aos órgãos de representação estudantil, qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou

10 Editora Abril Cultural. *Nosso Século*, v. 9, São Paulo, p.120, 1986. 16 p.

apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.[11] Submetia os candidatos a uma série de exigências como a de estar regularmente matriculado, não repetente ou dependente, nem em regime "parcelado",[12] e o voto passa ser obrigatório.[13]

O Conselho Universitário determina que as pessoas que sofreram qualquer penalidade decorrente do Ato Institucional, bem como os alunos punidos administrativamente, ou indiciados em inquéritos administrativos.[14] Não podem ser, de qualquer forma, homenageados nas próximas colações de grau da Universidade do Paraná, inclusive como paraninfos, ou oradores das turmas.

Há uma verdadeira intervenção branca nos Centros Acadêmicos. A representação passa a ser Diretório Acadêmico em cada estabelecimento de ensino superior, Diretório Central de Estudantes, em cada Universidade; Diretório Estadual de Estudantes em cada capital; e Diretório Nacional de Estudantes, com sede na Capital Federal.[15] Institui-se diretorias provisórias. Pelo Decreto 55.054 de 24/11/1964 submete as dotações orçamentárias aos Conselhos Universitários.

Enquanto isso, o professor Arlindo Loyola de Camargo era aposentado compulsoriamente por idade e morria o General Mário Tourinho. O ambiente na Escola, no entanto era de trabalho e otimismo. O Acordo firmado com o Instituto Brasileiro do Café começava a dar ótimos resultados.

O Acordo Instituto Brasileiro do Café e a Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Paraná

O acordo inciado com o IBC teve seu início legal em 24 de abril de 1963, assinado pelo Presidente do IBC Newton Ferreira de Paiva, o Diretor do IBC José Maria Teixeira Ferraz e pelo Diretor da Escola de Agronomia e Veterinária da UFPR. Visava a prestação de auxílio para a melhoria das condições de ensino agrícola em trabalhos de pesquisas e experimentação referentes ao cafeeiro e seu produto. A Escola participaria com o pessoal técnico, e o IBC com os recursos.

O primeiro orçamento foi de trinta milhões de cruzeiros. Destinava-se aos trabalhos de levantamento fitossanitário dos cafeeiros; levantamento e reconhecimento de solos; estudos sobre a influência climática sobre a cafeicultura; e à construção de um prédio para a instalação de um laboratório de sementes. A duração dessa fase foi de 18 meses. Construiu-se um insetário no Campus do Juvevê, com 210 m^2 para estudos da Biologia e dos processos de combate às pragas das plantas cultivadas, especialmente do cafeeiro.

Os trabalhos desenvolvidos foram já de início sérios e significativos para a cafeicultura. O professor Milton MiróVernalha, costumava dizer em suas explanações, que a

11 Artigo 14 da Lei 4.464 de 9/11/1964.

12 *Idem.*, artigo 6º, item a.

13 *Idem.*, artigo 3º, parágrafo 3º

14 Resolução 6/64 de 6/10/1964 do Conselho Universitário da Universidade do Paraná. *Boletim Administrativo* nº 101, outubro de 1964.

15 Artigo 2º da Lei 4.464 de 9/11/1964.

broca do café, a principal praga de então, era tão importante que o valor sem prejuízo seria suficiente para se construir uma cidade igual a Brasília em CADA Estado do Brasil.

Conseqüentemente, em 1965, o Acordo foi renovado por mais 12 meses, ampliando-se a área por mais 21 municípios. O valor adicional era de oitenta milhões de cruzeiros. Previa-se naquela fase a construção também no Campus do Juvevê, de uma estufa com base de alvenaria e estrutura metálica envidraçada com área total de 675 m^2, subdividida internamente em três compartimentos, para culturas tropicais e isolamento de plantas face a doenças transmissíveis.

Em junho de 1966, o Acordo foi prorrogado por mais 12 meses, no valor de 100 milhões e de um adicional de 30 milhões, para a conclusão dos trabalhos. Nessa fase inclui-se a construção do centro de treinamento na Fazenda Experimental, com a área de 2.509 m^2, destinado ao treinamento de mão-de-obra agropastoril do Estado.

Os trabalhos foram concluídos em 14 de junho de 1967, resultando em mais de setenta volumes encadernados, uma radiografia completa da cafeicultura no Estado, além de muitas publicações técnicas, úteis até hoje quase trinta anos após.

Compreensivelmente o IBC renovou o Acordo por mais 12 meses, com a verba de duzentos milhões, para a conclusão do Centro de Treinamento.

O progresso da Escola deve muito ao Instituto Brasileiro do Café e às pessoas que labutaram nesse Acordo, a elas o nosso reconhecimento.

Voltando-se ao ano de 1963, constata-se que o Regimento Interno da Escola sofreu sucessivas alterações, para se adequar à nova situação na Universidade, e posteriormente para adaptações que se fizeram necessárias pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que vinha sendo acrescida constantemente de novos decretos com a finalidade de regulá-la. Nesse ano, houve um novo arranjo das disciplinas nos departamentos:

A. Departamentos do Curso de Agronomia:
1.Departamento de Biologia
a) Botânica
b) Entomologia e Parasitologia
c) Fitopatologia e Microbiologia
d) Anatomia e Fisiologia Comparada dos Animais Domésticos
e) Genética
2. Departamento de Fitotecnia
a) Solos
b) Agricultura Geral
c) Agricultura Especial
d) Horticultura
e) Silvicultura, Parques e Jardins
3. Departamento de Química e Tecnologia
a) Química Analítica
b) Química Orgânica, Tecnologia dos Produtos Agropecuários
c) Química Agrícola
4. Departamento de Engenharia Rural

a) Matemática, Estatística
b) Física
c) Mecânica. Motores e Máquinas Agrícolas
d) Desenho
e) Engenharia Rural, Topografia e Práticas Conservacionistas, Hidráulica Agrícola, Construções Rurais
B. Departamentos do Curso de Veterinária:
1. Departamento de Anatomia
a) Anatomia
b) Histologia e Embriologia
c) Anatomia Patológica
2. Departamento de Fisiologia
a) Bioquímica, Biofísica
b) Farmacologia
c) Fisiologia
3. Departamento de Clínicas
a) Clínica Médica dos Animais Domésticos
b) Clínica Cirúrgica dos Animais Domésticos
c) Doenças Infecciosas e Parasitárias,
d) Patologia Clínica,
4. Departamento de Higiene e Saúde Pública
a) Higiene e Saúde Pública, Inspeção de carnes e dos produtos de origem animal
b) Parasitologia
c) Microbiologia e Imunologia,
d) Tecnologia dos Produtos de Origem Animal
C. Departamentos comuns aos dois Cursos:
1. Departamento de Zootecnia
a) Zootecnia Geral
b) Zootecnia Especial
c) Nutrição Animal
d) Agrostologia e Plantas Tóxicas
2. Departamento de Economia Rural
a) Economia Rural, Sociologia e Extensão Rural.

Embora houvesse o Conselho Técnico Administrativo atuando sempre junto à Direção da Escola desde 1934, era a Congregação o fórum dos debates históricos. Assim havia sido desde a sua fundação. A nível de Universidade, o fórum era o Conselho Universitário.

A Congregação era constituída pelos professores catedráticos. Mais tarde também fizeram parte os professores eméritos, representantes dos livre-docentes e dos discentes. O Conselho Universitário era constituído pelo Reitor, os diretores de cada Escola ou Faculdade e representantes das várias categorias de professores, da comunidade e dos discentes.

O Início da separação das duas escolas

Foi em 1965,[16] segundo os mais velhos, que o professor Lycio Vellozo, mais o professor Livio Luiz de Almeida, na Fazenda Experimental, diplomaticamente chamaram à atenção, o professor Milton Giovannoni, frente a um assunto delicado de seu comportamento. Ofendido, não aceitou a amigável reprimenda, e passou a fazer sistemática oposição ao seu antigo amigo e Diretor.

Pode ser que por causa disso numa das reuniões da Congregação, sem aviso, falou em nome dos professores do Curso de Veterinária, solicitando a separação das duas Escolas. Acompanhava um memorial justificando a solicitação. Este era, e ainda é, um tema delicado. Na verdade as duas entidades, com caminhos tão intimamente ligados, tinham a sua convivência freqüentemente atribulada por disputas políticas e assuntos domésticos. Acontece que o Curso de Veterinária, há muito havia deixado de ser apenas UM Curso da Escola Agronômica do Paraná. Assumira personalidade e caminho próprio, e ambas, subordinadas a uma mesma unidade administrativa, freqüentemente tinham interesses diversos.

O Diretor Lycio tinha como objetivo a separação das duas Escolas, manifesto desde o seu "Plano Diretor" em 1959. Porém,

> *via neste memorial, não um assunto a ser discutido, e sim um fato consumado, uma vez que ele, já apresentava a maioria da Egrégia Congregacão. Que no entanto, estava de acordo com o desejo ali expresso pois coerente com os mais diversos pronunciamentos sobre o assunto, para alunos e professores, sempre achará a tese pacífica, porém inoportuna e extemporânea, dado o fato conhecido de todos, da Escola agora estar, na verdade, iniciando sua progressão rumo ao futuro, e se haver integrado como unidade coesa e respeitada na Universidade Federal do Paraná. Dessa forma, via na separacão proposta, pelas dificuldades que dela adviriam, uma causa provável para a paralizacão nesta evolucão da Escola, e sobretudo uma divisão interna, uma política de grupos, que sem dúvida alguma, redundariam em prejuízos a curto prazo, quando o problema deveria, no seu entender, ser encarado a longo prazo, dada a tramitação legislativa que em processo desta natureza exigirá. Porém, respeitando, o pensamento expresso pelos professores signatários no presente memorial, manifestava, com a ressalva acima, a sua aquiescência à questão levantada e solicitava da Egrégia Congregacão, que a matéria fosse aprovada por unanimidade.*[17]

A separação administrativa era consenso entre alunos, professores e funcionários. Passada a surpresa, o movimento separatista tomou corpo. Na reunião da Congregação, quando seria votada, em 14/2/1966, Florindo D'Alberto, o novo representante discente na Congregação, manifesta-se:[18]

16 Baseado em depoimentos do professor Astolpho Macedo de Souza Filho e do Sr. Esmeraldino Santos, uma vez que não se localizou o livro de Atas das Reuniões da Congregação dessa época.

17 Anotações de próprio punho do Diretor da Escola de Agronomia e Veterinária do Paraná, Lycio Vellozo para constar na Ata da Congregação de 14/2/66.

18 Documentos originais manuscritos que serviram de base para a confecção da Ata da Congregação de 14/2/1969.

Considerando que também entre o corpo discente, o movimento separatista toma corpo e dá ensejo à polêmicas e tomada de posições;
Considerando que, os campos profissionais do Agrônomo e do Veterinário, estão se tornando atualmente bem delimitados e distintos, o que será definitivamente estabelecido com a regulamentacão das profissões que aguardamos para breve,
NÓS, acadêmicos de agronomia, achamos justa e acatamos plenamente o desejo de nossos colegas acadêmicos de veterinária de se tornarem autônomos, e votamos pela separação.

Terminada a votação, manifestou-se novamente o Diretor Lycio Grein de Castro Vellozo:

Como diretor desta Escola para muitos já longa permanencia à testa dos seus destinos, desejamos deixar bem patente e consignado em ata nosso voto, não contra a separação das Escolas, tese pacífica a longo prazo, e sim, apenas pela inoportunidade da ação neste momento pelos motivos que já apresentamos verbalmente à Egrégia Congregação.
É evidente que na sua quase totalidade, estes motivos se prendem mais a problemas sentimentais que práticos, como certo que onde entra a frieza dos raciocínios matemáticos, não há lugar para o sentimento para a beleza para a amizade.
Por isso não queremos nem desejamos prejudicar ou adiar de um só momento a evolução futura da nobre profissão veterinária, como nunca a pretendemos prejudicar no passado ou no presente a nossa consciência tranqüila, para os cursos ontem tão fraternos, e hoje tão divorciados, por ponderáveis e justas razões é o melhor apanágio que possuímos a testemunhar que sempre buscamos no mandato que nos foi conferido por agrônomos e veterinários, mantemo-nos eqüidistantes de quaisquer reivindicações profissionais porque, sempre julgamos que o cargo de professor universitário que desempenhamos, nos deve conferir uma visão de conjunto e não nos cingir a setores específicos e parciais.
Assim, sempre buscamos, senão elevar o Curso de Veterinária desta Escola, mais desamparado e sempre, numericamente inferior, pelo menos mantê-lo em nível igual, quando não superior ao seu irmão escolar.
Concordando pois, com a idéia soberana desta Egrégia Congregação, de cujos ditames sempre buscamos ser o fiel executor, solicitamos apenas, na salvaguarda de um juízo histórico que fique consignado em ata, que foram os corpos docente e discente do Curso de Veterinária, que desejaram, levantaram e sustentaram esta separação, para o qual nunca sofreram, coação ou pressões dos corpos docente e discente do Curso de Agronomia, que tão somente, com o espírito de colaboração já expresso na Congregação de 9 de abril de 1931, concordam e auxiliam, mais uma vez ainda, os seus colegas veterinários.

Esta proposição foi aceita também no Conselho Universitário. Seu desdobramento se daria ao longo dos anos vindouros.

Criação do Conselho Departamental: 1965

Embora os departamentos tivessem sido criados desde 1961, foi só em 1965, por força de um novo Regimento da Escola, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que foi criado o CONSELHO DEPARTAMENTAL, em substituição ao Conselho Técnico Administrativo. Tal Conselho era constituído pelo diretor, pelos chefes dos departamentos, representantes dos livre-docentes e dos discentes.

A instalação do primeiro Conselho Departamental ocorreu em 7 de abril de 1965, funcionando até 1973.

As construções no *campus* do Juvevê e na Fazenda Experimental

As construções iniciadas seguem um ritmo intenso:

A) NA SEDE DA ESCOLA:

1°- Prédio para o Departamento de Anatomia do Curso de Veterinária:
Área coberta..... 1.000m^2
Custo aproximado..... Cr$ 50.000.000,00

2°- Prédio do Departamento de Engenharia Rural do Curso de Agronomia:
Pavilhão didático:
Área coberta..... 1.600 m^2
Custo aproximado..... Cr$ 80.000.000,00

3°- Arruamento de 5.850 m^2, compreendendo: colocação de guias de passeio, sarjetas, preparo de leito e pavimentação asfáltica:
Custo aproximado..... Cr$ 29.250.000,00

B) NA FAZENDA EXPERIMENTAL:

1°- Prédio para o Departamento de Zootecnia:
Área coberta ..... 400 m^2
Custo aproximado ..... Cr$ 18.000.000,00

2°- Linhas de força e luz ..... Cr$ 4.000.000,00

Era plano da Direção que os Departamentos de Fitotecnia e o de Zootecnia fossem construídos e funcionassem exclusivamente na Fazenda Experimental, ficando na sede urbana as instalações dos Departamentos de Engenharia Rural, de Anatomia e de Fisiologia.

Nesse tempo, a Escola Nacional de Florestas, meio que de surpresa, implanta-se junto aos cursos de Agronomia e de Veterinária. Lycio Vellozo é o seu primeiro Diretor. Sua história, no entanto, é um pouco mais antiga, como se pode ver:

O Curso de Engenharia Florestal

Em 1953, no I Congresso Florestal do Brasil, a Resolução n° 10 propunha a criação de um Curso de Engenharia Florestal. Uma proposta, porém de igual teor, apresentada ao

plenário da terceira reunião de diretores de Escolas de Agronomia e Veterinária, em julho de 1958, na Universidade do Rio de Janeiro, não logrou aprovação. Recomendações para que se criassem cursos de Engenharia Florestal ou de Silvicultura que há mais de um século existiam na Europa eram comuns em congressos internacionais da área. Argumentava-se que era necessária a formação de um profissonal específico para a área, um especialista.

Por ocasião da criação do Instituto de Economia Rural, com o apoio da COSUPI, na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, em Viçosa, sugeriu-se que se criasse, também um Instituto de Florestas. Viçosa havia sido a primeira instituição de ensino agrícola superior no Brasil, a ter um departamento e, mais tarde, uma cátedra de Silvicultura. A idéia, porém não foi aprovada. Havia, no entanto, nas mãos do Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, uma proposta do Ministro da Agricultura, Mario David Meneghetti, de que se criasse, no Brasil, uma Escola de Florestas. Ciente disso, o Professor Arlindo de Paula Gonçalves, catedrático de Silvicultura, em Viçosa, na época, sugeriu então que se criasse então uma Escola de Florestas. A idéia foi aceita, e a Escola Nacional de Florestas foi criada pelo governo federal, por meio do Decreto nº 48.247, de 30 de maio de 1960. Esse feito, cuja realização é devida, em primeiro lugar, aos mineiros Juscelino e Clóvis Salgado da Gama, que ocupavam a Presidência da República e o Ministério da Educação e Cultura, respectivamente, surpreendeu outras instituições, que havia tempo, acalentavam a mesma idéia, sem conseguir colocá-la em prática, apesar de possuírem todas as condições necessárias.

Realizado o vestibular, iniciaram-se as aulas da Escola Nacional de Florestas, em 1960. Para a estruturação do curso, contou a Universidade Rural Estadual de Minas Gerais (UREMG)com a orientação de técnicos norte-americanos, contratados por meio do ETA-Projeto 55 e oriundos da Universidade de Purdue, Indiana, EUA, conforme consta de correspondência trocada entre a UREMG e o ETA-Projeto 55 , de 5 de abril de 1960 (Protocolos nº 801 e 816).

Em 1962, dois anos após o início do curso, a UREMG recebe a visita de um representante da FAO, que percorria as principais instituições de ensino agrícola superior do País, a fim de escolher um local para instalar uma Escola Superior de Florestas. Chegando a Viçosa e encontrando em funcionamento, havia dois anos, a Escola Nacional de Florestas, optou pela instalação da Escola da FAO na UREMG, dado já existir ali, em desenvolvimento, projeto idêntico ao que a FAO pretendia realizar. Não seria razoável desperdiçar recursos, duplicando esforços. Orientaram-se então os recursos humanos e financeiros da FAO, destinados a esse projeto, para a escola Nacional de Florestas de Viçosa. No entanto quase três anos depois, por meio do Decreto nº 52.828, de 14 de novembro de 1963, o governo federal[19] *transfere a Escola Nacional de Florestas de Viçosa para a Universidade Federal do Paraná, em Curitiba. As razões alegadas para essa transferência eram de que o Paraná oferecia mais interesse florestal que Minas Gerais. Alegou-se também que havia dificuldades jurídicas e administrativas na condução da Escola, dada a sua esdrúxula situação de escola federal subordinada e integrada a uma instituição estadual. Provavelmente, no entanto, as razões que pesaram na decisão dos técnicos da FAO foram outras, tais como as más condições físicas da cidade de Viçosa, que além de pequena, era de difícil acesso, sem rodovias asfaltadas, sem as infra-estruturas médico-hospitalar, de transporte e habitação, de lazer e outras às quais estavam habituados os técnicos da FAO, europeus, norte-americanos e até brasileiros. Curitiba*

19 Lembre-se que o Presidente da República agora era João Goulart.

oferecia todas essas condições, além de resolver o problema institucional alegado, pois a Universidade do Paraná era federal.[20]

Não se sabe exatamente a quem coube a decisão efetiva da transferência da Escola Nacional de Florestas para Curitiba, embora hajam diversas versões, todas elas envolvendo políticos poderosos da época.

Em Curitiba, o seu primeiro Diretor da Escola Nacional de Florestas foi o professor Lycio Grein de Castro Vellozo (1964-1966), acumulando com a de Diretor da Escola de Agronomia e Veterinária. Ocupando durante o quarto trimestre de 1965, os bens patrimoniais do edifício da Escola de Química da Universidade do Paraná, na Rua Bom Jesus no bairro do Cabral, enquanto esta se transferia, em definitivo, para as suas instalações no Centro Politécnico.[21]

Seus diretores a seguir foram os professores Aroldo Frenzel (1966-1968), Newton Isaac da Silva Carneiro (1968-1970), Luiz Carlos Nascimento Tourinho (1971-1973), nesse período foi incorporada ao Setor de Ciências Agrárias; passando a ser o Curso de Engenharia Florestal.

Em 1964, às vésperas de formar sua primeira turma, o Curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná encaminhou ao Conselho Federal de Educação uma proposta de currículo mínimo para os cursos de Engenharia Florestal. A duração do curso estava prevista de cinco anos. O CFE aprovou o currículo sugerido, mas optou pela duração mínima de quatro anos, comparando o curso de Engenharia Florestal ao de Engenharia Agronômica, cujos mínimos de currículo e duração haviam sido estabelecidos pelo Parecer nº 294 de 23/10/1962. A lista das matérias básicas de ambos os currículos era praticamente idêntica. O Parecer do CFE que estabeleceu o primeiro currículo mínimo do Curso de Engenharia Florestal recebeu o nº 364 e é do dia 13 de novembro de 1964. Esse currículo mínimo só virá a ser modificado 20 anos depois, por meio do Parecer nº 8 de 11 de abril de 1984.[22]

A Escola Nacional de Florestas, não era nessa época, ligada à Escola de Agronomia e Veterinária, a não ser por seu diretor, que pertencia àquela Escola.

A Escola se prepara para a nova demanda: Progresso!

Em dezembro de 1963, o Ministério da Agricultura enviou à Direção da Escola de Agronomia, o telegrama nº 1699 de 20 de dezembro 1963, solicitando que houvesse um aumento do número de vagas no Curso, de cinqüenta para cem. O seu Diretor, em março de 1964, envia ao Magnífico Reitor, um estudo[23] das necessidades da escola para compati-

20 CAPDEVILLE, Guy. *O ensino Superior Agrícola no Brasil*. UFV. Viçosa: Imprensa Universitária, 1991, p. 108/109, 184 p.

21 SOUZA FILHO, Astolpho Macedo de. Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná: 60 anos de ensino agronômico no Paraná. *Charrua*, ano 1, n. 1, p.15-16, dez. 1978.

22 CAPDEVILLE, Guy. Op. Cit.

23 Esse estudo denominado "Planejamento definitivo da Escola", encontrado dentre as correspondências enviadas. Arquivos da Escola de Agronomia e Veterinária do Paraná.

bilizar-se à nova demanda. Esse Plano, ao que parece, foi acolhido prontamente, pois já no final do mês, o Diretor já enviava ao Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, a proposta da compra de um ônibus, tratores, máquinas e equipamentos, por conta do Termo de Ajuste com o Fundo Federal Agropecuário, já aprovado.

Desde 1962, muitos professores viajavam aos Estados Unidos da América do Norte e para a Europa. Lycio fora convidado pela Agência para o Desenvolvimento Internacional – USAID/Brasil, para participar do Seminário Latino-Americano de Escolas de Agronomia, no México, estendendo sua viagem de estudos às Universidades de Arizona, Purdue e Washington-D.C. por trinta dias.

A influência norte-americana, bem como a européia era muito sentida a partir de 1962. Em 1963, cinco professores saíram para viagens de até 60 dias. Era a presença do Escritório Técnico da Agricultura e da USAID nas universidades brasileiras.[24]

Em 1964, constata-se, pela primeira vez nos arquivos, a instituição do sistema de dias aula. Em determinados dias, as turmas de alunos se deslocavam para a Fazenda Experimental, e lá tinham todas as aulas, teóricas e práticas, só retornando no final do dia. Tal atividade permitia a interação das áreas de conhecimento e a visão de conjunto necessária ao profissional em formação.

Regime de Tempo Integral - 1965

Até essa época, os professores eram contratados na sua grande maioria, em regimes de trabalho que variavam entre 12, 18 ou 24 horas por semana. A reivindicação pelo regime de tempo integral era antiga, desde 1938[25] e reforçada em diversos congressos e encontros. Em 1965, o Decreto 55.617 excluía da proibição imposta pelo ato revolucionário de 31 de março, a contratação de professores. O Conselho Universitário aprova proposta de que *pessoal novo de magistério fosse admitido, quando necesssário e no interesse exclusivo do ensino, sob o regime de dedicação exclusiva*. Esse regime seria reforçado nesse mesmo ano no Estatuto do Magistério Superior como "Regime de Tempo Integral".[26] Definido como sendo aquele de quarenta horas de trabalho semanais, em que o professor fica proibido de exercer, cumulativamente qualquer outro cargo ou função, ou atividade que tenha caráter de emprego. Tal regime possibilita o profissionalismo do professor e, principalmente permite a pesquisa como atividade permanente e complementar. Na Escola de Agronomia seria implantado timidamente a início, mas contribuiria em muito na qualidade dos cursos.

A VII Semana de Estudos Agroveterinários de 1965, realizada com o Diretório Acadêmico de Agronomia e Veterinária do Paraná, acontece de 7 a 12 de junho, pela primeira vez fora da data de aniversário de fundação da Escola.

24 Pouco encontramos a respeito sobre a essência de tais projetos, nem as fontes reais de financiamento.

25 Segundo Maria Elisabeth Lunardi, comunicação pessoal em 10/06/1993.

26 Lei 4.881 de 6/12/1965, artigo 39.

Aquisição de área adicional para Fazenda Experimental

Conta-se entre os funcionários mais antigos que, quando Flávio Suplicy de Lacerda ainda era Ministro, Lycio o convidou para um passeio na Fazenda Experimental da Escola. Após um churrasco, numa caminhada mostrou-lhe as obras, o trabalho ali desenvolvido, a seriedade dos propósitos. Mostrou também a área vizinha pertencente a Alfredo Krause, a perspectiva de crescimento e a oportunidade de adquiri-la. Consta que Flávio assumiu a compra naquele momento mesmo. Assim foi que a 10 de maio de 1965, foi assinado o Decreto 56.274 em que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de 159,72 hectares no Município de Piraquara, anexando-a à Fazenda Experimental. O valor da compra foi de 85 milhões de cruzeiros.

Ainda que as relações de Lycio Grein de Castro Vellozo com o Reitor Nicolau dos Santos, que sucedeu a Flávio Suplicy de Lacerda não fossem tão boas, o respeito fazia com que as obras iniciadas não parassem e se pudesse iniciar outras, embora a operacionalização já não fosse tão dinâmica. O Reitor retira verbas do Fundo 21 (construção da Escola) e transfere para o Fundo três (construção do Centro Politécnico). É justo dizer-se, no entanto, que três prédios de grande porte na sede urbana, estavam sendo construídos em conjunto com o Centro Politécnico, administrados pela Reitoria.

Mudança de nome: Mais uma vez!

A Universidade do Paraná passa a denominar-se Universidade Federal do Paraná a partir de 20 de agosto por força de portaria ministerial.[27] Conseqüentemente, também o nome da Escola é alterado para ESCOLA DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

A influência norte-americana se fazia sentir em todos os espaços da vida acadêmica. Um exemplo foi a tentativa de ação da Fundação Ford e a Universidade de Minnesota em conjunto com a nossa Escola.

Programa Conjunto da Universidade Federal do Paraná Governo do Estado do Paraná – Universidade de Minnesota e Fundação Ford[28] (1966/67)

Em novembro de 1966, foi assinado um Convênio da UFPR com o Governo do Estado do Paraná, para o progresso do ensino agrícola. Tinha por objetivo o desenvolvi-

27 Tendo em vista a Lei 4.759 de 20/8/1965.

28 Baseado no Relatório apresentado à VII reunião de Associação das Escolas de Agronomia e Veterinária do Brasil, 1967; Fragmento de Relatório dos americanos, de 1967 (sem identificação); Regimento interno do "Núcleo Pedagógico do Cangüiri"; Relatório das atividades do primeiro semestre de 1967 do "Núcleo Pedagógico do Cangüiri", Regulamento da "Área de Treinamento e Aperfeiçoamento em Serviço". Atas da 1ª e 2ª Reunião dos Professores do Núcleo, e Ata do Exame Vestibular ao Curso de Formação de Professores do Ensino Agrícola do Núcleo Pedagógico do Cangüiri. Arquivo de Setor de Ciências Agrárias.

mento das técnicas agropecuárias através da educação. Denominou-se Núcleo Pedagógico do Cangüiri. O Convênio tinha a participação do pessoal docente da Universidade de Minnesota, e participação financeira da *FORD Foundation*. A primeira reunião do Núcleo ocorreu a 13 de maio de 1967 no Departamento de Ensino Agrícola da Secretaria de Agricultura, com a presença dos professores do Núcleo Pedagógico do Cangüiri[29] de Silvio Antônio Degasperi, Diretor do Núcleo; Mr. Paul Marvin, representante da Fundação Ford e Nelson Frehse do Departamento de Ensino Agrícola e o secretário do Núcleo Alberto Mattos Moreira. Tratou-se dos estudos preliminares dos programas a serem desenvolvidos nas disciplinas. O Curso, essencialmente prático, seria de formação de professores de técnicas agrícolas, com a duração de quatro anos, havendo a possibilidade de após dois anos de curso, se obter licença para lecionar técnicas agrícolas no primeiro ciclo do curso médio e completando o quarto ano obterá o título de professor em Técnicas Agrícolas, podendo lecionar no primeiro e segundo ciclos de ensino médio. Uma segunda reunião foi realizada para acertar ainda os programas em 24 de maio. O exame vestibular foi no dia 25. Foram aprovados e matriculados 28 alunos.

Esse Curso era apenas uma fração de um amplo programa americano com quatro áreas de atuação distintas. Visavam atingir as donas-de-casa e a comunidade rural como um todo, mediante um curso maior de quatro anos, cursos intensivos, seminários, encontros, certames, campanhas e treinamentos.

O relatório encontrado nos arquivos do Setor de Ciências Agrárias trata apenas do primeiro semestre de 1967. É provável que tal convênio tenha sido interrompido logo a seguir.

Programa Paraná/Ohio – Convênio Aliança para o Progresso

Os anos de 1965 e 1966 foram agitados em termos administrativos da Escola; a separação das Escolas, a oposição sistemática de outros, mas inegavelmente num progresso nunca visto. O Diretor Lycio Vellozo pretendia viajar novamente para os Estados Unidos da América, pelo Programa de Estados irmãos Paraná – Ohio, com passagens ofertadas pelo Consulado Americano. Muitos outros professores viajavam freqüentemente ao exterior naqueles tempos. O convênio Aliança Para o Progresso atuava em todos os níveis. Eram os resultados da "Guerra Fria" que se faziam sentir.

O Presidente da República, Castello Branco cede no final de seu mandato a influências repressivas e mesmo à candidatura de Costa e Silva. Mais Atos Institucionais, eleições indiretas e, conseqüentemente os estudantes universitários se manifestam em quase todos os Estados contra o Governo, contra a administração universitária que o representava. Apesar desse contexto, a Escola mantinha-se tranqüila.

Como resultado da solicitação do Ministério da Agricultura, em 1965, o número de vagas ofertadas para o primeiro ano foi aumentado para oitenta e seriam cento e vinte em 1967.

29 A saber: Waltheno de Oliveira Viana, Marlene de Almeida, Ezeron Bürler, Lucila Araújo, Maria do Rosário Knechtel, Deodato M. de P. Souza.

Foi em 1966, que o Professor Raul Edgard Kalckmann – injuriado pelo "grupo dos tenentes" em 1933, teve que mudar para Pelotas (RS) – pede transferência de volta à casa em que se formara e dera as primeiras aulas. O seu processo teve votação secreta e foi aprovado por unanimidade na Congregação, como se acolhesse um querido filho pródigo.

Criação da Revista da Escola

Com o aumento dos professores contratados em regime de tempo integral, o volume de pesquisas cresceu significativamente e a comunidade sentiu necessidade da criação de uma publicação periódica representativa dessa evolução.

Em 1965, foi publicado o primeiro volume, com a denominação de *Revista da Escola de Agronomia e Veterinária* tendo sido feita apresentação pelo então Diretor professor Lycio Vellozo. Em conseqüência da transformação para Faculdades (Faculdade de Agronomia e Faculdade de Veterinária, por força de dispositivo legal), em 1970, foi editado o último volume. Nesse período foram editados cinco volumes, sendo o primeiro em dois números.

O Restaurante Universitário também começou com Lycio

Devido a dificuldades de deslocamento no intervalo do almoço e muitos alunos não querendo se atrasar para as aulas da tarde, ficavam sem alimentação adequada. Levaram o problema ao Diretor, e nesse mesmo ano de 1966 se inaugurou o Restaurante, junto ao Centro Acadêmico. O primeiro "bandejão" servido foi para ele próprio que aprovou satisfeito a qualidade do alimento servido.

O falecimento do Diretor Lycio Vellozo

Em 4 de novembro de 1966, os alunos foram sacudidos por uma terrível notícia:[30]

> *Lycio Grein de Castro Vellozo havia morrido. A primeira sensação foi de incredulidade. Quem sabe alguém está fazendo uma brincadeira de mau gosto... Mas a expressão de cada um era de desolação que não permitia dúvidas. Aturdidos, foram todos ao funeral. Passado o susto, sentiam-se como se estivessem abandonados, sem saber para onde voltar, nem para onde ir. A Escola não seria mais a mesma. Numa atitude infantil procurando culpados... Giovannoni? o Nicolau? Mas não. Era mesmo coisa da vida e da morte, uma hepatite mal curada aos 16 anos transformada em cirrose. Ficaram sem o Mestre querido, A Universidade ficou sem seu futuro Reitor, a Humanidade perdeu um Grande Homem.*

30 Recordações do Autor, aluno em 1966.

A fase universitária pós-Lycio: 1966-1970

Com o falecimento de Lycio, o cargo de Diretor é considerado vago e Agostinho Bernardo da Veiga, assume-o interinamente, como o membro mais idoso da Congregação.

No Conselho Departamental vota-se, e é aceito por unanimidade, que a Fazenda Experimental se denomine doravante "Lycio Grein de Castro Vellozo", com busto confeccionado em bronze no local. Nesse mesmo mês de novembro, a Congregação propõe que seja dado o título de professor emérito ao professor Arlindo Loyola de Camargo. Fazendo-se a votação da lista tríplice para o cargo de Diretor da Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Paraná; ficou assim constituída: primeiro Agostinho Bernardo da Veiga; segundo Astolpho Macedo de Souza Filho; terceiro Milton Giovannoni; todos por unanimidade.

Na reunião de 4 de março de 1967,[31] o professor Arlindo foi agraciado com o merecido título de professor emérito. Astolpho Macedo de Souza Filho foi empossado o novo Diretor.

Divergência na Congregação: Rompe-se o Acordo de Cavalheiros

A vida escolar seguia em frente pelo efeito inercial dos anos anteriores, Convênios já entabulados, como o do IBC para a construção do Centro de Treinamento na Fazenda, o da CAPES, e o da ACARPA com o estabelecimento de um Escritório Piloto teriam continuidade. Mas, com a aposentadoria dos professores Arlindo Loyola de Camargo, Caio Gracho Pereira, Olavo Del Claro, Agostinho Bernardo da Veiga, Porthos Vellozo, a exoneração de Metry Bacila e a morte de Lycio, a composição de forças jamais seria a mesma, era uma renovação não programada, e ainda mais conturbada pelo processo de separação das Escolas que estava correndo estâncias.

Assim foi que Marcos Enrietti assumiu a Direção do Centro de Pesquisas Agroveterinárias em substituição a Milton Miró Vernalha. A situação ficou realmente delicada no dia 18 de maio de 1967 por ocasião de eleição do representante da Congregação no Conselho Universitário. É que havia um acordo de cavalheiros desde que a Escola passou a integrar a Universidade, em que, havendo dois representantes, seria sempre um de cada curso. Isso foi respeitado elegendo-se Mauro Holzmann (Agronomia) em companhia de Astolpho (Veterinária), membro nato como Diretor. Os últimos representantes haviam sido Lycio e Giovannoni. O mandato vencia então a 29 de maio de 1967. Assim dever-se-ia proceder nova eleição. Isso feito verificou-se 12 votos para o professor Milton Giovannoni e 11 votos para o professor Mauro Holzmann. Prevalecendo esta situação, os dois representantes seriam do Curso de Veterinária, rompendo-se o critério de representação seguido até então. Acontece que tal norma era moral e não estava escrita no Regimento da Escola. A discussão foi acalorada e geral. O professor Giovannoni, declara[32] pedindo para

31 Livro nº 4 de Atas da Congregação da Escola de Agronomia e Veterinária da UFPR.

32 Página 24 (verso), do 4º Livro de Atas da Congregação. Reunião do dia 18/5/1967.

que constasse em ata que considera as manifestações como um voto de desconfiança por parte da Congregação e renuncia em caráter irrevogável ao cargo a que fora eleito. Vários professores frisaram que não se tratava disso e sim uma questão ética, mas o professor ficou irredutível. Realizada nova eleição resultou em: professor Mauro Holzmann 11 votos, professor Ildefonso Clemente Puppi três votos, professor José Milton Adriguetto um voto; Sandoval Ribeiro Ribas um voto. Em branco, oito votos.

Esta situação demonstra bem o clima vivido na Escola. Os veterinários desejavam, justamente, a separação, bem como os agrônomos. Mas enquanto isso não ocorria, disputava-se o poder.

O corpo discente, propõe[33] que o Centro Acadêmico seja denominado Diretório Acadêmico Lycio Vellozo, em homenagem ao líder falecido. Era o resultado de uma resolução de uma Assembléia Geral Extraordinária do Diretório e já havia sido objeto de apreciação, e aprovada, pelo Conselho Departamental em 11 de maio. A Congregação por sua vez, aprovou a mudança de denominação por unanimidade de votos.

Na esfera da administração universitária, Flávio Suplicy de Lacerda que, como ex-Reitor, não deixara de participar do Conselho Univeristário após o seu período como Ministro da Educação e Cultura, foi eleito novamente e assume a Reitoria a partir de 29 de maio de 1967.

No Curso de Agronomia os alunos tomavam consciência da sua cidadania, e se rebelam contra o professor Sarmento, de Botânica, recusando-se a assistir às suas aulas. As queixas incluíam desde a didática até a avaliação. A Congregação num papel conciliatório, concedeu-lhe o afastamento das obrigações do magistério por um ano.[34] O impasse estava protelado, mas os alunos voltariam à carga até sua aposentadoria.

Regime de trabalho docente em 1967

De tempos em tempos as contratações de pessoal eram, ora liberadas, ora proibidas, como acontecia de novo em 1967. E o avanço em se contratar os professores em re-

33 Ofício 144-66/67 do Diretório Acadêmico de Agronomia e Veterinária do Paraná. 4º livro de Atas da Congregação p. 31, 1ª Reunião Extraordinária de 1967, da Congregação da escola de Agronomia e Veterinária da UFPR em 18/5/1967.

34 Na Ata da Reunião da Congregação dos dias 9, 11, e 16 de agosto de 1967, consta que o professor se afastava para realizar pesquisa sobre a flora no litoral paranaense. Livro de Atas da Congregação, nº 4. Arquivo do Setor de Ciências Agrárias.

gime de tempo integral ainda era insatisfatório. Em 1967, o regime de trabalho dos professores era o seguinte:[35]

	total	regime de trabalho	
		integral	simples
Professores catedráticos	24		24
Professores adjuntos	16		16
Professores assistentes	12		12
Professores regentes contratados	3	1	2
Professores auxiliares de ensino contratados	31	31	
total	86		

1967

Com a aprovação da Lei 5.194 que regulamentava a profissão do Engenheiro Agrônomo, houve uma sensação geral de bem-estar e de vitória, consolidava os anseios da classe há muito tempo, era o resultado de muitos por muito tempo. À Escola coube indicar um representante junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o CREAA. O professor Rubens Miranda foi o nome escolhido.

Aprovada a separação das Escolas de Agronomia e de Veterinária

A proposição da Congregação, foi submetida ao Conselho Universitário que, no dia 28 de abril de 1967 aprovou por unanimidade o parecer do Relator no processo nº 48.654, que tratava do desmembramento dos cursos desta escola, transformado-a em duas unidades universitárias distintas, com as denominações de Escola de Agronomia da UFPR e Faculdade de Medicina Veterinária da UFPR. O processo foi encaminhado ao Departamento de Administração da Reitoria para o estudo das medidas decorrentes. Havia a previsão de que se concretizasse concomitantemente com a reestruturação da Universidade, já em fase adiantada.

A reestruturação prevista em parte, favorecia a individualização pretendida. Baseava-se nos Decretos-Leis nºs 53 de 18 de novembro de 1965 e 252 de 28 de fevereiro de 1967. O primeiro tratava dos princípios e normas de organização das universidades federais, estabelecia que as universidades federais deveriam se organizar com estruturas e métodos de funcionamento que preservassem a unidade de suas funções de ensino e pesquisa e assegurassem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes. Concentrava o ensino e a pesquisa básicos em um sistema comum para toda a universidade, e o ensino profissional e a pesquisa aplicada seriam feitos em unidades próprias, sendo uma para cada área ou conjunto de

35 Relatório apresentado pelo Diretor da Escola de Agronomia e Veterinária da UFPR às Reuniões da Associação das Escolas de Agronomia e Veterinária do Brasil, 1966, 1967 e 1968. Arquivo do Setor de Ciências Agrárias.

áreas profissionais afins. O segundo (DL.252), complementava o primeiro. Estabelecia basicamente que o DEPARTAMENTO seria a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica e de distribuição de pessoal, revogando a distribuição de disciplinas em cadeiras ou subunidades. E ainda, coordenação didática dos cursos ficaria a cargo de um colegiado constituído por representantes dos departamentos que participam do respectivo ensino.

Acontece que, apesar de aprovada a separação das duas Escolas, o anteprojeto de reestruturação da Universidade previa que as Escolas de Agronomia, de Veterinária e de Florestas, formariam, pelo conjunto dos departamentos, das cátedras e das disciplinas, de caráter profissional, a *Faculdade de Ciências Agrárias*. Isso importaria na extinção das atuais Escolas. No Conselho Universitário, o relator do processo de reestruturação limitou-se a ouvir o clamor dos representantes de toda a Universidade, uma vez que aquele seu raciocínio se repetia com todas as unidades de ensino. Assim sendo abriu espaço para que se apresentassem emendas ao projeto num prazo de poucos dias. Tal prazo era decorrente da exigência de que todas as universidades brasileiras deveriam apresentar seus projetos de reestruturação até o dia 28 de agosto, sob pena de intervenção.

A Congregação ficou reunida então permanentemente a partir do dia 9 de agosto. No dia 11, analisando o trabalho da comissão composta pelo Diretor Astolpho Macedo, o representante no Conselho Universitário Mauro Holzmann, os professores Sieg Odbrecht, Deodato Paula Souza e Annibal de Paiva Campello. A discussão envolvia assuntos polêmicos como a integração da Escola de Florestas e da Escola de Agronomia ao Centro Politécnico e a Escola de Veterinária ao Centro Médico; ou se manter o Centro de Ciências Agrárias. Optou-se em votação disputada, por manter-se a estrutura de Centro de Ciências Agrárias, com a devida individualização dos cursos.

Como os outros diretores das outras Escolas e Faculdades também haviam se mobilizado no mesmo sentido, o projeto foi substituído por um substitutivo geral, acatando o proposto pela Congregação. Assim sendo, tal projeto foi enviado ao Conselho Federal de Educação. Todas as Escolas passariam a denominar-se Faculdades: Faculdade de Veterinária, Faculdade de Engenharia Florestal e Faculdade de Engenharia Agronômica. Inúmeras Cadeiras e disciplinas seriam deslocadas para os Institutos Básicos.

Os acontecimentos, no entanto, ocorriam muito rápido nesse período. Em agosto, foi feita a proposta que resultou no substitutivo mencionado, no início de novembro foi de certa forma ratificada. Ressalte-se que sempre sob os protestos firmes do professor Milton Giovannoni, que queria o Curso de Veterinária totalmente independente. O Diretor da Escola de Florestas manifesta-se novamente, dessa vez, pelos jornais, contrário à vinculação à Escola de Agronomia. No dia 30 desse mês de novembro, a Comissão de Reestruturação da Universidade (provavelmente com novos prazos, uma vez que a data limite era 28 de maio), estava com a matéria pronta para ser votada no dia 1° de dezembro. Havia voltado atrás na vinculação da Escola de Florestas, e também da Escola de Veterinária, precisando ainda ser submetido ao Conselho Federal de Educação.

Uma vez encaminhado o processo, passa-se de novo a um compasso de espera e expectativas. As construções em andamento, ficam paralizadas por mais de um ano, não se contrata, pouco se faz além da rotina. O professor Raul Edgard Kalkmann coordena o con-

vênio da Comissão de Estudos dos Recursos Naturais Renováveis (CERENA)com a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR) e o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT) com a finalidade de efetuar o Levantamento e Reconhecimento dos Solos do Estado do Paraná, e destaca-se em produção de pesquisa em fertilidade do solo.[36]

Mas se em 1968 pouco acontece administrativamente a nível local, a nível federal as Leis 5.539 e a 5.540 alteram profundamente o ensino superior no Brasil. Entre os estudantes a revolta é grande, a ameaça de implantação do "ensino pago" fazia-os irem para as ruas enfrentar a polícia, fazer passeatas, protestar contra o Governo, contra a presença norte-americana, e contra o Governo Militar instalado. Em 1968, numa dessas passeatas, afronta-se o Reitor, toma-se o prédio da Reitoria, sequestram-se os veículos pertencentes aos órgãos públicos, usando-os como barreiras contra os cavalos da Polícia Militar, soltam-se as pedras das ruas, espalham-se rolhas e bolas de gude pelo chão, cantam-se hinos e palavras de ordem. Arrancam o busto em bronze do Reitor do pedestal no pátio da Reitoria, cortam-lhe o nariz e fazem fumaça pelo interior oco. Não satisfeitos, vendo que pouco conseguiam, arrastam o busto pela rua XV de novembro. O busto do Reitor Flávio Suplicy, aquele que tanto ajudara a Escola de Agronomia e Veterinária, ironicamente, por um estudante do Curso de Agronomia. Os fins eram os mesmos, mas os meios não.

Criação de Cargos e Funções da Carreira do Magistério

A Lei 5539 de 28 de novembro de 1968,[37] modificava o Estatuto do Magistério Superior criando os cargos e funções da carreira do magistério com as seguintes classes: I Professor Titular, II Professor Adjunto, III Professor Assistente. Os auxiliares de ensino não estavam incluídos na carreira, e precisaria ser aprovado em curso de pós-graduação num prazo máximo de quatro anos, sem o que seus contratos não seriam mais renovados. Esses dispositivos, aliados à ênfase dada ao regime de dedicação exclusiva, dava conotação profissional ao magistério, obrigando ou estimulando os professores a encará-lo como atividade única e a mais importante. Isso seria irreversível.

A Lei 5540 de 28 de janeiro de 1968 extingüiu a cátedra, naquela conjuntura era uma figura que, resumindo na figura do professor catedrático, quinta-essência do saber, dava-lhe poderes incompatíveis como universo do conhecimento de então. Eliminava também a Lei, a exclusividade de uma categoria predominar sobre todos os destinos da Unidade. A Congregação deveria ter todas as categorias representadas, os órgãos delibera-

36 Relatório apresentado pelo Diretor da Escola de Agronomia e Veterinária da UFPR, às Reuniões da Associação das Escolas de Agronomia e Veterinária do Brasil, 1966, 1967 e 1968. Arquivo do Setor de Ciências Agrárias. Os objetivos principais do Convênio da CERENA eram: I - Reconhecimento: a) Identificação e descrição morfológica dos solos no campo; b) Caracterização analítica dos perfis das unidades de mapeamento e de grande número de amostras para avaliação da fertilidade. II - Classificação. a) Mapeamento das unidades de solos com emprego de fotografias aéreas; b) Elaboração da carta de solos para publicação; c) Interpretação do levantamento para fins de sua aplicação no estudo da fertilidade, da conservação e do manejo do solo e sua adaptabilidade às culturas de maior importância.

37 *Diário Oficial*, de 29/11/1968.

tivos seriam sempre colegiados amplos. O vestibular seria unificado e o registro de diplomas, simplificado. Os departamentos realmente passam a ser a menor unidade administrativa e didática da universidade como se pretendia anteriormente. Dentre tantas modificações substanciais, sentia-se que efetivamente a possibilidade de regime de trabalho em tempo integral como a verdadeira reestruturação da universidade.

A separação é oficializada

O Estatuto da Universidade Federal do Paraná havia sido aprovado pelo Conselho Universitário em 2 de outubro de 1969 e seria aprovado após alguns acertos pelo Conselho Federal de Educação em 12 de março de 1970. A separação das Escolas de Agronomia e de Veterinária era irreversível.

Com o novo Estatuto, desdobrava-se a Escola de Agronomia e Veterinária em duas novas unidades: Faculdade de Agronomia e Faculdade de Veterinária.

Desde 1969, havia uma comissão trabalhando na divisão do patrimônio das duas Escolas. Foram indicados dois assessores, um de cada Curso, o professor Silvio Bove pelo de Veterinária e o professor Sandoval Ribas pelo de Agronomia.

Enquanto a comissão partilhava, o IBC iniciava uma nova etapa do Convênio equipando o Laboratório de Fertilidade do Solo com cinqüenta milhões de cruzeiros. A Reitoria fazia a consulta expressa a cada professor sobre o regime de trabalho desejado: 12, 24 horas semanais ou quarenta horas com dedicação exclusiva. Falecem os professores Oscar Krebs Palmiquist e Arlindo Loyola de Camargo.

O ano de 1970, decorre sem outras grandes novidades, até dezembro. Quando no dia 31, às 9 horas, no salão nobre, teve lugar a reunião de encerramento das suas atividades a Congregação da Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Paraná.[38] Presidida pelo professor Astolpho Macedo de Souza Filho e secretariada por Esmeraldino Santos, teve também a presença de 24 professores. As novas Faculdades seriam instaladas em sessão especial e solene pelo Magnífico Reitor, professor Flávio Suplicy de Lacerda, no dia 4 de janeiro de 1971, atendendo o disposto na Portaria 6/70 de 12 de novembro de 1970 do Egrégio Conselho Universitário, o Diretor fez um balanço retrospectivo do tempo em que esteve no cargo.[39] Relata que encontrou obras iniciadas como o edifício do Departamento de Anatomia,[40] do de Engenharia Rural,[41] do Centro de Treinamento, do Departamento de Biologia (denominado de Departamento de Fitotecnia, em função da Reforma Universitária),[42] quase todos concluídos. Iniciou-se a construção do Hospital Veterinário, em fase muito adiantada, e já com toda a verba empenhada até o final da construção prevista para junho de 1971. Construiu também o aviário experimental

38 Ata da Reunião de encerramento das atividades da Congregação da Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Paraná realizada em 31 de dezembro de 1970. Livro de Atas da Congregação nº 4 p 119-126. Arquivo do Setor de Ciências Agrárias.

39 *Idem.*

40 Ocupado com o Convênio "Centro de Diagnósticos Marcos Enrietti", em 1993.

41 Departamento de Solos, em 1993.

42 Ocupado pelo Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo, em 1993.

na Fazenda Experimental. Conseguiu verbas para construção da Associação Atlética do Diretório Acadêmico Lycio Vellozo, que confirma "o grande apreço que o magnífico Reitor dispensa aos alunos desta Escola, aliás que nunca causaram aborrecimentos ou dissabores no meio estudantil universitário". Recebeu um voto de louvor pelo seu trabalho e a reunião foi encerrada.

A fase da Faculdade de Agronomia

A Universidade Federal do Paraná depois da Reforma[43] tornou-se uma estrutura orgânica com base em departamentos e unidades administrativas, denominadas Institutos e Faculdades.

Os Institutos que concentravam o ensino e a pesquisa básicos, formavam um sistema comum para toda a Universidade. Eram os seguintes:

a) Instituto de Matemática;
b) Instituto de Física;
c) Instituto de Geociências;
d) Instituto de Biologia;
e) Instituto de Ciências Humanas;
f) Instituto de Letras e Artes;

As Faculdades que ministravam o ensino, a formação profissional e a pesquisa eram as seguintes:

a) Faculdade de Direito;
b) Faculdade de Medicina;
c) Faculdade de Engenharia;
d) Faculdade de Educação;
e) Faculdade de Engenharia Química;
f) Faculdade de Economia e Administração;
g) Faculdade de Odontologia;
h) Faculdade de Farmácia;
i) *Faculdade de AGRONOMIA;*
j) Faculdade de Veterinária;
l) Faculdade de Florestas.

Nessa ocasião,[44] a Faculdade de Agronomia contava com 13 professores titulares, dez professores adjuntos e seis professores assistentes, um professor contratado, e 26 auxiliares de ensino.

43 O novo Estatuto da Universidade Federal do Paraná fora aprovado pelo Conselho Universitário em 2/9/1969 e pelo Conselho Federal de Educação em 12/3/1970. Foi publicado no *Boletim Administrativo* nº 186, de novembro de 1970, p 16-36.

44 Portaria 2/71 de 26/2/1971, do Conselho Universitário.

A administração da Universidade era exercida pela Assembléia Universitária, Conselho Universitário, Conselho de Ensino e Pesquisa, Conselho de Curadores e Reitoria.[45]

As Faculdades e Institutos estruturavam-se em Departamentos, como órgãos de programação e execução das atividades de ensino. A administração era exercida pela Congregação, pelo Conselho Departamental e pela Diretoria.

Os Cursos de Graduação

Os cursos de graduação compreendiam dois ciclos: o básico, comum a todos os cursos ou grupos de cursos afins. Tinha por objetivo corrigir falhas na formação intelectual, orientar a escolha da profissão, ampliar os conhecimentos, propiciar elementos de cultura geral. O ciclo profissionalizante, por sua vez, proporcionaria ao aluno os conhecimentos que o habilitasse ao exercício da pesquisa e ao desempenho profissonal. A matrícula passara a ser por disciplina, o regime a ser semestral ou trimestral, e havendo a fixação de pré-requisitos. O modelo enfim, era bastante elástico, permitindo ao estudante mudar de curso, com relativa facilidade, uma vez que o vestibular era único.

Os Colegiados de Curso

Em cada curso de graduação havia um Colegiado constituído de professores em exercício do curso, sendo um para cada disciplina do currículo mínimo, eleitos pelos respectivos departamentos, e um representante discente.

Ao Colegiado cabia as funções maiores do ensino, fixar as diretrizes; integrar planos elaborados pelos departamentos; orientar, coordenar e fiscalizar as atividades do curso. Faltava-lhe, no entanto o poder efetivo de mando, uma vez que cada unidade ou departamento tinha administração própria. As suas decisões necessitavam ser acatadas pelo diretor da unidade ou órgão superior. E havia um excesso de órgãos deliberativos, que obviamente nem sempre deliberavam no mesmo sentido: Departamento, Conselho Departamental, Colegiado de Curso, Congregação e Diretoria, além de outros tantos na administração superior da Universidade.

Dessa forma, a função do Colegiado não ficou claramente entendida, uma vez que tinha poder decisório em poucos e limitados temas, e ainda subordinado ao Conselho Departamental. Assim foi um órgão meio faz-de-conta. Tanto é que o Colegiado de Curso da Faculdade de Agronomia, embora tivesse sido instalado a 2 de janeiro de 1971, só foi instalado no dia 13 de abril de 1972 para proceder à eleição.[46] O professor Aroldo Frenzel

45 Estatuto da Universidade Federal do Paraná, aprovado pelo Conselho Universitário em 2/10/1969 e pelo Conselho Federal de educação em 12/3/1970. Publicado no *Diário Oficial* de 22/5/1970. *Boletim Administrativo* nº 186, 1970.

46 Livro de Atas do Colegiado de Curso da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Paraná, referente ao período de 13/4/1972 a 31/7/1973. Arquivo do Setor de Ciências Agrárias.

eleito o primeiro Coordenador do Curso. A primeira reunião ordinária deu-se no dia 5 de maio do mesmo ano. Nessa oportunidade instituiu-se duas comissões, que examinariam os processos para posterior discussão em plenário: Comissão de Assuntos Curriculares e Comissão de Assuntos Estudantis. As decisões sempre ficavam difíceis de serem implantadas, uma vez que o curso continha disciplinas de muitos departamentos nem sempre da mesma Faculdade (Departamento de Zootecnia e Departamento de Economia Rural) e muitas pertencentes aos institutos. A fiscalização e principalmente o direcionamento adequado ao enfoque profissional sempre ficaram difíceis, uma vez que a administração de tais departamentos e institutos não era subordinada aos colegiados de curso.

A Resolução 6/70 do Conselho Universitário, previa a implantação das unidades (faculdades e institutos) em 4 de janeiro de 1971. Para instalação das Faculdades de Agronomia e da Faculdade de Veterinária, previa também que o então Diretor da Escola (Professor Astolpho Macedo) passaria, até terminar o seu mandato, a exercer o cargo de Diretor na Faculdade de Veterinária.[47] Após instalada a Congregação da Faculdade de Agronomia, esta escolheria, até que fossem nomeados e empossados o Diretor e o Vice-Diretor, um Diretor e um Vice-Diretor *pró-tempore*; designados mediante portaria do Reitor.

Instalação da Faculdade de Agronomia

A instalação da *Faculdade de Agronomia*, deu-se no dia 4 de janeiro de 1971, com início às 16 horas, no salão nobre, numa sessão solene especialmente presidida pelo Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, professor Flávio Suplicy de Lacerda, e com a presença do corpo docente da Faculdade, funcionários, representantes do corpo discente, autoridades especialmente convidadas para essa sessão. Iniciando os trabalhos, o Magnífico Reitor referiu-se à finalidade daquela reunião e declarou instaladas a Faculdade de Agronomia e a Faculdade de Veterinária. Fazendo uso da palavra, a seguir, o professor Astolpho Macedo de Souza Filho fez um breve relato da vida da Escola. Referiu-se o professor aos Cursos de Agronomia e de Veterinária, "os quais, vivendo irmanados, unidos física e espiritualmente, cujo processo de desmembramento da Escola de Agronomia e Veterinária concretizado naquele instante em Faculdade de Agronomia e Faculdade de Veterinária nada mais representava senão a evolução natural concretizando a independência de duas profissões legitimamante diferenciadas nas suas regulamentações de exercício profissional, num quadro de inteira autonomia, com seus conselhos regionais autônomos e prerrogativas definidas em lei e substancialmente diversificadas: não obstante persistem vínculos, liames, elos técnicos e espirituais a unirem as duas profissões na mais fraternal congregação de esforços por um objetivo comum: dotar o nosso país da indispensável produção de alimentos que o tornará forte, poderoso e independente. Separadas de direito, mas física e espiritualmente unidas, estas duas Faculdades trarão por certo, à Universidade Federal do Paraná as mais valiosas contribuições nos planos cultural, técnico e científico." A seguir o professor Astolpho manifestou o reconhecimento público, que o grande cons-

47 Artigo 10, da Resolução 6/70. *Boletim Administrativo* nº 186 de novembro de 1970.

trutor dessa Universidade, professor Flávio Suplicy de Lacerda, foi também o responsável por esse momento histórico, e pela definitiva consolidação, em suas bases físicas, do ensino agronômico e veterinário dessa Universidade. O Reitor foi aplaudido em pé por todos os presentes, que em seguida, visivelmente emocionado, agradeceu a manifestação de que foi alvo, a presença de todos e encerrou a sessão.

1ª Reunião da Congregação da Faculdade de Agronomia

Uma vez instalada a Faculdade, no mesmo dia, teve lugar a primeira Reunião Ordinária da Congregação da Faculdade de Agronomia, sob a presidência do professor Sandoval Ribeiro Ribas, na qualidade de professor mais antigo do corpo docente com a finalidade de eleger o Diretor e o Vice-Diretor *pró-tempore* da nova Faculdade. Deveriam ser escolhidos dentre os professores titulares em exercício, em dois escrutínios independentes e sucessivos. Após a apuração dos votos constatou-se o seguinte resultado: professor Rubens Assumpção Miranda, com 15 votos, Professor Milton Miró Vernalha com cinco votos para Diretor. Para Vice-Diretor professor Mário José Nowacki com 15 votos, professor Carlos Bodziak Júnior com quatro votos, e um voto em branco. Em face destes resultados o Sr. Presidente declarou eleitos o professor Rubens Assumpção Miranda para Diretor *pró-tempore*[48] e o professor Mário José Nowacki para Vice-Diretor pró-tempore[49] da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Paraná.[50] Enquanto isso na Faculdade de Veterinária era eleito o professor Pedro Pimpão de Azevedo[51] para exercer o cargo de Diretor e o professor José Milton Andriguetto Vice-Diretor *pró-tempore*.[52]

Naquele momento não havia ainda um Regimento Interno para a nova Faculdade, assim um documento previamente redigido e assinado por 16 dos vinte professores da Congregação, previa os princípios normativos que deveriam ser seguidos. O documento foi aprovado por unanimidade na Reunião do dia 8 de fevereiro. Passando-se a tratar a seguir das disciplinas que comporiam cada um dos Departamentos da Faculdade.

Os princípios contidos no referido texto era o seguinte:[53]

> *A Congregação da Faculdade de Agronomia, objetivando esclarecer os Corpos Docente e Discente desta Unidade Universitária quanto aos fins colimados nesta importantíssima fase de definitiva organização pedagógica, técnica e administrativa com que nos defrontamos e, considerando a necessidade de, no mais curto prazo possível, estarem em plena vigência os instrumentos legais que garantam à Faculdade totais condições de funcionamento, sem soluções de continuidade,* RESOLVE: *- estabelecer os seguintes princípios normativos: 1. Na elaboração do ante-projeto de Regimento Interno da Fa-*

48 Portaria 7293, 5/1/1971. *Boletim Administrativo* nº 188, janeiro/1971, p. 6, UFPR.

49 Portaria 7294 de 5/1/1971. *Boletim Administrativo*, nº 188, p. 6, UFPR. Curitiba.

50 Ata da 1ª Reunião Ordinária da Congregação da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Paraná, realizada em 4/1/1971.

51 Portaria 7330 de 25/1/1971. *Boletim Administrativo*, nº 188, p 11. UFPR. Curitiba.

52 Portaria 7331 de 25/1/1971. *Boletim Administrativo*, nº 188, p. 11, UFPR, Curitiba.

53 Ata da 2ª Reunião Ordinária da Congregação da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Paraná, realizada em 8/2/1971.

culdade de Agronomia, a ser submetido à apreciação dos Órgãos Superiores até o dia 31 de marco de 1971 (Resolução nº 6/70 do Conselho Universitário), serão consideradas prioritariamente as soluções que, sem prejuízo da indispensável harmonia de interesses com as demais unidades Universitárias garantam, de modo consentâneo, o patrimônio tradicional correspondente ao Curso de Agronomia. 2. No referente à redistribuição do pessoal docente da Faculdade de Agronomia procurar-se-á preservar a integração dos professores do Curso de Agronomia da extinta EAV-UFP, no ciclo profissional da nova Faculdade, salvo os casos expressos de restrita vinculação às disciplinas básicas. 3. Com base nas prerrogativas oferecidas através da Resolução do Egrégio Conselho Federal de Educação e, visando atender racionalmente ao disposto na alínea anterior, proposta nova estrutura departamental integrada pelas respectivas disciplinas, constante do anexo nº 1 do presente documento. Nessa estrutura a parte da Fazenda Experimental pertencente à Faculdade de Agronomia é prevista dinamicamente ligada aos Departamento, precipuamente como órgão de Ensino e Pesquisa, sem deixar de possuir uma estrutura destinada à produção, capaz de lhe garantir auto-suficiência, para cujo controle será proposto à Reitoria a criação de um Fundo Especial da Fazenda Experimental, com a necessária flexibilidade para permitir o reinvestimento da receita própria. 4. É aprovado em caráter provisório, o organo-fluxograma da Faculdade de Agronomia, constante do Anexo nº 2, para o provimento de cujas funcões de Chefia procurar-se-á o aproveitamento de professores de todas as categorias. 5. Fica criado o Centro de Pesquisas Agronômicas (CEPA), com os objetivos e organização constante do Estatuto próprio, constituindo o anexo nº 3 ao presente documento.

O Diretor Rubens Miranda caracterizava-se pela fluente oratória, impunha-se com facilidade à qualquer platéia, mas não tinha o dom de administrador, nem a visão, nem a liderança necessárias para o cargo. Já a 30 de abril de 1971, emitiu um ofício ao Presidente da Comissão de implantação da Reforma Universitária, professor Ralph Jorge Leitner, pelo qual oferecia o prédio central (prédio Carlos Cavalcanti), para a localização física do Instituto de Biologia. Imediatamente o professor Milton Miró Vernalha, protocolou[54] um protesto contra tal atitude tomada. Dizia que, "realmente todas as Faculdades devem dar apoio aos Institutos que serão brevemente implantados, mas com a condição de não diminuírem as instalações das Faculdades. Quando houver premência para se cumprir a Reforma Universitária, as Faculdades que cederem seus espaços físicos, deverão ser indenizadas ou compensadas pela Universidade Federal do Paraná. O caso que dá a razão de meu protesto foge inteiramente de meu modo de pensar pois, sem ouvir a Congregação, expede-se um ofício oferecendo uma área ocupada pela nossa Faculdade".

No dia 2 de fevereiro de 1971, foi feita a Reunião Extraordinária da Congregação para a eleição dos componentes das listas sêxtuplas para a escolha de Diretor e Vice-Diretor da Faculdade de Agronomia. Após os 12 escrutínios sucessivos, ficaram assim compostas: Para Diretor: Livio Luiz de Almeida, Rubens Assumpção Miranda, Mauro Holzmann, Aroldo Frenzel, Lucio Pereira Borba e Harr Carlos Wekerlin. Para Vice-Diretor: Mário José Nowacki, Sandoval Ribeiro Ribas, Cecílio Ferreira Guarita, Augusto Conte, Renato Follador e Osaldo Andrzejewski.

54 Protocolo 00078, 4/5/1971, Faculdade de Agronomia.

As disciplinas foram reagrupadas nos Departamentos: de Disciplinas Básicas: chefe professor Ildefonso Clemente Puppi; Departamento de Engenharia Rural: chefe Rubens Assumpção Miranda, subchefe Odavino Tomio; Departamento de Ecologia Agrícola, chefe Mauro Holzmann, subchefe: Aroldo Frenzel; Departamento de Organização Rural: chefe: Harry Carlos Wekerlin, subchefe: Renato Follador; Departamento de Fitotecnia: chefe Sandoval Ribeiro Ribas, subchefe: Carlos Bodziack Júnior; Departamento de Fitossanitarismo: chefe Mário José Nowacki, subchefe: Oswaldo Silva Fontoura; Departamento de Tecnologia Rural: chefe Dirceu Correia, subchefe Nelson Artur Costa.

O início do decênio de 1970 não foi muito pacífico em relação às reivindicações dos estudantes de Agronomia. Havia muitas queixas e atritos, mal direcionados por vezes. Certamente causados pela falta de um canal de diálogo entre os alunos e a Direção. Ora eram as provas de Melhoramento Vegetal, outra as de solos, ora as aulas de Silvicultura, e assim por diante; revelando um mal-estar geral, chegando com freqüência às raias do desrespeito e da violência. Havia dois currículos em vigor. O daqueles alunos que haviam entrado na Faculdade após a Reforma, e portanto tinham disciplinas semestrais e o sistema de créditos, pré-requisitos, cuja matrícula começaria em março de 1972 e o currículo anterior à Reforma, em que as disciplinas eram anuais e havia a dependência e o regime seriado. A dependência, no entanto havia deixado de existir por força da Reforma Universitária, o que faria com que os alunos avançassem no curso sem mais o limite de reprovações em duas disciplinas. Essa decisão no entanto foi anulada em 23 de março de 1971.[55] Eram os extertores de um movimento estudantil que terminava, abatido sem saber como. Mal sabiam que o sistema que se iniciava, a tal matrícula por disciplina, terminava por acabar com as lideranças e o espírito de grupo, desarticulando qualquer possibilidade de movimento estudantil de porte por muitos anos a seguir. Em 6 de agosto de 1971, o professor Livio Luiz de Almeida[56] foi nomeado Diretor da Faculdade de Agronomia e Sandoval Ribeiro Ribas, o Vice-Diretor.[57] No mês anterior o professor Flávio Suplicy de Lacerda deixara de ser Reitor na nossa Universidade; assumindo em seu lugar o professor Algacyr Munhoz Mäder.

Tendo em vista a relotação de professores dos departamentos de origem, ocorrendo



Fig. 4
Carlos Bodziack Júnior, um mestre que deixou saudades...

55 Resolução 7/72, *Boletim Administrativo*, nº 202, p. 8/9, março/1972.
56 *Diário Oficial da União*, agosto 1971. p. 6245.
57 *Idem.*

até uma extinção de departamentos; o Conselho Departamental[58] propôs uma nova eleição para as chefias e subchefias foi necessária. Realizada a 18 de novembro de 1971, e em face dos resultados alcançados, foram eleitos, respectivamente para chefes e subchefes departamentais, os professores, a seguir indicados: Departamento de Fitotecnia: Sandoval Ribeiro Ribas e Carlos Bodziack Júnior; Departamento de Fitossanitarismo: Mário José Nowacki e Oswaldo Silva Fontoura; Departamento de Engenharia Rural: Harry Carlos Wekerlin e Renato Follador.

Cessão do prédio da Agronomia para o Instituto de Biologia

O novo Diretor Livio, à semelhança do seu colega *pró-tempore* adiantou entendimentos com a Comissão de Implantação da Reforma da Universidade; e encaminhou à Reitoria, o Ofício nº 103/72, concordando em ceder as instalações do prédio central para o Instituto de Biologia.[59] O plano que se pensava estar em andamento era de que as Faculdades de Agronomia, de Veterinária e de Florestas formariam a ÁREA AGRÁRIA, com localização na Fazenda Experimental, no Cangüiri. Essa transferência da Faculdade de Agronomia era uma intenção desde há muito tempo discutida; aceita pela Congregação na reunião do dia 8/1/1971. Foram encaminhados projetos para a construção das obras naquele local, mas estes se encontravam em compasso de espera. O diretor esclareceu também que, se fossem utilizadas as instalações do Centro de Treinamento, toda a Faculdade de Agronomia teria condição de lá se alojar de imediato. Isso no entanto não seria possível devido ao fato de que o Centro de Treinamento havia sido construído com verbas específicas de órgãos externos à Universidade e tinha de obedecer ao fim para o qual foi construído. Dessa maneira, o Diretor Livio junto com o seu Vice Sandoval Ribeiro Ribas, decidiram ocupar os prédios novos, transferindo para os mesmos todos os serviços localizados no prédio central e deixá-lo em poucos dias livre para a o Instituto de Biologia.[60] O Diretor esclarecia ainda que a Direção da Faculdade de Veterinária e alguns dos seus setores administrativos, por não possuírem localização própria, também seriam transferidos para os prédios novos construídos pela Faculdade de Agronomia. Essa idéia de juntar a Faculdade de Veterinária com a Agronomia, cedendo ainda enorme espaço para o Centro de Biologia, teve apoio incondicional do professor Harry Carlos Wekerlin e recebeu a forma de Resolução, desta vez incluído a estufa e o insetário. Reivindicavam na ocasião, APÓS haver sido entregue essa instalação a construção do novo projeto na Fazenda Experimental. Dentre os alunos não se concebia como se podia entregar significativa área para um Instituto estranho, ainda se repartisse novas áreas com a Faculdade de Veterinária, quem acabara de se separar após um processo que durava desde 1965.

58 Ata da 9ª Reunião do Conselho Departamental da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Paraná, realizada em 11/11/1971.

59 *Boletim Administrativo*, nº 200, janeiro/1972, p. 4.

60 Ata da 4ª Reunião da Congregação da Faculdade de Agronomia da Univerisidade Federal do Paraná em 24/1/1972.

Estudo e Implantação das Faculdades na Fazenda

O Conselho Universitário, transformou essa decisão em Resolução já nos dias seguintes,[61] autorizando o destaque da importância de dois milhões de cruzeiros. Essa verba era uma quantia significativa para a época, mas não bastaria para construção dos prédios das três Faculdades a serem implantadas na Fazenda Experimental. O projeto constava de um prédio de Administração com 1080 m2, com todas as instalações necessárias. Previa-se ainda dois blocos simétricos para a instalação de quatro Departamentos, com salas de aulas, laboratórios, etc. Um outro bloco destinado à Biblioteca Centrale auditório. Como a verba era insuficiente, construir-se-ia apenas os dois primeiros de início. O referido projeto foi executado pelo professor Odavino Tomio, uma vez que os órgãos técnicos da Reitoria estavam sobrecarregados. A localização do "Campus Agrário" seria na Fazenda Experimental, na confluência da Estrada da Graciosa com a Estrada que dá acesso ao Hospital Adauto Botelho.[62]

A separação dos Cursos nas duas Faculdades, trouxe problemas quanto ao orçamento de 1972, cujo montante referente às duas Escolas foi dividido em partes iguais, pre-

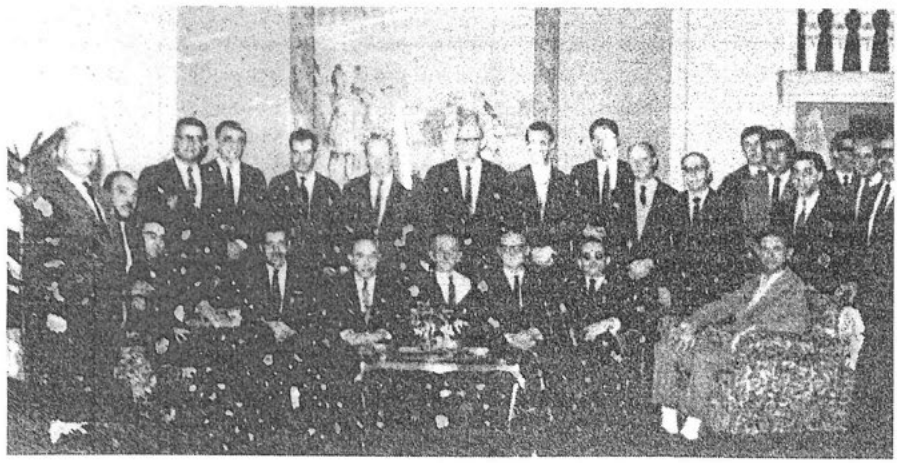


Fig. 5

Professores e diretores da Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Paraná: da esquerda para direita, em pé: Hortêncio Deconto, Rubens Miranda, Rubens Dória, Livio Luiz de Almeida, Pedro Pimpão de Azevedo, Milton Miró Vernalha, Luiz Natal Bonin, José Milton Andriguetto, Oswaldo Andrzejewski, Mario José Nowaki, Francisco Cecílio Pereira Guarita, Miguel Antonio Loyola da Rocha , Sileno Grillo Soares, Oswaldo Silva Fontoura, Ronald Pereira da Silva, José Pedro Matheus da Rocha, Audinir Curial Gondin. Sentados: Reinaldo Spitzner, Sandoval Ribeiro Ribas, Agostinho Bernardo da Veiga, Pothos Moraes de Castro Vellozo, Lycio Grein de Castro Vellozo, José Orontes Pires, Silvio Bove. (1960/61).

61 Resolução 1/72, de 28 de janeiro de 1972, do Conselho Universitário. *Boletim Administrativo* nº 200, janeiro de 1972, p. 5.

62 Ata da Reunião Especial da Congregação da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Paraná, com a finalidade de discutir o problema da construção da nova sede da Faculdade de Agronomia na Fazenda Experimental, realizada em 2 de fevereiro de 1972.

judicando a Faculdade de Agronomia que manteve maiores encargos, prejudicando sobremaneira o atendimento às necessidades dos Departamentos. Conseguiu no entanto um suplemento suficiente para adquirir dois veículos e alguns equipamentos. Para o anteprojeto do Campus Agrário, foram contratados arquitetos por conta da verba de dois milhões. Assim, decorreu o ano de 1972.

Criação dos Setores na Universidade Federal do Paraná

O ano de 1973 começa com a abertura de concurso para 16 professores assistentes.

Em maio de 1973, o professor Eduardo Corrêa Lima, Vice-Reitor em exercício, envia um ofício aos principais dirigentes, conclamando toda a comunidade à "uma revolução (de ações, atitudes, espírito e idéias), constatava que – havia uma clara e pronunciada insatisfação com as universidades brasileiras, incluindo a nossa; havia uma urgente necessidade de uma política global de desenvolvimento, – NÃO bastava uma atitude formal, exterior ou rotineira." – A Reforma Universitária ainda não havia dado os frutos esperados, e principalmente, que a Universidade Federal do Paraná ainda não havia implantado a Reforma nos exatos moldes determinados pelos Decretos-Leis nº 53 de 18 de novembro de 1966, e nº 252, de 28 de fevereiro de 1967, com referência especial à não duplicação de recursos materiais e humanos. De acordo com esse princípio fundamental, orientado pela centralização para planejar a descentralização para executar, era urgente que se aglomerassem as Unidades (Institutos e Faculdades) em áreas comuns, para permitir o ensino comum e unitário do que for geral e o aperfeiçoamento do que for peculiar.

Assim pensando, a Administração Superior da Universidade, propôs um Programa Geral de Desenvolvimento que tinha como metas:

1. Implantação efetiva da Reforma Universitária.
2. Plano de Ocupação física e a constituição dos *campi* universitários.
3. Reorganização do Departamento de Assuntos Estudantis e Registro Geral.
4. Integração Universidade-Comunidade.
5. Integração Escola-Empresa-Governo.
6. Atendimento ao Campus Avançado.
7. Atendimento aos Centros Rurais Universitários.
8. Levantamento do Mercado de trabalho nas diversas áreas e profissões.

O Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Paraná, foi aprovado em 12 de setembro de 1973 pelo Decreto 72.782. Foram extintas todas as Escolas e Faculdades e criados órgãos centrais de administração sob a denominação de Setor, agrupando atividades afins.

Os Setores criados eram de dois tipos: do sistema comum do ensino e da pesquisa básicos: 1) Setor de Ciências Exatas, 2) Setor de Ciências Biológicas, 3) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes; Setores do ensino profissional e pesquisa aplicada:[63] 1)

63 Mais tarde foi criado também o Setor de Ciências Jurídicas.

Setor de Educação, 2) Setor de Ciências Sociais Aplicadas, 3) Setor de Ciências da Saúde, 4) Setor de Tecnologia, 5) Setor de CIÊNCIAS AGRÁRIAS.

Composição do Setor de Ciências Agrárias

Cada Setor congregava vários departamentos com disciplinas afins, que por sua vez ministravam vários cursos; cabendo ao Setor de Ciências Agrárias, os cursos de graduação em Agronomia, Medicina Veterinária e Engenharia Florestal.

O Setor de Ciências Agrárias contava com seis departamentos: a) Medicina Veterinária, b) Zootecnia, c) Fitotecnia e Fitossanitarismo, d) Silvicultura e Manejo, e) Economia Rural e Extensão, f) Engenharia e Tecnologia Rurais.

Esta nova distribuição, embora antipática por sua denominação vesga de Ciências Agrárias, Ciências da Saúde, etc, como se o conhecimento científico fosse diferente para cada uma das áreas, se tudo não fosse ciência, como se houvessem ciências agrárias e ciências urbanas; tinha o mérito de diminuir o número de administrações, de secretarias, diretores, congregações, etc. Mas tinha um pecado capital, tirava a autonomia de cada curso, o orgulho, a personalidade e a história de cada uma daquelas entidades, que como a Agronomia, vinham de 1918, da Medicina, da Engenharia e do Direito de 1912, mal representadas num arremedo chamado Colegiado de Curso e submetendo-as a um único conselho setorial, sem cor nem história.

Isso concretizado, os seus diretores nomeados com mandato definido passaram a ocupar os seguintes cargos: Diretor da Faculdade de Agronomia como Coordenador do Colegiado de Curso de Agronomia, Diretor da Faculdade de Veterinária como Coordenador do Colegiado do Curso de Medicina Veterinária, e o Diretor da Faculdade de Florestas como Diretor do Setor de Ciências Agrárias. Respondendo pelo Colegiado do Curso de Engenharia Florestal ficou o professor Sebastião Amaral Machado.

Tempos depois houve o desmembramento da área de Solos que pertencia ao Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo, vindo-se a constituiro Departamento de Solos.

6. A ESCOLA AGRONÔMICA DO PARANÁ AOS 75 ANOS

A GRADUAÇÃO

A *Escola Agronômica do Paraná* existe hoje, como CURSO DE AGRONOMIA[1] da Universidade Federal do Paraná. Integra o Setor de Ciências Agrárias, junto com os cursos de Medicina Veterinária e o de Engenharia Florestal. É um dos 42 cursos oferecidos por esta Universidade. Desta forma, está sujeita ao seu Estatuto e Regimento.

O Curso é dirigido por um Coordenador em conjunto com um Colegiado. Deste Colegiado, participam representantes dos alunos e professores de 24 Departamentos (dos 50 existentes) que integram o Curso de Agronomia. O que significa que abrange cinco dos nove Setores da Universidade.

O Curso de Agronomia atualmente tem a duração de cinco anos, nos quais o estudante recebe uma formação voltada para as ciências biológicas, físicas e químicas, aplicadas às culturas, ao clima, ao solo e aos rebanhos.

O currículo consta de uma parte básica, com aulas ministradas em outros Setores: Ciências Biológicas, Exatas e Tecnologia, onde o aluno tem contato com disciplinas como Cálculo com Geometria Analítica, Anatomia dos Animais Domésticos, Química Genética Vegetal, Desenho Técnico, Topografia entre outras.

Ao passar para o ciclo profissionalizante, que ocorre a partir do quarto período, o aluno fará disciplinas que se fundamentam, nas grandes áreas da Fitotecnia, Fitossanidade, Solos, Engenharia e Tecnologia Rurais, Tecnologia de Produtos Agrícolas, Economia, Silvicultura, Zootecnia e Sociologia. As aulas são ministradas tanto no Campus do Juvevê, quanto nas instalações do Centro Politécnico e no Centro de Estações Experimentais, em Piraquara. O ensino, diurno, é dividido em aulas teóricas e práticas, nos laboratórios, salas de aula e em campo.

Pratica-se um currículo de 4.560 horas de aula, distribuídos em dez períodos semestrais no mínimo e 16 no máximo. O Sistema utilizado é o de créditos com pré-requisitos. As disciplinas podem ser obrigatórias, optativas e eletivas. As obrigatórias estão relacionadas a seguir seguindo-se a periodização sugerida. Dentre as optativas o aluno deve cursar no mínimo 240 horas à sua livre escolha. Quanto às disciplinas eletivas são de livre escolha dentre as oferecidas pela universidade, na quantidade que lhe convier.

Está sediado no Campus do Juvevê,[2] na Rua dos Funcionários e Rua Bom Jesus, com 16,07 ha e 29.644,59 m^2 de área construída.

1 Encontra-se grafado de duas maneiras diferentes "Curso de Engenharia Agronômica"e "Curso de Agronomia". O correto é Curso de Agronomia, que por sua vez forma engenheiros agrônomos. Ainda assim esta não é a forma perfeita, uma vez que um *Curso de Agronomia* deve formar *Agrônomos*, a engenharia agronômica é uma das áreas de atuação do agrônomo.

2 Campus 1 da Universidade Federal do Paraná.

Neste Campus estão localizados o Edifício da Administração (o antigo Prédio Dr. Carlos Cavalcanti); a Central de Transportes da UFPR, evolução da garagem do Setor de Ciências Agrárias; a sede do Diretório Acadêmico do Setor de Ciências Agrárias e os seus Centros Acadêmicos Lycio Vellozo (da Agronomia) e o Centro Acadêmico de Medicina Veterinária; as construções do Departamento de Solos, do Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo; a Biblioteca Setorial e o Restaurante Universitário. Além das sedes específicas do Curso de Engenharia Florestal e do Curso de Medicina Veterinária (Departamento de Zootecnia e o Hospital Veterinário).

Dentre estas estruturas citadas, conta-se com cerca de duas dezenas de salas de aula, com quatro casa de vegetação, laboratórios: Didático de Sementes (de Beneficiamento e o de Análise e Fisiologia), Fitopatologia, Agricultura, Manejo Integrado de Pragas, Micropropagação Vegetal, Informática, Fertilidade do Solo, Fotointerpretação, Física do Solo, Química Agrícola.

Ao Setor pertence o Centro de Estações Experimentais (CEEx), composto de:

1) Fazenda Experimental do Cangüiri, situada no Município de Piraquara com 441,93 ha, sendo 144.795 m^2 de área construída, incluindo-se o Centro de Treinamento com capacidade efetiva de alojar 80 alunos e professores, com amplas salas de aula, refeitório, anfiteatro e instalções de lazer. Situa-se a 16 km do Setor de Ciências Agrárias, por via asfaltada. É a mais utilizada para as aulas práticas e pesquisas do Curso de Agronomia.
2) Fazenda Experimental de São João do Triunfo, com 19,46 ha.
3) Fazenda Experimental de Rio Negro, com 121,89 ha. É mais adequada ao curso de Engenharia Florestal.
4) Fazenda Experimental de Paranavaí, com 101,00 ha.
5) Fazenda Experimental de Bandeirantes, com 50,00 ha (em comodato).

Estas duas últimas unidades são destinadas principalmente à pesquisa com cana-de-açúcar para o Estado do Paraná, em Convênio com a ALCOPAR, coordenadas pelos professores José Luiz Camargo Zambon e Edelclaiton Daros.

O Curso de Agronomia tem sido, ao longo dos tempos, um dos três que têm produzido maior número de pesquisa dentre todos os da Universidade Federal do Paraná. Formou, até o final do ano de 1993, nada menos que 3375 agrônomos e engenheiros agrônomos.

Apesar desta estável e confortável situação, o Curso de Agronomia está em permanente evolução. Esta evolução, relatada em detalhes até 1974, neste volume, não parou. Só que, com a necessidade imposta da estrutura administrativa com Setores e Coordenações de Curso, e didática de créditos, a busca do aperfeiçoamento se deu pelo caminho da alteração de currículos. Este caminho tem sido tentado, portanto há cerca de vinte anos. Os resultados, no entanto não foram satisfatórios, uma vez que se mudava o currículo no papel, mas o currículo que chegava às salas de aula não se alteravam substancialmente. Apenas recentemente se teve consciência de que se tratava de um problema muito mais amplo, abrangendo os mais diversos cursos e universidades . Tendo isso em vista, promoveu-se, em outubro/novembro de 1993, a 1ª Semana de Reestruturação do Curso de Agronomia, com a participação ampla de professores, alunos e interessados. Chegou-se a conclusões importantes, embora este encontro não tivesse a função deliberativa, como por exemplo a

correção necessária no modelo pedagógico. O currículo aqui praticado, por sua vez precisa ser alterado efetivamente, enxugando-se a carga horária (excessiva para o aluno dentro de sala de aula), permitindo-lhe mais tempo para a pesquisa e para a leitura. A ênfase no conhecimento básico e no raciocínio deve prevalecer sobre as fórmulas técnicas.

Algumas alterações administrativas também são necessárias para recuperar o que de bom havia no sistema de ensino adotado antes da Reforma, como a periodização efetiva para que o espírito de turma e de liderança possam ser reforçados. A forma administrativa de agrupar cursos em Setores, precisa ser corrigido. As Coordenações de Curso, inchadas em número de componentes, não têm poderes mínimos para a efetivação do ensino em si, dependendo sempre de estruturas administrativas freqüentemente alheias ao interesse do ensino-aprendizagem.

A PÓS-GRADUAÇÃO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA-CIÊNCIA DO SOLO

Em meados dos anos 70, o Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo tinha três áreas de atuação bastante distintas, embora afins e convergentes. Fitotecnia, Fitossanidade e Solos. Nesta área, o corpo docente apresentava massa crítica de alta qualidade em maior número, donde iniciou-se o desejo natural de ampliar a atuação, oferecendo também cursos a nível de pós-graduação.

Com a intenção de preparar-se para o curso de pós-graduação a nível de mestrado, o Departamento ofereceu em 1976 um Curso de Aperfeiçoamento em Manejo e Conservação de Solos, mediante o Convênio nº 36/76, entre a Universidade Federal do Paraná e o Ministério da Agricultura. Evento repetido em 1977, igualmente com o apoio do Ministério da Agricultura.

A 23 de maio de 1977, foi apresentado ao Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo, o Plano de Pré-credenciamento do Curso de Pós-Graduação em Conservação de Solos, pelo professor Helio Olympio da Rocha, coordenador do mesmo. Feita a explanação foi posto em votação recebendo a votação unânime menos um voto.

O processo foi aprovado a seguir pelo Conselho Setorial e no Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná, foi aprovado na reunião de 23/11/77, resultando na Resolução nº 20/77, autorizando a criação do Curso de Pós-Graduação em Conservação de Solos, tendo, as suas atividades se iniciado já no segundo semestre de 1978.

A sua denominação no entanto foi alvo de alteração, por conveniências técnicas, pelo Parecer nº 242/84 do CEP, de 26 de fevereiro de 1984, passando a ser Curso de Pós-Graduação em Ciências do Solo. Esta alteração foi ratificada pelo Parecer nº 724/84, de 07 de novembro de 1984, do Conselho Federal de Educação aprovando o credenciamento do Curso de Pós-Gradua-

ção em Agronomia – área de Concentração "Ciência do Solo", publicado no *Diário Oficial da União* em 27 de dezembro de 1984 (p. 19635).[3]

O credenciamento do Curso de Pós-Graduação em Ciência do Solo foi renovado pelo Parecer nº 723/90/CFE, em 13 de setembro de 1990, publicado no *Diário Oficial da União*, em 09 de outubro de 1990.

COORDENADORES DO CURSO DESDE A SUA CRIAÇÃO

ARTHUR SANTOS FILHO (06/1978 a 05/1980 e *Pró-tempore* de 06/1980 a 7/1982; HÉLIO OLYMPIO DA ROCHA (28/7/1982 até 1983); MARCOS LUIZ DE PAULA SOUZA (04/85 a 03/87); CARLOS BRUNO REISSMANN (04/87 a 03/89); CELSO LUIZ PREVEDELLO (04/89 a 03/91); IRACI SCOPEL(04/91 A 03/93); BEATRIZ MONTE SERRAT PREVEDELLO (04/93 a 03/95).

ALUNOS DIPLOMADOS AO NÍVEL DE MESTRADO:

Até a presente data foram defendidas 33 dissertações pelos seguintes alunos: Edelclaiton Daros, Rodolfo José Angulo, Maria Esmeralda De Lima Santos, Amalia Lia Endler Kahil, Emerson Carneiro Camargo, Everton Passos, Adelino Pelissari, Jorge Santos Ribas Junior, José De Deus Viana Da Mata, Flora Osaki, Luiz Antonio Correa Lucchesi, Helio Luis Bzuneck, Valdo José Cavalet, Silvia Schmidlin Keil, Cleverson Vitorio Andreoli, Rosana Baldanzi Fowler, Evanisa Fatima Reginato Quevedo Melo, Nelson Luiz Chodur, Adolar Francisco Adur, Luiz Claudio De Paula Souza, Alberto Feiden, Adilson Dos Anjos, Alba Antonia Clivati, Marianne Cristina Scheffer, Divonzil Gonçalves Cordeiro, Cássio Antonio Tormena, Miguel Angel Ken Moriya Roa, Jucinei José Comin, Marcos Fernando Glück Rachwal, Gustavo Ribas Curcio, Francisco Lothar Paulo Lange Júnior, Geraldo Mosimann Da Silva, Alceu Luiz Assmann.

O Curso de Pós-graduação em Ciência do Solo conta com a participação de professores de diversos departamentos da Universidade, e desenvolve 12 linhas de pesquisa.

Vários Convênios foram executados ao longo do tempo, o mais importante foi o realizado com Freiburg – Alemanha, mas cabe destacar O Levantamento Geomorfológico com ênfase em Solos, na porção Sul de tombamento da Serra do Mar, realizado com o convênio Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná e a Petrobrás (Superintendência da Industrialização do Xisto) – concluído em 1989; o Acordo Departamento de Solos/ Fundação ABC, esta mantida pelas Cooperativas Arapoti, Batavo, Castrolanda e Central; o Acordo UFPR/IAPAR (Fundação Instituto Agronômico do Paraná); Acordo UFPR/DER, Departamento de Estradas de Rodagem; o convênio UFPR/CAPES/COFECUB/FRANÇA; o convênio UFPR/SEAB/SUREHMA/EMATER/ IAPAR.

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO E PROTEÇÃO DE PLANTAS_

O Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo, que já havia criado o Curso de Pós-Graduação em Agronomia – área de concentração em Ciências do Solo, desmembrou a área de SOLOS, em um Departamento independente em maio de 1985.

3 Dados fornecidos pela Secretaria da Coordenação do Curso em Agronomia- Ciência do Solo, em novembro de 1994.

Há muito tempo já se pensava na criação de um Curso de Pós-Graduação na área de produção vegetal que englobasse as subáreas de conhecimento de Fitotecnia e de Fitossanidade. Foi no ano de 1992, com o retorno de vários professores de curso de Pós-graduação, que a massa crítica professores qualificados e a produção científica[4] se tornou mais do que suficiente para que o curso brotasse espontaneamente. Assim foi que, após um trabalho de muitos meses, foi aprovado no Departamento, por unanimidade a 11 de dezembro de 1992, a criação do Curso de PÓS-GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO E PROTEÇÃO DE PLANTAS, ao nível de MESTRADO e de DOUTORADO.[5] Tendo já recebido uma inspeção prévia por parte da CAPES, com parecer favorável; com previsão para março de 1995 o início do primeiro período letivo.

O seu *corpo docente* é constituído por professores de diversos departamentos da Universidade, bem como da Universidade de Londrina e da Universidade de Maringá, além da importantíssima contribuição de técnicos altamente qualificados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR).

A REVISTA DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Após a extinção da Revista da Escola de Agronomia e Veterinária em 1970, estes cursos careciam de um órgão específico de divulgação científica. Segundo o professor Vismar da Costa Lima Neto,

> *somente em 1978 foram iniciadas as atividades para a elaboração da nova revista. Por designação da Direção do Setor de Ciências Agrárias, os professores Vismar da Costa Lima Neto e Ítalo Minardi procederam estudos sugerindo a criação de uma revista única para o Setor, englobando os três cursos: Agronomia, Florestas e Medicina Veterinária, com a denominação de REVISTA DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS (RSCA).*
> *Até 1993, foram publicados 12 volumes, num total de vinte números. Os docentes do SCA responderam positivamente ao novo periódico comparecendo com dezenas de trabalhos em todas as áreas das ciências agrárias. Contudo a Revista sempre foi publicada com enormes sacrifícios dadas as escassas disponibilidades financeiras. O Corpo Editorial fez as vezes de coletador de fundos junto a órgãos oficiais e empresas privadas para complementar parte dos recursos financeiros necessários. Ao mesmo tempo exercia o papel de revisor, sendo que a impressão, colagem e cortes eram feitos na própria Secção de Mecanografia do Setor numa valente e ultrapassada Multilith que hoje se encontra aposentada.*
> *Apesar das dificuldades financeiras, nesses anos todos, o Corpo Editorial inovou, passando a enviar os artigos para consultores pertencentes ao corpo técnico de várias entidades nacionais de renome, influindo sobremaneira na qualidade dos trabalhos dado o nível desses consultores.*

4 O Departamento classificou-se em 5° lugar em produção científica dentre todos os da Universidade Federal do Paraná, em 1991 e 1992.

5 Ata da 15ª Reunião Extraordinária do Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo, de 11/12/1992.

Merecida homenagem deve ser prestada aos funcionários da Secção de Mecanografia, principalmente o Sr. Ari Fernando Mazetto, Walter Carvalho da Cruz e Rosemari Regina Hoffmann Negretti, os quais fizeram das tripas coração, utilizando de todos os artifícios técnicos e caseiros para que a velha Multilith continuasse a exercer o seu papel. Não poucas vezes foram utilizados alicate, arame e barbante na velha máquina que, orgulhosamente, cumpriu o seu destino até o fim.

A partir de 1992 a Revista passou a ser publicada pela Editora da UFPR, sob a direção do professor Roberto Gomes, o qual juntamente com o Corpo Editorial, renovou visualmente e graficamente o periódico.

A partir desta data, o Corpo Editorial passou realmente a cumprir o seu papel que é o de receber os originais e enviá-los para os consultores, devolvê-los para os autores que discutem as sugestões e finalmente repassá-los para a Editora que se encarrega de tudo o mais.

Em 1993, todos os artigos podiam ser enviados à Editora na forma de disquetes. Com a modernização as facilidades surgiram, facilitando bastante a sua confecção.

A RSCA, atualmente, é enviada a todos os órgãos ligados à agricultura no país. No exterior, o sistema de permuta permite alcançar mais de 250 instituições.

Além de divulgar trabalhos de pesquisae incluir os resultantes de teses de mestrado e de doutorado realizadas no SCA, publica trabalhos de outros Setores da UFPR e de diversas Instituições Estaduais. A análise dos artigos revela o envolvimento de dezenas de técnicos de órgãos públicos e privados.

Dessa forma, os objetivos pretendidos há 28 anos foram plenamente alcançados, tornando a RSCA um veículo representativo do estado atual da pesquisa agropecuária no Paraná, consolidando-a como um periódico dedicado à divulgação das Ciências Agrárias e aberto à comunidade científica.

ANEXO

O INSTITUTO AGRONÔMICO DO BACACHERI
(E o Campo Experimental do Bacacheri)

Em seis de novembro de 1906, quando João Cândido era governador, o Estado adquiriu uma área de 121,9 hectares, com a intenção de instalar uma escola agrícola e um instituto de pesquisa. No dia 19 de setembro foram nomeados os cidadãos Oscar Von Meien e Antenor Ferreira para os cargos de professor de Agronomia e Diretor do campo de experiências, o primeiro e o último de auxiliar. A Escola Agrícola propriamente dita, ao que parece, nunca passou da idéia e do Decreto 359 de 18 de setembro de 1906.[1]

Mas o Instituto Agronômico do Bacacheri foi fundado. Seu primeiro Diretor, o agrônomo alemão Von Meien delineou e executou com tanta competência o plano de organização, que na época constituía motivo de admiração para todos os que o visitavam. O Instituto distava de Curitiba 06 km, mas era servido por uma linha de bondes. Nos treze hectares que margeavam a Estrada da Graciosa encontravam-se as benfeitorias e o parque, os campos cultivados e as culturas permanentes. Avenidas de tuias, plátanos, ciprestes podados de formas artísticas faziam o gosto e admiração dos curitibanos e visitantes.[2]

O Instituto Agronômico do Bacacheri fora separado em 1907 do Instituto Comercial, ficando subordinado a partir desta data à Secretaria de Obras Públicas, Terras e Colonização, com a denominação de Instituto Agronômico, mediante o Decreto 88 de 8 de abril de 1907. Em 1920 foi incorporado à Escola Agronômica do Paraná, passando a denominar-se Campo de Experiências do Bacachery. Ali foi criado o Patronato Agrícola mencionado, também vinculado à Escola Agronômica do Paraná. João Cândido Ferreira Filho foi designado Diretor, e lá passou a residir. O campo foi entregue oficialmente à Escola em dez de agosto de 1920, pelo Secretário Geral do Estado Sr. Marins Camargo.

Da área inicial, o governo cedeu 38 hectares para que ali se instalasse uma linha de tiro e um quartel, hoje denominado 20º Batalhão de Infantaria Blindada. Em 1932, o Interventor substituto João Perneta permitiu a ocupação em caráter provisório, numa extensão de 25 hectares, medindo 500 por 500 metros, para que ali se instalasse um Aeroclube. Esta área no entanto foi ampliada e nela se instalou o 5º Regimento de Aviação hoje CINDACTA II. A ocupação que tinha o caráter provisório, recebeu o Decreto 1932 como definitivo, acompanhado ainda do corte na subvenção da Escola Agronômica do Paraná. Embora a área doada não fosse integral, toda a sede do Campo Experimental foi ocupada. Imediatamente o Interventor mandou construir uma Escola de Capatazes Rurais, cujo prédio apa-

1 *Diário Oficial do Estado Paraná*, de 18/9/1906.
2 Entrevista por João Cândido Ferreira Filho ao autor em 25/6/1987.

rece na foto, como sendo o prédio principal, custando na época 247:873$189 réis, cinco vezes mais que a subvenção que o dito Interventor cassou da Escola.

Ao que parece, o prédio nunca chegou a ser ocupado pela Escola de Capatazes, pois a data do início do funcionamento do 5° Regimento da Aviação também é de 1933, o tempo em que a construção ficou pronta.

A fotografia (da figura nº 5 da pg. 62) foi tirada em 19 de janeiro de 1934, foi cedida pelo filho de alguém que ali serviu na época. A foto da fachada com a descrição e o seu destino inicial foi encontrada na Biblioteca Pública, nos Relatórios da Secretaria de Agricultura de 1931, 1º Semestre.

A rua principal, onde hoje se encontra o carroção era a Estrada da Graciosa, cujos jardins margeavam, mas que na foto já haviam sido arados pelos tratores do governo.

O prédio em forma de U é o referido, a sua fachada foi modificada, mudando a sua parte frontal onde aparece a escadaria, bem como os acabamentos das janelas junto ao telhado. As janelas foram substituídas por venezianas. A caixa d'água ainda existente também apresenta hoje outro desenho.

O prédio atrás da caixa d'água era a sede do Campo Experimental, e a torre que aparece atrás é hoje a torre de comando do CINDACTA II.

Reitor
Ricardo Marcelo Fonseca

Vice-Reitora
Graciela Inês Bolzón de Muniz

Pró-Reitor de Extensão e Cultura
Leandro Franklin Gorsdorf

Diretor da Editora UFPR
Rodrigo Tadeu Gonçalves

Vice-Diretor da Editora UFPR
Hertz Wendel de Camargo

Conselho Editorial que Aprovou este Livro
Vismar da Costa Lima Neto
Cloris Ditzel Faraco
Nivaldo Eduardo Rizzi
Estela Maria Arruda Muñoz
José Vicente Augusto das Neves Miranda
Fábio Doria Scatolin
Paulo Asthor Soethe
Francisco Moraes Paz
Décio Krause
Alberto Tadeu Martins Cardoso
Thelma Solange Piazza Fernandes
André Virmond Lima Bittencourt

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

© *Copyright by* Luiz Doni Filho

Direitos desta Edição
Editora da Universidade Federal do Paraná

Diretor da Editora da UFPR
Roberto Gomes

Conselho Editorial: Vismar da Costa Lima Neto, Cloris Ditzel Faraco, Nivaldo Eduardo Rizzi, Estela Maria Arruda Muñoz, José Vicente Augusto das Neves Miranda, Fábio Doria Scatolin, Paulo Astor Soethe, Francisco Moraes Paz, Décio Krause, Alberto Tadeu Martins Cardoso, Thelma Solange Piazza Fernandes e André Virmond Lima Bittencourt.

Editoração de Texto: Marildes Rocio Artigas Santos
Capa: Luciane Hilu
Revisores: Edison Saldanha, Jurema Zaccaron e Marianne Nigro Mello
Revisão Final: do Autor
Editoração Eletrônica: César Reginaldo de Almeida e Marcelo Letzow

Série: Memória n. 2

FICHA CATALOGRÁFICA
Catalogação na fonte: Biblioteca Central - UFPR

Doni Filho, Luiz, 1946-
História da Escola Agronômica do Paraná: 1918-1993 / Luiz Doni Filho. - Curitiba: Ed. da UFPR, 1995.
150 p. : retrs. - (Memória; n. 2)

ISBN 85-85132-86-8

1. Universidades e Faculdades - História. I. Título. II. Série.

CDD 630.07118162
CDU 631:378(09) (816.2)

ISBN 85-85132-86-8
Ref. 144

Editora da UFPR - Trav. Alfredo Bufrem, 140 - 3º andar
Fones: (041) 224-6623 e 222-9833 - r. 304
800020-240 - Curitiba, Paraná, Brasil

1995

© Luiz Doni Filho

HISTÓRIA DA ESCOLA AGRONÔMICA DO PARANÁ 1918-1993

edição fac-similar

Coordenação editorial
Rachel Cristina Pavim

Revisão da edição fac-similar
Francisco Roberto Szezech Innocêncio

Foto da capa
Guillermo Álvarez no *Unsplash*

Capa da edição fac-similar
Rachel Cristina Pavim

Série Memória, n. 2

ISBN 978-85-8480-148-0
Ref. 144

Direitos desta edição reservados à Editora UFPR
Rua João Negrão, 280, 2.º andar – Centro
Tel.: (41) 3360-7489
80010-200 – Curitiba – Paraná – Brasil
www.editora.ufpr.br
editora@ufpr.br

2018

Associação Brasileira das Editoras Universitárias



Memória

ISBN 978-85-8480-148-0

9 788584 801480